FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;

Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

Tomo Segundo.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1930.

N.º 1

FEIRA DA LADRA

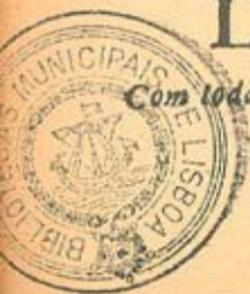
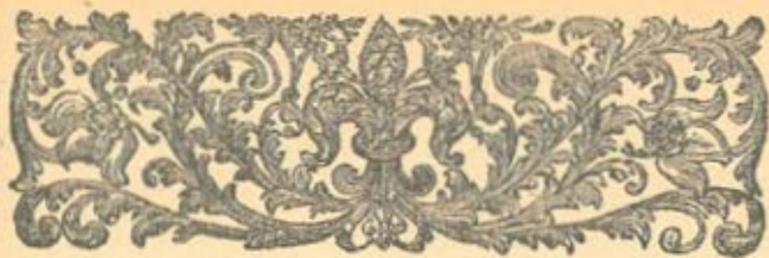
Fez-se uma tiragem especial
de oito exemplares
em papel de linho azul.

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

Tomo Segundo.

LISBOA,

Com todas as licenças neceſſarias. Anno · 1930.

UM ABADESSADO TARDIO

Aí por 1871 houve um abadessado no convento da Avè-Maria, do Pôrto. Era tarde de mais para essas tertulias devotas e bréjeiras, mas a pleiade dos poetas portugueses excitava-se com uma tradição evocadora dos mais belos jogos florais. Estava viva ainda a lembrança de Guilherme Braga, de Soares de Passos, de Custódio Vieira, de Pinto de Almeida.

Ora nêsse tal dia de 1871, Guerra Junqueiro e Alberto Braga atravessavam a Praça Nova no sentido do antigo Café Guichard e viram caminhando, vindo da Livraria Moré, a figura romântica de Camilo, abotoada na sua longa sobrecasaca, com as suas botas à Frederica e o seu «tromblon» de aba direita. O romancista dirigiu-se aos dois rapazes, deu-lhes a notícia do abadessado e animou-os a irem lá pedir um mote. Avançaram então os três no sentido do Largo de S. Bento e dirigiram-se à portada conventual que fi-

cava, ao tempo, na praçazinha contígua à rua do Loureiro. Era um sítio de recolhido encanto citadino êsse cantinho tripeiro, com a nobre fachada do edifício de uma Renascença sóbria mas elegante fazendo correr ao longo da beirada a linha discreta das suas rótulas, o chafariz à sombra das árvores onde dormitavam galêgos e se enfileiravam barris, e mais adiante a fachada barrôca da igreja, com a sua larga escadaria subindo para um socegado adro onde os sirgueiros torciam o fio nas manivelas diligentes, logar tranqùilo um pouco à margem do bulicio das ruas. Êste conjuncto arquitectónico de soberbos motivos monumentais, de linhas tão movimentadas e tão belas, foi substituído pela actual estação de S. Bento que de tôda aquela abundância de arte apenas, talvez por ironia irrespeitosa, conservou o nome...

Camilo, Junqueiro e Braga bateram à portaria, a madre rodeira veio abrir e preguntou o que desejavam.

— É a Academia Real das Sciências que quere um mote, respondeu pomposamente Camilo.

A porta abriu-se ante aquela petição solene e, ao entrarem, o romancista despediu-se bruscamente, declarando que já não tinha freima para torneios, que até já ali tinha tido uma filha recolhida, e retirou-se. Os dois jovens literatos penetraram no convento e foram respeitosamente levados à presença da madre abadessa que estava sentada numa suntuosa cadeira de espaldar tendo numa das mãos um báculo de prata.

— Então os senhores querem mote? preguntou a velha freira com adocicado sorriso. Queiram entrar naquela salinha.

Entraram. Era um gabinete com galerias de talha doirada, de onde pendiam grandes cortinados de damasco que tornavam purpurina a luz coada pelas janelas gradeadas. Ao centro, abriam-se as abas duma

vasta mesa D. João V, de pau santo e pés de garra, coberta por uma resplandecente toalha ricamente bordada. Sôbre ela pousava uma ampla bandeja de prata, de onde subia uma alta pirâmide de dôces de ovos circundada por uma bateria de garrafas de vinho do Pôrto, com os rótulos poídos da Companhia velha.

— Vamos às glosas! vamos às glosas! dizia Jun-

O Mosteiro de S. Bento da Avè-Maria, no Pôrto

queiro mastigando a doçaria e esvasiando os cálices de cristal lapidado, onde ao rubi do Pôrto se juntavam os reflexos rubros dos cortinados de damasco. E glosaram copiosamente.

Bem inspirados, foram a terreiro pedir motes. Do escuro das grades começaram êles a chover num dôce lirismo de rebuçados, e Junqueiro, com a sua vivacidade imaginosa e a sua espontânea graça, ía-os glosando entre murmúrios de aplauso. Alberto Braga, porém, que não sabia rimar, estava atrapalhado e não

teve remédio senão socorrer-se do poeta pedindo-lhe improvisasse uma glosa que o contista começou a recitar. Mas Junqueiro, que como um gavroche se evadira para o meio da assistência, ia respondendo de lá com um verso facéto, que rimava escandalosamente com cada verso que Braga ia dizendo. A gargalhada estrugiu, as freiras abafaram o riso e o glosista, furioso com a garotice do amigo, não mais pediu motes.

Junqueiro, êsse, estava na fase demoníaca da sua verve e glosou ininterruptamente todos os motes que lhe iam lançando, intermeando os versos com freqùentes visitas ao gabinete da mesa D. João V, a robustecer a inspiração com a musa da vetusta companhia pombalina.

Voltando a terreiro, depois duma destas ausências, ouviu uma voz meiga dizer do escuro da grade:

— Ó senhor Guerra Junqueiro, aí vai mote:

A borboleta travêssa
Adeja por entre as flores.

— Veja você, dizia-me Junqueiro ao contar-me o caso, êste mote que veiu pelo século fóra, desde o Tolentino, esbarrar ali!

E então o poeta glosou:

A borboleta travêssa
Adeja por entre as flores.
Que grande dôr de cabeça!
Adeus, senhora abadessa,
Boa noite, meus senhores.

E abandonou o campo.

Junqueiro narrou-me êste pitoresco episódio da sua mocidade andando nós a passear na Praça Nova, quási à sombra do velho convento em vésperas de demolição. Era no inverno; estava um daqueles ne-

voeiros do Pôrto que davam à Praça o aspecto duma sisterna. Andavamos horas naquela cavaqueira peripatética. Uma noite observei-lhe que estavamos a preparar, no seio daquela humidade, reumatismos para a velhice:

— Isto é um pôço!

— Você tem razão, respondeu Junqueiro, qualquer dia pescam-nos à linha de cima daquêle telhado.

João Barreira.

O CASAMENTO DE UM MENOR DE 25 ANOS

DONA Crispiniana Amália do Nascimento e Silva era (ao que parece e consta do respectivo processo) uma *menina de raras virtudes* que ansiava pelo casamento com rapaz rico e de boa família.

Se bem o pensou, melhor o fêz. Lançou as vistas para um seu visinho, José Luís da Silva, *menor de 25 anos*, órfão de pai, com têres e havêres e interno dum colégio de educação, donde saía aos domingos e dias santos, para casa de sua mãe e tutora, acompanhado sempre por um criado.

Êste ingénuo e naturalmente impúbere mancebo, visto que tinha 16 anos, sofria com paciência a vida claustral do colégio; mas quando chegavam as férias, saía de casa em liberdade, sem vigilância materna e acompanhava D. Crispiniana à missa. E no trajecto

para casa, nas hortas de Val Pereiro, o idílio desenvolvia-se apaixonado, e de tal maneira, que José Luís sentia-se cada vez mais preso nas malhas finas da rêde em que a família da namorada o envolvia.

O encantamento caminhava depressa e tão depressa foi, que um domingo 14 de Outubro de 1832, o pároco de Santa Marinha, sem proclamas, sem consentimento da tutora, sem assentimento do curador dos órfãos, mas com autorização do Cardeal Patriarca, unia pelos sagrados laços do himeneu D. Crispiniana Amália do Nascimento, *menina de raras virtudes* e José Luís da Silva, filho dum negociante da praça de Lisboa, que deixára bens no melhor de 981:335:362 reis, como se achava declarado no inventário orfanológico.

Quando êste facto constou à mãe, reuniu-se o conselho de família; e tais providências foram tomadas que logo nesse mesmo dia, à tardinha, o juiz do crime do bairro de Andaluz, com os seus oficiais, procedeu à captura do rapaz que, por ser já noite fechada, ficou guardado no quartel da Guarda Real da Polícia, sendo removido no dia seguinte para a cadeia da cidade. Quatro dias depois o mesmo juiz do crime o mandou soltar, a requerimento da mãe, e esta o fez embarcar no *Paquete de vapor* para Inglaterra, munido dos passaportes competentes, para dar entrada num colégio católico de Londres.

José Luís da Silva, que havia saído da menoridade pela sublime porta do casamento, anuiu com serenidade às admoestações do conselho de família, atendeu as súplicas dos irmãos, beijou naturalmente as lágrimas da mãe e, caindo em si, reflectiu no laço que lhe haviam armado. Passou procuração à mãe, para ela fazer subir à Real Presença uma súplica contrariando aquela que D. Crispiniana Amália tambem fizera subir ao mesmo destino, e na qual reclamava que a sogra lhe apresentasse o marido para viver com êle, e aca-

bar assim um escândalo que era o pratinho de tôda a cidade de Lisboa.

Nesse tempo Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Miguel I governava Portugal.

O facto era especial e digno de grande reflexão. D. Miguel sabia muito bem que na jurisdição ordinária eclesiástica se discutia o assunto de maneira a salvar de qualquer censura o Patriarca, que havia autorizado o Páraco de Santa Marinha a celebrar o casamento, talvez para lavar qualquer nódoa que manchasse a honra da menina (como havia insinuado o pai dela, sem o provar, na sequência do processo cível).

E como êle sabia tudo isto, não queria resolver o assunto, levado na humana indulgência que todos os reis devem ter ou na severidade da justiça que todos devem praticar, no meio do tumultuar das paixões, e das insinuações que lhe deviam fazer os seus áulicos.

Lembrou-se do Desembargo do Paço. Instituido por D. João II era um Supremo Tribunal de graças e mercês. «Antigamente os desembargadores deste tribunal erão chamados desembargadores da cazinha, porque despachavaõ no gabinete real em companhia d'ElRei todos os negocios do Reino. Tinha hum presidente, logar que instituio ElRei D. Sebastiaõ, desembargadores, e cinco escrivães da Camara Real». E para se livrar da embrulhada remeteu tudo para êste Tribunal.

A primeira coisa que fez o Desembargo, foi promover a suspensão do juiz do crime do bairro de Andaluz por abuso de jurisdição. Mandou depois que o corregedor do cível da Côrte relatasse os factos. Êste assim fêz, censurando o procedimento do juiz do crime de Andaluz; e que, mandando proceder a uma devassa, concluia que o rapaz nunca fôra visto em casa da namorada, que casara por sua livre e es-

pontânea vontade, e que era aquêle juiz do crime quem aconselhava a mãe a chicanar o assunto.

O Desembargo mandou depois atender uma justificação da mãe, e esta dizia que o filho estava arrependido do que havia feito; que êle lhe passava procuração para em juizo competente promover a causa de nulidade do seu clandestino matrimónio que por sedução havia contraído, e que em 10 cartas que lhe escrevera, longe portanto da sua maternal influência, se insurgia contra a família de sua noiva e estava arrependido de tudo. Êstes Documentos foram por fim todos juntos ao processo.

E sendo tudo visto:

aos doutores Francisco José de Faria Guião e José Joaquim Rodrigues de Bastos pareceu... que tudo se atropelou — a moral, a decência pública, as leis que protegiam a inocência dos dois esposos e a Religião que acabava de os unir — ... nem o arrependimento entre os cristãos é um motivo de dissolução do matrimónio, ou tenha ou não tenha havido consumação... não é lícito aos homens separar aquêles a quem Deus uniu... e assim entendem que a mãe deve mandar vir imediatamente seu filho, para que êle ou se una à suplicante, ou deduza no juizo eclesiástico o que entender contra a aliança que contraíu.

Aos Drs. José António da Silva Pedrosa e João de Figueiredo pareceu que, estando pendente no juizo eclesiástico a decisão sôbre a validade do casamento, é escusada a vinda do rapaz a êste reino, tanto mais que está em perfeita liberdade num país estrangeiro e ninguem, nem mesmo sua mãe, poderá retiral-o dali...

Como se vê: dois votos contra dois. Não sabemos se o presidente tinha o voto de qualidade, nem sabe-

mos se êle se pronunciou para resolver definitivamente o assunto.

Mas alguem, ou Rei ou Ministro, que devia sancionar o veredictum, lançou à margem estas palavras misteriosas:

Et Melior Judex Eventus!

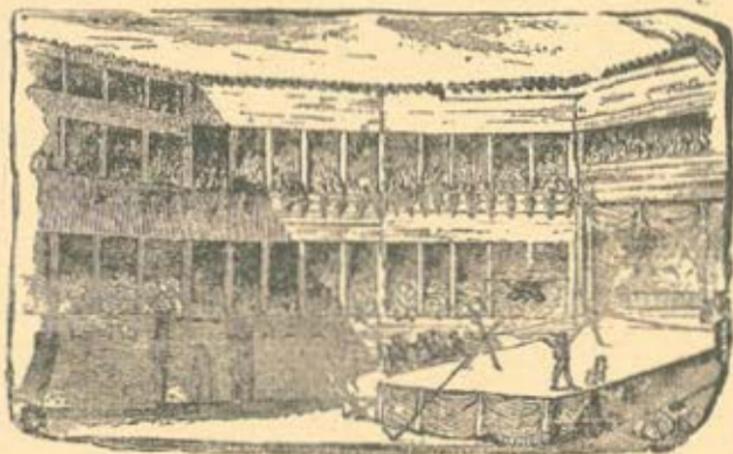
João Jardim de Vilhena.

A PRAÇA DE TOUROS DO SALITRE

A D. Ruy da Camara, toureiro distincto e fidalgo ilustre.

história da praça do Salitre está por fazer. Tudo quanto se sabe, até agora, sôbre ela, é muito vago. Um dos documentários, que sobremaneira nos poderia elucidar—a fotografia—, ainda ao tempo era rara, para não dizermos desconhecida. Basta mencionar que poucos foram os artistas da época que por ela passaram, que deixaram retrato; e dessa casa de espectáculos, que saibamos, só existe o desenho que acompanha êste artigo, o qual é reprodução duma gravura inserta pelo nosso falecido amigo, sr. Caetano Alberto, no seu *Occidente*, publicação que é um verdadeiro monumento daquele que foi um grande jor-

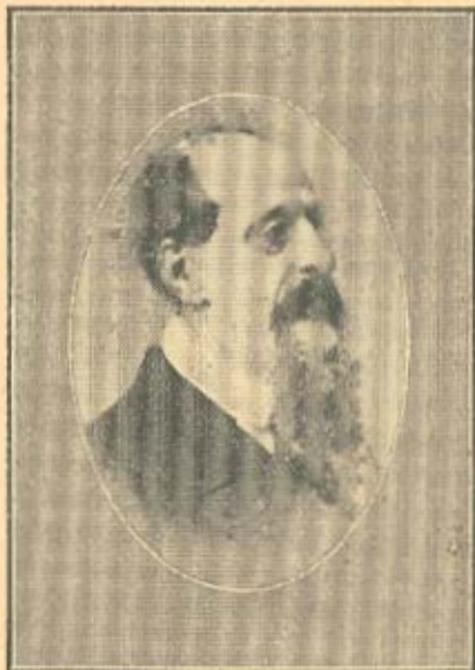
nalista e um trabalhador honesto. E êsse desenho mesmo, é um trabalho já dos últimos tempos.

A praça do Salitre foi, verdadeiramente, a primeira arena de touros que existiu em Portugal, aonde o povo

A praça do Salitre
já depois de transformada em circo de variedades

que gostava de tauromaquia se ia divertir. Inaugurada no ano de 1790, passou em 1838, segundo parece, a ser utilisada em circo de variedades, como a gravura o demonstra. O que já não resta dúvida, porém, é que foi ao Salitre, na travessa das Vacas (1), hoje mudada em travessa do Salitre, — aonde depois foram construídos os prédios compreendidos entre os n.os 50 a 104, mesmo em frente do Parque Mayer, os quais tornejam para os que na Avenida da Liberdade teem os

---

(1) Não teria sido motivo de tão original indicação a uma artéria da cidade — *travessa das Vacas* —, a existência, ali, do circo tauromáquico? Tudo nos leva a crêr que sim.

n.os 131 a 153, agora instalação da casa liquidadora denominada *Bazar Católico*,—que viveu o primeiro tauródromo popular que Lisboa teve, pois embora no Rocio, em Xabregas, no Terreiro do Paço, na Estrela e no Poço dos Negros, e pròpriamente na Quinta da Bemposta, pertença de D. Miguel, se corressem touros, e de morte, não era êsse divertimento levado a efeito

Último retrato de D. Miguel

em praças pròpriamente ditas, mas em recintos que se adequavam ao fim, sendo êsses espectáculos que aí se davam, chamados festas de touros reais, quási exclusivos da realeza e dos nobres, para a realização dos

quais se armavam palanques apropriados, que logo eram desfeitos.

Ainda actualmente existem no bairro do Salitre, indivíduos ali moradores do tempo de quando a praça

João dos Santos Sedvem

de touros passou a ser circo de variedades, como um carteiro reformado, de nome Luís José de Almeida, sendo essa exactamente a sua área da distribuição de correspondência, e um vendedor de hortaliça, muito popular no sítio, e que se acha inválido devido [illegible] avançada idade, José Marcelino de Araújo.

*
* *

A praça do Salitre, segundo as melhores versões, era sôbre quadrada, tendo de um lado camarotes para as pessoas de categoria, e do outro lado, determinado número de bancadas para o povo. Foi mandada construir por um grupo de indivíduos amantes do divertimento, que contribuíram com quantias segundo as suas posses, dizendo-se até que, entre essas pessoas, figuravam algumas da família real.

A sua inauguração deu-se a 4 de Junho de 1790. Foi um dia de grande festa em Lisboa, êsse, para o povo, que encheu todos os lugares. A essa corrida assistiram o príncipe D. João, que depois foi D. João VI, e o intendente Pina Manique.

A crónica não cita os seus nomes, mas sabe-se que tomaram parte alguns cavaleiros e bandarilheiros portugueses, além duns «matadores de espada espanhois», como então se dizia, com as suas respectivas quadri-

Um bilhete de 1799

PRAÇA DO SALITRE.

EMBOLAÇÃO.

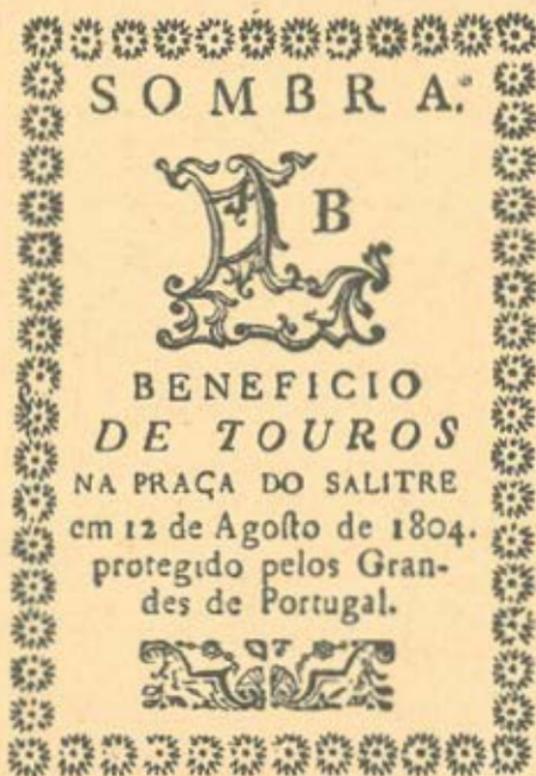
lhas de picadores e bandarilheiros, sendo a lide dos touros destinados a êstes últimos, feita ao uso de Espanha. Verdade seja que tal trabalho, principalmente o dos picadores, já nesse tempo não agradava ao público, que não se cansou de apupar os lidadores, pelo motivo do contínuo e repetido estripamento de cavalos. Em contraposição, fartou-se de aplaudir a lide à portuguesa dos nossos cavaleiros.

Mais tarde, então, foi muito frequentada por D. Miguel, que tinha verdadeira paixão, como é demais sabido, pela lide de rezes bravas, paixão que o levou em amiudadas ocasiões a descer à arena a defrontar-se com os touros, juntando-se até por vezes à plebe. E daí lhe veio o ensejo de ordenar a construção da praça do Campo de Sant'Ana, que sucedeu á do Salitre, tendo sido encarregado pelo príncipe toureiro de escolher o melhor sítio, o mais adequado, para a sua edificação, o cavaleiro Sedvem, que aliava à arte tauromáquica, que cultivava como profissional e com grande saber e brilho, a de caceteiro emérito, em que se tornou tambem célebre nas memoráveis lutas políticas dêsse tempo.

*
* *

Poucos eram, nessa época dos touros no Salitre, os portugueses que faziam profissão pelo toureio. As corridas, ali, as mais das vezes eram desempenhadas só por artistas espanhois, ou, pelo menos, com a maioria

SOMBRA.

BENEFICIO
DE TOUROS
NA PRAÇA DO SALITRE
em 12 de Agoſto de 1804.
protegido pelos Grandes de Portugal.

Um bilhete de 1804

de lidadores do país visinho. Entretanto, artistas houve, e de grande nomeada, portugueses, que ali se exibiram, como João dos Santos Sedvem, que já citámos, cavaleiro tauromáquico de grande valor no seu tempo,

e muito perito como equitador, e que ainda assinalou a sua passagem por largos anos pela praça do Campo de Sant'Ana, aonde fêz tambem um benefício na tarde de 3 de Setembro de 1865. São do programa dessa corrida os versos seguintes:

Recordae-vos, senhores, que Sedvem,
Vezes mil procurou dar-vos prazer;
Privado pelos annos e doença,
Da arte tauromachica exercer,
. . . .
É pela vez primeira requerente,
E por isso a favor despacho espera,
Na praça lhe dareis com uma enchente!

corrida em que «não toma parte, por que a quéda que ultimamente deu na praça, d'isso o priva, e talvez de continuar a exercer a sua arte». E, de facto, não temos conhecimento de que tornasse a trabalhar.

Outros cavaleiros ali tourearam, como Manuel José de Figueiredo, igualmente sabedor da arte de cavalaria, e António Roberto da Fonseca, que não só lidava a cavalo como a pé, sendo tambem possuidor dum nome sólido como toureiro. António Roberto era pai dessas grandes glórias, que mais conhecidas foram pelos irmãos Robertos, cuja fama não só se generalisou no seu país como em Espanha, aonde chegaram a tourear, sendo admirados pelos mais célebres e afamados matadores que ao tempo vinham tomar parte em todas as corridas que em Portugal se realizavam.

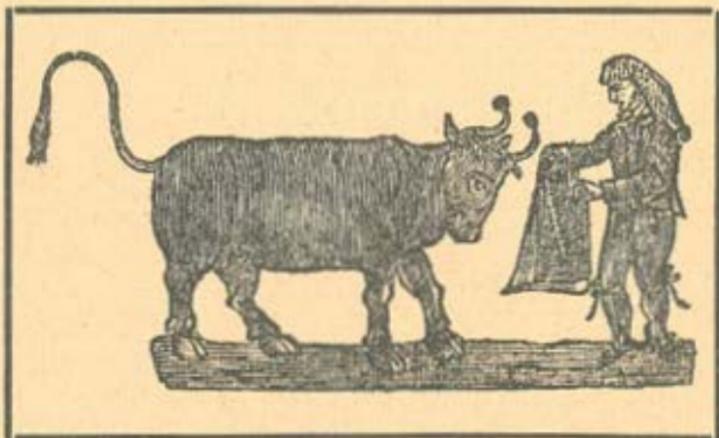
A parte do toureio a pé, é que se pode dizer era quási exclusiva dos artistas espanhois. Ali lidaram em corridas consecutivas e por largo espaço de tempo, os espadas Sebastião Garcia Calabaça e Pedro Rodrigues, artistas sevilhanos que se homisiaram no nosso país em virtude das lutas políticas que ao tempo tambem se desenrolavam na sua pátria, e para onde voltaram logo que elas terminaram.

Sebastião e Pedro, ao internarem-se em Portugal, fizeram-se acompanhar dum irmão, de nome Manuel Calabaça, ao tempo contando só oito anos, mas trazendo já algumas luzes do toureio. Em certo tempo, os irmãos retiraram, como já dissemos, e êle deixou-se ficar por cá, começando pouco depois a ganhar a vida

Um bilhete de 1805

como lidador de touros. E de tal fórma os anos foram decorrendo e decorreram, que um belo dia Manuel Calabaça fazia a apresentação dum filho seu, João da Cruz Calabaça, bandarilheiro muito valente, rijo e

querido do público, já dos nossos tempos, que fez épocas permanentes na praça do Campo de Sant'Ana, e ainda entrou no Campo Pequeno.

Tambem há notícia de que lidaram na praça do Salitre, como toureiros a pé, João Pedro da Herra,

Gravura dum programa de 1837

Antão da Fonseca, Dâmaso de Carvalho, João Alberto, o *Barbeiro*, e António do Carmo Faria, de Salvaterra, que às vezes tambem oficiava de matador, pai de outro artista do mesmo apelido que foi muito visto e admirado pelos aficionados que mais tarde freqüentaram o Campo de Sant'Ana.

Como nota curiosa, citaremos uma passagem apanhada num programa da corrida efectuada na referida praça do Salitre em 20 de Agosto de 1837, parece que último ano em que ali se deram espectáculos taurinos. Diz êsse programa que, além do grupo de bandarilheiros espanhois, «fôra contractado o portuguez Antonio José, só para ajudar com o capote os outros capinhas».

Mas, o que motivaria a apresentação dêsse único

artista do país, nessa corrida — a carência de bandarilheiros portugueses? Talvez. O que não admira, pois em Portugal, e por êsse tempo, abundavam mais os toureiros montados, e foi mesmo nêsse género de lide que alcançámos verdadeiro nome e superioridade.

*
* *

Se bem já existia a praça do Campo de Sant'Ana, que foi inaugurada em 1831 — e mais tarde doada por

António Roberto

D. Miguel à Real Casa Pia de Lisboa — ainda por alguns anos se deram corridas na do Salitre, embora poucas, e isto até que a construção e acabamento daquela ficasse completamente realizada, o que levou bastante tempo. Daí a rasão de se efectuarem, durante alguns anos ainda, espectáculos nas duas arenas. E a

prova é, como acima dizemos, ter sido a nova praça de Lisboa, levantada no sítio do Campo de Sant'Ana, que como tal foi sempre conhecida, inaugurada no ano de 1831, seis anos depois, ou seja em 1837, conforme a citação acima feita, ainda se davam corridas na primeira praça da capital, ou na praça velha, como então se dizia.

* * *

De todos os pontos, segundo nos parece, o mais vago, ainda assim, para fazer a história do que respeita à praça de que nos vimos ocupando, é a dos touros que então ali se lidavam, que ali se corriam.

Não deve restar a menor dúvida que os touros do Infantado, raça e casta de que era possuidora a Casa Real, deviam não só ser os preferidos como os obrigados, por assim dizer, nos divertimentos e espectáculos que então se organizavam no Salitre. Entretanto, sabemos que o sr. Rafael José da Cunha, famoso criador português, cujo nome atravessou a fronteira, ainda deu touros para aquela praça, sendo êsses touros ali conduzidos pelo célebre maioral-real da sua casa, Joaquim Menezes, que foi a mais potente e respeitada vara do seu tempo, como até hoje ainda não apareceu quem o igualasse.

Outras ganadarias havia ainda nessa época: a do sr. José de Faria Pereira, da Azinhaga, pois foi fundada em 1790, ano em que se inaugurou o circo referido, bem como a do sr. Manoel Duarte Silva, de Santarem, instituida em 1820; mas ignoramos se para êle deram touros alguma vez.

* * *

Inaugurada em 1790, e demolida em 1879, viveu pois a praça do Salitre oitenta e nove anos, se bem

que, para o fim a que foi destinada, só durante quarenta e oito. Os últimos quarenta e um anos, já foram como que arrastados em circo de cavalinhos, de variedades e de pantomimas, ou coisa que o valha.

E assim acabou a sua história, que a teve.

Fevereiro, 1930.

CARLOS ABREU.

Ferro da ganadaria
de Rafael José da Cunha

UM MILAGRE NO MOSTEIRO DE S. BENTO DE LISBOA NO ANO DE 1573

´

vulgar nas crónicas monásticas e outros papeis de idêntica proveniência o registo de milagres, desacatos e casos de virtude sucedidos a pessoas predestinadas por Deus e algumas vezes presenciados por devotos que piedosamente acolhem com alvoroço tais acontecimentos.

São estes milagres hoje encarados sèpticamente, mas, todavia, não o eram naquelas épocas em que a fé religiosa era verdadeiramente intensa.

Embora aquêles acontecimentos, naturais para o tempo, não venham resolver as momentosas questões histórico-artísticas que longamente se debatem, não deixa de não ter o seu interêsse a publicidade destes ingénuos registos.

É pois sob êste último aspecto que nós trazemos para as páginas desta revista tal assunto por estar integrado no seu programa.

*

Corria o ano de 1573 e pouco mais de um era passado sôbre o lançamento dos fundamentos do Convento de S. Bento de Lisboa, da ordem do mesmo santo, no alto das terras sobranceiras ao vale do que lhe havia de dar o nome. As obras cresciam a olhos vistos e ao findar êsse ano, os bons religiosos daquela casa que tanto impulso deram à sua nova fábrica, lá celebraram a primeira missa pela festividade do natal, a *que o povo cristão chama missa do galo.*

Ora, segundo o registo que frei Pedro de Chaves nos deixou, o caso passou-se com êle da seguinte maneira, tal qual o encontramos:

«Milagres feitos em S. Bento — 1573

1. Poucos dias depois que se começou a dizer missa nesta casa de S. Beto a prim.[ra] das quais foi uespera de natal que o pouo Christaõ chama Missa do galo o anno de 1573 na qual he uespora do natal o sino se pos as des da noite. E em hum relexo de huã parede e em hum pedaço grosso de mastro. naõ se pode por tam seguramente como hera necessario. E saindo da samcristia hum padre pera dizer misa ia tarde perto das onze. Eu sahia da Capela mor E parecendo-me que alguã pessoa queria ouuir misa tomei a corda do sino na mão E comecei a tanger E como deu duas voltas sahiuse da parte do relexo sem eu o ver ainda que estaua (quasi) debaixo do sino E o samchristam frei Baltazar de Refoios de quem assima se fez mençaõ que ainda tem o officio sahia como quem hia dizer misa E olhando pera o sino uio que se uinha abaixo

E uendome neste perigo deu huã grande vox dizendo. S. Bento Entam eu olhei pera sima e ui como estaua fora da parte do relexo e naquelle ponto se meteo a borda do sino no mastro mais de quatro dedos E se encaixou entre a parede do relexo tam firme que depois oito homens naõ podiam tirar donde estaua se nam com grande difficuldade E se caira sobre mim me fizera em pedaços e elle se quebrara porque estauam debaixo huãs columnas de pedra E destes danos a mizericordia de Deos me liurou pella inuocaçaõ do nome de nosso padre Sam Bento.» (1)

*

O mosteiro, a que se refere a memória que deixamos estampada, desde o ano de 1592 que passou a ser conhecido por *mosteiro de S. Bento o velho*, em virtude de naquela data se fundar o de *S. Bento o novo* ou da Saúde, um pouco mais abaixo da encosta na *Quinta da Bem ganhada*, da mesma ordem, cuja mudança definitiva daquele para a nova casa, de todos os religiosos, teve lugar em um domingo, 8 de Novembro de 1615, sendo geral da ordem o R.do P.e frei António dos Reis e D. Abade do mosteiro frei Anselmo da Conceição.

O mosteiro de S. Bento Velho passou a denominar-se Colégio de N. S.a da Estrêla.

A propósito do termo *S. Bento da Saúde*, ainda havemos de dar notícia da sua formação em um outro artigo.

José da Cunha Saraiva

---

(1) Tôrre do Tombo, *Cartório de S. Bento de Lisboa*, manuscrito n.º 21 – 2.ª parte, pág. 44.

EM QUE SE DÁ RELAÇÃO DE ALGUNS QUADROS

E DAS VICISSITUDES POR QUE TEM PASSADO O NOSSO PATRIMÓNIO ARTÍSTICO

relação que vai transcrever-se embora de limitado valôr para a história da arte em Portugal, entendemos não dever ficar no esquecimento, pois não são tantos os subsídios que nêste género se encontram no nosso país que se possam desprezar estas pequenas contribuições. Trata-se de uma relação que o cónego Vilela, como membro da comissão encarregada em 1833 de inventariar os quadros pertencentes aos extintos conventos, formara dando a sua opinião sôbre o valôr de alguns dêles.

Luis Duarte Vilela da Silva, foi cónego da Basílica de Santa Maria Maior, nasceu em 1761 e parece haver morrido em 1843. A história da arte em Portugal

deve-lhe o não pequeno favor da edição primeira da *Colecção de Memórias* de Cirilo Volkmar Machado, e embora acusado de ser apenas o subscritor das *observações criticas* sôbre o trabalho de Adrien Balbi, cujos autores, segundo Inocêncio, foram Stockler, Pedro José de Figueiredo e outros amigos a quem o cónego pedia os artigos correspondentes, nem por isso podemos deixar de apreciar os interessantes estudos que sôbre arte portuguesa foram publicados com o seu nome.

Raczniski acusa-o de ser dotado de mau gôsto «et un manque total de connaissances en fait d'art».

Não pretendemos revêr o processo em que se acusa tão acerbamente Vilela da Silva, mas teremos de lhe relevar estes defeitos pelas informações que ficariam esquecidas, caso êle as não solicitasse dos seus amigos ou senão prestasse a pôr o seu nome por baixo desses artigos. Paz à alma do cónego, mas que vão vivendo as suas compilações e as edições que protegeu e que conseguiu assim tornar precioso subsídio para a história da arte portuguesa.

As relações de quadros que existem impressas são poucas e por isso reputamos estas apreciações do cónego Vilela, dignas da letra de fôrma. Onde pararão tantos quadros que foram barbaramente acumulados sem critério e sem condições de segurança num pretenso depósito da Academia das Belas Artes? O Marquês de Sousa Holstein, insuspeito no assunto díz-nos que «outros arrancados dos logares em que se achavam fixados havia seculos, e transportados em carros, expostos á chuva, depositados durante mêses em lugares humidos, achavam-se, em virtude destas causas bastante arruinados; muitas obras importantes e cuja existencia era bem conhecida não chegaram a dar entrada no Deposito. De algumas se sabe onde hoje existem, até mesmo fóra do paiz, mas são ignoradas

as vicissitudes porque passaram até chegar ás mãos dos seus actuaes possuidores." O marquês pretende justificar-nos esta pilhagem com a época agitada que se atravessava, mas creio bem que para o espírito do ilustre titular não era razão suficiente essa magra desculpa, tanto mais que a comissão obedecia a imposições a que não podia satisfazer pela pressa que lhe era exigida e aos parcos meios que lhe facultavam.

Publicaram-se na verdade alguns catálogos que tomaram o nome de provisórios e dos quais possuímos quatro relativos aos anos de 1868, 1872, 1883 e 1889, onde vêm descritas algumas dessas atribuladas obras de arte. Mas segundo a declaração dos próprios catálogos essa era apenas uma parte mínima do que dera entrada no depósito e insignificante relativamente ao que saíra dos conventos. Quando teremos um catálogo *definitivo* de tudo quanto existe por êsses depósitos, sonegado à apreciação do público, e convenientemente descrito e historiado?

Onde pararão êsses célebres inventários e pareceres da comissão que pelo país fóra arrolou os bens das congregações religiosas? Temos esperança de que tudo virá à luz da publicidade para que se possa ir escrevendo a história da arte nacional.

Enquanto não chega êsse momento vamos nós desenterrando estas velharias, para nos persuadirmos que todas estas maravilhas são património nacional e que apenas esperam a mão omnipotente que lhe brade *surge et ambule*.

Ernesto Soares
Da Associação dos Arqueólogos.

RELAÇÃO DOS QUADROS EXISTENTES NA SACRISTIA DO EXTINTO CONVENTO DA GRAÇA

Aos lados do mausoléo de Mendo de Foios ha os quadros seguintes — S. Paulo Eremita, e S. Bartholomeu — Estão pendurados nas paredes (com bastante elevação). O Juizo de Salomão — Santo Agostinho em acção de lavar os pés a um enfermo — A conversão do mesmo Santo — o d'Annunciação de N. Senhora — O Baptismo de Santo Agostinho — Dous quadros de N. Senhora, sendo um delles o que representa ter o Menino no collo, e o outro lavando-o — Santa Maria Egipciaca — S. Sebastião — Descendimento da Cruz — Santo Agostinho e Santa Monica.

Sobre os caixões — Três: que veem a ser — a Sagração de Santo Ambrosio — o Martirio das Onze Mil Virgens — um Anjo penetrando com uma flecha o coração de Santo Agostinho. Devo advertir, que dentro do Sanctuário ha um pequeno quadro de N. Senhora com o Menino. Como não sou preguntado sobre o merecimento e estima que se deve dar a alguns destes quadros, o que espero da sabia Academia, somente me limito a dizer, que o d'Annunciação, o de S. Sebastião, os de N. Senhora, o da Santa penitente Maria Egipciaca etc. podem aformosear a Galeria, assim como outros, de que tenho algua noticia, e que ainda existem fora do Deposito.

Devo lembrar os seguintes quadros, que não se recolheram ao Deposito: Todos os da Sacristia do extinto convento de S. Domingos, ao presente freguezia de Santa Justa e Rufina. Não deve esquecer vir para o Deposito o grande painel de N. Senhora da Conceição que está na Igreja, que foi dos Capuchinhos Italianos, e hoje serve de Parochia. Este magestoso quadro di-

zem custara ao Senhor D. João 5.º cinco mil cruzados. Esteve já no deposito no tempo da Administração do Doutor Nunes; o Prior o reclamou e lá existe. A freguezia não tem direito á posse dos quadros, que pertenciam aos Capuchinhos, porque este Hospicio foi fundado pelo Senhor Dom João 5.º estando supprimido, tudo, quanto lhe pertencia, deve reverter para o Fisco. Nas paredes da Capela-Mór estão dous paineis, que não são para se despresarem vindo juntamente para o Deposito.

Na Igreja de N. Senhora da Luz ha bellissimas pinturas: esta Igreja não é Parochial; pertencia á Ordem de Cristo e muito enriqueceriam as galarias da Academia das Belas-Artes se tão preciosos quadros fossem dali extraídos e supridos por outros de menos consideração de que ainda ha alguns no Deposito. O que está na Capella do Santissimo é uma belesa da Arte é onde está originalmente retratada a esclarecida Infanta D. Maria, sua fundadora, que no meio da Capella jaz sepultada.

Na Igreja do extinto convento de Bemfica se conservam pinturas e alguas já bem estragadas, principalmente o admiravel quadro da Transfiguração. São as mesmas de que trata o insigne Fr. Luis de Sousa, que eu tive a curiosidade de levar a relação, que delas faz o mencionado Cronista e não foram desmentidas; foram mandadas vir de Roma. Emquanto á escultura basta (alem doutras Imagens) lembrar a de Santo Agostinho que deveria servir de modelo estando na Aula de Escultura; assim como a de S. Camilo que ao presente se acha na Igreja de S. Lourenço, e a Senhora e S. José, que ainda existem na Igreja do extinto convento de Xabregas; obras do nosso famoso José de Almeida.

Do extinto Mosteiro de Belem, tesouro de mil preciosidades, nem um só quadro veio para o Deposito; de todos já fiz uma exata relação; mas sem colher resultado algum.

Em algumas parochias suprimidas em Obidos ha pinturas da insigne Josefa vulgarmente chamada Josefa de Obidos. No seu termo junto ás Caldas da Rainha estava fundado o convento das Gaeiras, onde existia um quadro, do cujo assunto não me recordo; porem lembro-me, que mereceo a minha particular atenção.

Se me propuzesse a fazer a relação miuda dos paineis que existiam em alguns conventos do Alemteio, seria prolongada relação: Basta lembrar as formosas e antiquissimas pinturas que ornavam a Igreja do convento de N. S. das Reliquias na Vila da Vidigueira que pertencia á Ordem das Carmelitas Calçadas, onde jazem sepultadas as heroicas e honradas cinzas do Grande Vasco da Gama.

Por insinuação da Comissão eu escrevi a um Conego de Evora afim de me informar o estado, ou desestrado fim, que levaram monumentos tão preciosos e dignos de estimar; a resposta foi evasiva.

No Convento de S. Miguel da Tapada que pertencia á Ordem do Carmo Calçado, pouco distante de Beja, na portaria do Convento havia um belissimo painel de N. Senhora; nem deste convento, nem dos dous suprimidos, que pertenciam, o de S. Francisco á Provincia de Xabregas, e o outro aos Capuchos, possue o Deposito um só quadro.

Não esqueça fazer toda deligencia, reclamando as excelentes pinturas do Mosteiro extinto de Val-Bemfeito da Ordem de S. Jeronimo; dizem, que foram levadas para uma freguezia. Não se tem podido recolher para o Deposito os admiraveis quadros e outras

peças de escultura que ornavam a riquissima Capela da Terra Santa no hospicio assim denominada dentro do mesmo extinto convento de S. Francisco: tudo o q. ali se via de precioso foi á custa do Comissario da Terra Santa Fr. Manuel de S. Carlos, irmão dos Negociantes Caldas. E' indubitavel que o seu espolio era riquissimo, o que se depreende na bem escolhida livraria, notavel até pelas raras edições, e que foi recolhida ao Deposito no tempo em que tinha esta incumbencia o Dr. Nunes; e se houve direito para a arrecadação dos livros, como o não ha ácerca de tão preciosas pinturas? E' o que por agora cumpre dizer julgando baldado e sem efeito tudo o que levo exposto se o Governo não proceder dum modo activo e vigoroso, por as Juntas de Parochia obstarem á entrega com teima e obstinação. O quadro que está no altar da Capela sobredita é de N. Senhora da Conceição e talvez neste genero um dos melhores de Pedro Alexandrino. — a) *Luis Duarte Villela da Silva* (1).

---

(1) Esta relação é apenas uma copia pois o original encontra-se na B. N. L. escrito pelo punho do proprio conego mas sem assinatura.

UM EXAME DE ALFAIATE

o ano de 1820 o Doutor Bernardo Augusto Vieira de Serpa, juiz de fora em exercício, mandado em predicamento de correição à vila de Alcobaça e seu termo, fêz publicar vários editais remediando, regulando, providenciando enfim sôbre a administração pública para sossêgo e bem estar dos povos, que sofriam com os vexames, afrontas e malquerenças de outras autoridades.

Êsses editais não nos interessam. Acham-se espalhados em processos vários para conclusão das devassas que se fizeram. Contudo, um dentre êles chama a nossa atenção:

A todos os Senhores Doutores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Julgadores, Juizes, Justiças, Officiaes e mais pessoas deste Reino, e Senhores Senhorios de Portugal, aquelles a quem, aonde, e para ante quem e a cada hum dos quaes esta nossa Carta virem:

(Segue-se depois um extenso arrazoado sôbre a autoridade da correição e seus efeitos).

E continua:

«... E tendo mandado que todas as pessoas que quizessem exercer o officio de alfaiate respondessem em hum exame, para melhor exercerem o seu officio, foi para esse effeito nomeado como examinador a João Paulo, Juiz do officio, o qual tendo examinado a José Joaquim, do logar de Vidual, freguezia de Cedovide, do termo da Loizan e ora assistente na villa de Turquel desta comarca, o tinha achado capaz e habil para exercer o dito officio onde melhor lhe conviesse e que não havia duvida em que se lhe passasse Carta de Examinação do referido officio na forma do Estilo, tendo assinado o auto o Escrivão da Camara Manoel Figueira Freire. E como o mesmo examinado nos tivesse requerido a sua Carta de Examinação para ter loja aberta, Nós na forma do estilo, a passamos que vae por nós segurada e sellada. E mandamos ás Justiças de El-Rey Nosso Senhor que Deus Guarde, em todas as partes onde José Joaquim se apresentar para exercer o officio, para o qual foi julgado com capacidade, lh'o deixem exercer livremente. Alcobaça aos dois dias do mez de outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte».

José Joaquim, por êste motivo o homem mais notável de Turquel, prestou depois juramento nas mãos do Juiz de fora; assinou tambem um termo de fiança, sendo fiador Silvério de Almeida, dos Casais, que se obrigou por sua pessoa e bens. Assistiu a todos êstes actos a Câmara de Alcobaça, mas não diz o processo que tivesse havido *copo de água*.

Está, pois, José Joaquim investido no ofício de alfaiate, com carta de examinação, auto de juramento de bem cumprir o seu ofício e auto de fiança de cum-

prir com o *Regimento dos alfaiates* que vigorava em Alcobaça e que era do teor seguinte:

Pelo feitio de hum vestido de homem, sendo casaca, vestia, e calção de panno fino forrado de seda	1$400
E sendo de panno ordinario, mais ebrijueira *(sic)*	1$200
De huma vestia de panno de homem levarão	$360
E sendo de panno ordinario	$300
De um calção de draga	$240
Sendo de panno fino	$200
E sendo de panno ordinario	$160
Feitio de huma carapuça	$080
Feitio de hum colete ordinario	$120
Sendo de fazenda fina com guarnições	$160
Feitio de hum sortum *(sic)* de baeta ou fazenda ordinaria	$080
Feitio de hum capote de panno fino	$400
E sendo sem forro, e fazenda inferior	$300
De hum gabão forrado	$600
E sem forro, e á moda	$480
De huma capa grande para mulher de panno com serzidos e guarnições	$400
E sendo sem serzidos, e meias guarnições, e fazenda mais inferior	$240
Feitio de uma saia e roupinha de baeta ou fazd.ª semelhante	$300
E sendo de seda, ou outra qualquer fazenda fina á moda	$600
De hum manto de sarja	$300
E sendo de seda levarão de feitio	$480

É de crer que êle, em Turquel e com aquêles preços, não tivesse feito fortuna e que a sua ambição, alimentada pela Carta passada em correição, o que era considerado quási como um Decreto Régio, o tivesse trazido á Côrte, onde com certeza abriu loja, com a taboleta de *Fornecedor da Casa Real.*

(*Feitos Findos*, pasta 306).

João Jardim de Vilhena

REMÉDIO CONTRA O ENJOO

ilustre polígrafo D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), que foi autor de 289 obras, partiu em 1709 para assistir em Roma ao concílio geral da sua ordem (Teatinos) que ali se devia realizar no ano seguinte.

Conforme a sua relação de viagem, de que D. Tomás Caetano do Bem publicou um largo extracto nas suas *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal, e suas conquistas na India Oriental* (I, 238 e seg.), D. Manuel Caetano teve que embarcar um pouco precipitadamente.

Provàvelmente só por carta poude despedir-se de seu pai D. Francisco de Sousa, capitão da Guarda Alemã, Deputado da Junta dos Três Estados, Presidente do Senado de Lisboa e da Mesa de Consciência

e Ordens, e Conselheiro de Estado. Em resposta recebeu dêle a carta que se segue:

«Filho. Fizeste mui bem em embarcarte sem despidirte.

> Porq. ainda q. he de amor uzança boa
> A quem fica, e aquem parte mais magôa

Tambem se enjoares farás o que convem em embebedarte porque te liurará o vinho de damno que te houuer cauzado a agua, e ja porque uzaua deste remedio pode chegar até a India o seu primeiro descobridor, que foi quando,

> Entrou no reyno da agoa o Rey do v.^{o}

Estimo que estejas taõ contente do agazalho desse baixel, e espero que gostes da viagem, e que daqui até o mar de Liguria continue o Ponente em soprar com aquella medida, que he conueniente, e que tanto que chegares a Leorne se volte a Leuante para me trazer com breuid.^{e} boas nouas tuas, e não tedigo que p^{a} aliuio das minhas saud.^{es} porq he palaura, q. ja só uzaõ Freiras, e daqui a Roma he pouco mais que a Cassilhas, e dequem vai p^{a} taõ boa terra naõ se pode ter mais, que envejas.
Parte com D^{s}, que te g.^{de} Lix^{a} 16 de outr^{o} de 1709.

TPEA (1)

Dom Franc^{o} de Souza»

---

(1) «Teu pai e amigo».

Embora fôsse a primeira vez que viajava por mar, parece que D. Manuel Caetano de Sousa não enjoou: pelo menos de tal não ficou notícia na obra de D. Tomás Caetano do Bem, perdendo nós assim a possibilidade de saber se o ilustre escritor teve ocasião de aproveitar o remédio paterno, que se encontra em carta autógrafa no códice n.º 7697 do *Fundo Geral* da B. N. L., onde estão coleccionadas muitas cartas dirigidas ao erudito polígrafo.

I–XII–29.

GASTÃO DE MATOS.

POEIRA DOS TEMPOS

VI — PINTURAS DA IGREJA DOS MÁRTIRES

. . . .

Vendo os irmãos a sua igreja tão perfeitamente acabada, mandaram apainelar todo o tecto, e por baixo do côro, cuja despeza, se determinou saísse de esmolas que cada qual voluntariamente quizesse dar. Elegeram o melhor pintor que então se conhecia, chamado José de Avellar Rebello, que gastou quasi nove annos em aprontar a obra de que foi encarregado, pondo-se os ultimos paineis no tecto da igreja no anno de 1648. Eram elles setenta e dous, e cada um tinha onze palmos de comprido, e oito de largo, distribuidos em oito fileiras, cada uma de nove, que firmavam sobre as cimalhas das paredes, e contestavam com os frontispicios interiores do corpo da igreja: estavam em molduras largas, e nos repartimentos com florões, tudo sobre dourado, que posto com a delicadeza singular da postura mostrava aos olhos um Ceo aberto.

representando toda a vida do Nosso Salvador, desde a Annunciação, até á vinda do Espirito Santo. Por cada um destes quadros levou o pintor 11$200 réis: de dourar as molduras, por cada um seis mil quatrocentos réis; finalmente, não entrando madeira para molduras, grade, o seu feitio, ferragens, e assentarem-se nos seus logares, importou a sua despeza em 1.281$600 réis.

No anno de 1641 mandaram collocar sobre o arco da capella mór, outro quadro da tomada de Lisboa que depois se conservava junto da porta da Sachristia; tinha dez palmos de altura, e vinte e um de cumprimento *(sic)*. Por baixo do côro mandaram pôr sete quadros do mesmo pintor, que representavam logares da Escriptura Sagrada, no que se despenderam, em pintura, e douradura 141$000 réis, e foram postos naquelle logar em 1650. No largo que havia das grades do côro às columnas que o sustentavam, que eram duas redondas, que depois foram para sustentar o côro de S. João da Praça havia, mais nove quadros tambem de paços *(sic)* da Escriptura. Toda esta obra consta que importára cinco mil cruzados.

O Ramalhete — Jornal de Instrucção, e Recreio. Lisboa, 1842, pgs. 135.

VII — COSTUMES ALFACINHAS

. . . Então que heide eu fazer? Passear, que faz muito frio, e em cansando sentar-me no banco de alguma Loge por aquelle vasto Rocio. Tambem não deixo de fazer minhas observações; . . . por ex., estão alli sentados comigo encolhido de frio, e mudo como hum homem, que, ou inda não jantou, ou jantou pouco, dois ou tres Prebendados pingues, e tres desses

homens que se explicão sempre pelo termo laconico de—quarenta contos, sessenta contos, cem contos, (e o caso he que tem, e não se sabe como, os taes cem contos); chega hum miseravel pobre... e pede huma esmolla por mais Santos ainda, do que contém o Calendario... e ouve da boca dos taes, em lugar da esmolla, o caritativo conselho de ir trabalhar com huma enchada nas mãos para os campos da Azabuja *(sic)*; isto he quando não escute da boca de algum dos taes dos cem contos adquiridos não se sabe como, a ameaça de o metterem na cordoaria, como hum pezo inutil, e prejudicial ao Estado cuja substancia anda ociosamente chupando como hum zangão em o cortiço da sociedade, onde ha abelhas mestras tão industriosas!... Tambem me divirto quando passa o cego, maldito improvisador de vióla, e entre o chorrilho com que o socorrem as Muzas, que são apaixonadas dos cegos, me canta estas suavissimas endeixas:

> Villa-Campa desce,
> Sobe Palarêa,
> O Chaleco avança,
> Caracol ladêa.
>
> Que fará José?
> Que fará Jordão?
> Bebem de quatorze,
> E nós de tostão.

....

Se tudo quanto luz fosse oiro, então, bem podião os grandes ociosos ir abanar o fogareiro, porque não terião criadas; e irião cavar a terra de suas immensas Quintas esses que nos Botequins arrotão de Proprietarios, deixando alli pendurada a casaquinha... Sim, sim, eu bem os vejo passar, eu bem os conheço debaixo daquelle uniforme tão esbelto e tão esguio, nas algibeiras daquelle Affonsinho colete que já vai che-

gando aos calcanhares, não ha hum real; debaixo daquella alamarada sobrecasaca que açoita aquellas invernizadas botas, não ha hum palmo de camiza em que se aniche hum morador errante . . . .

J. Agostinho de Macedo no *Semanario de Instrucção, e Recreio*. Lisboa, 1813, pgs. 343.

OS COMETAS DE 1769

CARTA

. . . Senhor Cardoso Martha:

No artigo *A propósito de cometas* ("Feira da Ladra", I, n.º 6, pág. 225) propõe V. . . . com certa ironia a identificação de dois cometas de 1769 observados em Portugal, que, pelas datas transcritas por V. . . ., julgo serem o mesmo e II dêsse ano (v. g. A. Guillemin, *Les comètes*, pág. 447, n.º 88, Paris, 1875).

Muito longe de pretensões eruditas, que talvez se pudessem ampliar a outro artigo da "Feira" (I, n.º 3, pág. 97), e socorrendo-me apenas duma breve leitura, envio a V. . . . por mera curiosidade alguns apontamentos sôbre o assunto.

O cometa de 1769, que interessa a V. . . ., quinquagésimo sexto do catálogo de De Lalande, foi avistado pela primeira vez em 8 de Agosto por Messier no Observatório da Marinha, desaparecendo em Dezembro do mesmo ano. Só em Setembro é que se tornou visível à vista desarmada, o que concorda com as notas do espectador português. A observação "evinha detraz do sete estrelo" [Pleiades], concorda com o aparecimento entre Aries e Orion registado por De Lalande; não sendo tão clara estoutra "apareceu outro

sinal da parte do norte", pois como disse, trata-se do mesmo cometa.

A aparição foi seguida por numerosos astrónomos, que comunicaram as suas observações a De Lalande, como se vê na *Mémoire sur la comète de 1769 (Histoire de l'Académie Royale des Sciences — 1769*, p. 49. Paris, 1772), permitindo o cálculo dos elementos do cometa.

A distância mínima à terra, de dez milhões e meio de léguas em 9 de Setembro, foi considerada com atenção por De Lalande, que na memória escreve: "De là il suit que cette comète n'est point de celles qui, par leur proximité à la Terre, pourroient y produire des révolutions ou des phénomenes sensibles, si toutefois il y en a qui soient dans ce cas-là".

Numa nota *Sur la Comète de 1769 (Journal des Sçavans*, LXXXI, p. 836, Paris, 1769) há referências ao estudo citado, informando que em 27 de Setembro a cauda era fraca e pouco luminosa.

Creia V... sempre ao seu dispor (dentro dos modestos recursos terrenos e celestes), o

mui q.to c.do e adm.dor

R. DE SERPA PINTO

UMA PARTIDA DE CARNAVAL DE OUTROS TEMPOS...

M ano que não é fácil precisar, mas, sem dúvida, um dos últimos do século XVII ou dos primeiros do imediato, espalhou-se por Lisboa durante os dias de Carnaval um papel emprazando as Senhoras da Côrte para uma procissão de penitência na quarta-feira de Cinza seguinte.

A intimação era expedida em nome da Meza da Veneravel Ordem 3.ª de S. Francisco, e assinava-a *O Irmão Ministro*...

Cada Senhora seria portadora duma insígnia e uma divisa que eram, por assim dizer, um comentário vivo à sua própria personalidade, nisso consistindo todo o espírito da *partida*.

Era simples, embora por vezes indiscreto.

Do que não resta dúvida é de que a brincadeira

fez sucesso; só à Universidade de Coimbra vieram parar dois exemplares do programa (códs. 391 e 392).

Incompreensivel para nós em grande parte das suas graciosas alusões, o velho papel tem o apreciavel merecimento de nos revelar os nomes de quem constituia na época a sociedade elegante da Capital.

É, com certeza, uma galeria de elegâncias femininas, identificáveis algumas, curiosas tôdas.

Á distância de mais de dois séculos, é ainda com interêsse que se lê, e não poucas vezes, mesmo, um sorriso acode em expontâneo comentário.

Tem a graça que resiste ao Tempo e por onde o verdadeiro espírito se afere.

Nem tudo nele será talvez ingenuidade, é certo; há donde a onde a sua pontinha de malícia e muita indiscreção, a que terá correspondido — sabe-se lá — alguma lagrimasita de despeito bem feminino ou de insofrida cólera contra o anónimo autor da *partida* . . .

Os leitores vão ver; e como a algum sobeje, porventura, o tempo que a mim escasseia, talvez a identificação das figuras da galeria o tente, e assim tenhamos todos o prazer e o proveito de ver completado o quadrinho que nos é vedado traçar.

O papel é como segue:

Lista das senhoras irmãs que por serviço de N. P.e S. Francisco hão-de ir 4.a feira na procissão da Veneravel Ordem 3.a, em que cada uma levará o andor, e levará a insignia ou penitência que pela Meza da Ordem se lhe ordena e distribue na maneira seguinte:

A Senhora D. Isabel da Silva governará a procissão e irá adiante do pendão da penitência com círio de pau que lhe servirá de bordão e levará esta letra

Quem vem atraz feche a porta.

A Senhora Marquesa de Fronteira levará o prato dos livros, e entre êles um aberto e no rótulo esta letra

Não leio mas vou passando.

A Senhora Condessa do Rio Grande levará o prato das cinsas com a letra

Até o desengano é moda.

A Senhora Marquesa de Marialva governará o andor da Cruz e irá por penitência sem guarda-infante e com a letra

Sempre fui de Santa Cruz.

A Senhora Condessa de Assumar, o andor de Santa Izabel Rainha de Portugal; por penitência não irá de casaca, mas toucada de penas com um tinteiro na mão; e na tarja

Porque faço boa letra.

A Senhora Condessa de Soure, filha, o andor de Santa Clara; por penitência não levará sinais e se lhe advirta que não fale com as Senhoras que lhe vão adiante; com a letra

Por ser clara serei santa.

A Senhora D. Luísa Ponce, o andor de Santa Rosa de Viterbo; por penitência não levará consigo cães grandes nem pequenos. Na mão direita um perfumador com a letra

Sou tão amiga de cheiros que sou devota das Rosas.

A Senhora Condessa de Pombeiro, o andor de Santa Angela; por penitência não levará abanico, e se recolherá mais cedo ainda que se quebre a correspondência da procissão. Com a letra

Falta-me o ar do abanico e só tenho êsse dezar.

A Senhora Condessa da Ericeira, mãi, o andor do Santo Ivo doutor; por penitência levará um Camões fechado e irá rezando pelas suas contas, com a letra

Fazia conta de ler, mas já a faço de rezar.

A Senhora D. Margarida Juliana, o andor de Santa Margarida; por penitência irá cantando Mizerere e fazendo compasso com a luva calçada; e na tarja esta letra

*É formosura perfeita a que se compõe de p.*es (?)

A Senhora D. Mariana de Alancastre, o andor de S. Luiz, Bispo; por penitência se não rirá na procissão nem levará o cabelo em tranças; e com a letra

Nem tanto nem tampouco.

A Senhora Condessa de Viana, o andor de Santo Eliazaro; por penitência irá sem joias e sem as senhoras suas parentes; com a letra

As parentas não me faltam, e a Beleza é a melhor joia.

A Senhora Marquesa de Fontes, filha, o andor de S. Luís, Rei de França; por penitência irá sem espin-

garda, mas vestida como quiser; e na tarja, uma flôr de Liz com esta letra

Com tais flôres é perpétua a Flôr Bela de Lisboa.

A Senhora D. Inês da Silva, o andor de S. Roque; e por penitência não cantará nem aceitará recados nem escritos enquanto fôr na procissão; levará mongil de silício, e coberta com o seu apelido e a letra

Só pela razão de Estado tudo isto levo em capelo.

A Senhora Condessa de Tarouca, o andor de Santa Joana; por penitência também não cantará e levará na mão direita um ramo de silva com a letra

É gôsto e não penitência.

A Senhora D. Violante de Portugal, o andor de Santo Henrique; por penitência não falará nas herdades do Alemtejo e levará esta letra

Sou Senhora muito rica e sou mui rica Senhora.

A Senhora Condessa de Soure, mãi, o andor de Santa Isabel, Rainha de Hungria; por penitência irá sem manguito, e na tarja a folhinha do ano com a letra

Já tive anos de regalo; agora a Côrte se engana,
pois não tenho uma semana.

A Senhora D. Maria de Noronha, o andor de S. Conrado; por penitência não levará cabelo curto, nem gravata, mas irá andando sem parar, com esta letra

Nada poderá no mundo fazer-me perder o passo.

A Senhora Condessa da Feira, o andor dos bem casados, S. Lúcio e Santa Bona; por penitência irá vestida de azul, toucada de saudades com esta letra

Faço gala do que sinto.

A Senhora Condessa de Pombeiro, mãi, o andor de nosso padre S. Francisco pedindo a regra ao Papa; por penitência não falará em cousas de Castela enquanto fôr na procissão; com esta letra

Não tenho nada com Roma
mas também posso dar Regras.

A Senhora D. Mariana de Castel Branco, o andor de nosso Padre S. Francisco recebendo as Chagas; por penitência irá vestida à Francesa, com a letra

Seja pelo amor de Deus.

A Senhora D. Luísa Antónia de Távora irá governando os anjinhos dos martírios porque sabe o que é lidar com crianças e lhe ficará por penitência; com esta letra

Depois que mudei de vida, faço doce penitência.

A Senhora D. Maria Vitória de Lima terá cuidado de que a procissão não vá quebrada; não levará penitência porque não faz pouco em pôr as cousas em ordem; com a letra

Eu só entendo de quebras e por isso as sei soldar.

A Senhora D. Luísa Bernarda irá com uma lanterna na mão, com esta lètra

Para acender e atiçar.

A Senhora D. Felipa de Mendonça como procuradora da Ordem irá dando a cera e terá cuidado de a recolher depois; com a letra

Faço só a minha obrigação.

A Senhora Condessa de Coculim irá junto ao Pálio e correrão por sua conta os cheiros dos turíbulos; por penitência levará as luvas de canhão bem alto, que não descalçará enquanto fôr na procissão; e no manguito, em lugar de broche levará esta letra

Não pode parecer mal o que a todos cheira bem.

A Senhora D. Inês Antónia de Távora irá no último lugar como ministra entre as mais Senhoras da Meza, e se lhe pede que neste dia vá em chapins mais altos porque se não cuide que vai de joelhos fazendo penitência; e será obrigada a acompanhar o Prègador ao recolher da procissão; leva a insígnia da Ordem com esta letra

Só por minha direcção se podia isto fazer.

A Senhora Condessa de Vila Verde e Marquesinha de Arronches estão desobrigadas de irem na procissão porque teem seus maridos ausentes.

Do Irmão Ministro

Lê-se sem cansaço, não é verdade? Pois agora teem a palavra os genealogistas da *Feira da Ladra* em certamen de bisbilhotice retrospectiva.

Uma nota ainda: um dos programas apresenta uma variante curiosa na epígrafe; diz assim:

Papel em que se repartem as Senhoras de Portugal pelos andores da Procissão de 4.ª feira de Cinza, picando a cada uma delas naquilo em que é mais notada.

O autor, *tomando o todo pela parte,* amplia e chama às Senhoras de Lisboa — as Senhoras de Portugal; o caso também tem a sua filosofia: é que já então, como ainda hoje, Portugal era ... *Lisboa.* O resto do país, como dizia o outro, era apenas paisagem ...

Coimbra, 1930.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

POETISAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XVIII (1)

V

FELÍCIA JACINTA INÁCIA

Faz parte esta senhora daquela falange aguerrida de metrificadoras que deixaram nos áditos de livros várias amostras, quase sempre sem valôr, do seu engenho.

Anda um soneto seu em espanhol no volume primeiro dos *Brados do Desengano*, de Leonarda Gil da Gama, anagrama perfeito da franciscana Madalena (Eufêmia) da Glória.

Felícia Jacinta passou à posteridade, salvo êrro, apenas com êste soneto, saído nas duas edições do livro — 1736 e 1749.

O primeiro verso

GLORIA que de tu raro entendimiento . . .

---

(1) Vid. tomo I. págs, 58 e 101.

desvenda logo o apelido da panegiricada. Não vale a pena transcrever o resto, que é um elogio pegado aos seus méritos. Louva-lhe a erudição, a subtileza, o espírito de

> Minerva sabia, Apolo rutilante,

e profetiza-lhe uma fácil imortalidade, cantada em «suave clarin».

Não faz a coisa por menos!

VI

FELICIANA TERESA SOUTOMAIOR

É ainda naquele grande alfôbre de génios desconhecidos, a *Oraçam Academica*, que esta poetisa — uma *bas-bleu* erudita, mostra as suas habilidades... em latim.

São três epigramas, respectivamente de 8, 4 e 6 versos.

Para amostra, o mais pequeno, com êste cabeçalho, campanudo:

Ad invictissimam Hungariae, Bohemiaeque
Reginam graphice depictam

> Quisquis pictor amas roburque, et pingere formam
> Inspice et haec normam te docet effigies:
> Picta licet decus Austriacae et nova gloria gentis
> Et formam, et robur monstrat utrumque simul.

Não são precisas grandes torturas de *Magnum Lexicon* para reduzir a prosa correntia este retrato da rainha.

Os outros dois são da mesma força; *effigies* para a direita, *robur* para a esquerda, além dum trocadilho muito chilro de *imperium* e *empyreum*. No que ela faz mais fôrça é no *robur*, que emprega seis vezes. Lá teria as suas razões...

Também com o arrevezado e incompleto anagrama de *Feliciano Valadaris Trozel*, fêz um soneto muito sofrivel, quási sem ressaibos de preciosismo, correntio e discreto. Anda no mesmo livro e absolve-a quási daquela embófia métrica.

E' só isto o que conheço do parturejo luso-latino de D. Feliciana.

VII

JOANA TERESA DE NORONHA E NÁPOLES

A avaliar pelo nome, deve de ter sido fidalga. Nada mais, nada menos do que Noronha e Nápoles. Fidalga ou não, o facto é que emerge, pelo menos alguns furos acima, das poetastras do seu tempo.

Aí ficam a atestá-lo seis sonetos, um romance, uma décima e uma oitava, que consegui arpoar dos *Brados do Desengano* e da *Oraçam académica, panegirica, histórica* e *profano-sacra* (tudo isto!) que o augustiniano Dr. Francisco da Cunha, em 1743, ofereceu à rainha da Hungria.

Diz o prior do convento de S. Agostinho de Leiria que levou a cabo reunir «versos dos melhores engenhos portuguezes».

Realmente conseguiu arrumar perto de 400 poesias em latim, espanhol, francês, italiano e português! Nem tudo é mau, porém, no livro. Figuram nêle cinco so-

netos de Garção — três em português, um em italiano e um em espanhol — que, por sinal não andam coligidos nas 4 edições das obras do poeta. Não sei também que andem referidos nas muitas biografias suas.

É esta uma das raras benemerências do livro. O resto dos poetas, salvante Maria do Ceu, Madalena da Glória, Luiz Calixto da Costa Faria, José Caetano, Tomás de Aquino e poucos mais, nem sequer andam arrolados na prolífera *Bibliotheca Lusitana.*

D. Joana contribuiu apenas com um soneto

Vence, triunfa, impera mais formosa

soneto que não é nada famoso e em que ela aconselha enfàticamente à Rainha que cinja um diadema de ouro, de prata e de *ferro duro.*

Esta de *ferro duro* é original! Pobre senhora, ajoujada a êste pezo todo! Não lhe bastava o soneto . . .

Nos *Brados do Desengano* foi a poetisa mais feliz. Alem do romance em toantes, muito inçado de gongorismos:

Nueva Pallas, cuyo nome

e dos sonetos

— Suspender manda por ouvir teus brados
— Maravilha, em que a sabia natureza

todos no 2.º volume, tem no 1.º um soneto em espanhol, cujas duas primeiras quadras, tocadas de sentimento e de ternura, destoam da enxurrada poeteira da época:

Tu, que la dulce vida en tiernos cantos
Trocaste por la vida trabajosa
La blanca seda, y purpura preciosa
Por aspero cilicio, y toscos panos,

Tu que viendo del mundo los engaños
Al puerto te acogiste pressurosa
Qual nave que en la noche tenebrosa
Teme del mar embravecidos daños . . .

Há no mesmo volume mais duas décimas, uma em espanhol e outra em português:

Suspende Apolo su canto
Quando a subo mais alto remontada·

Os dois sonetos:

— Unica fenix, cuyo entendimiento . . .
— Lusitana Minerva el aplaudirte . , .

demasiado encomiásticos e tufados de exageros já não merecem destaque.

Como quere que seja, D. Joana Teresa exibe dez poesias, cinco em português e cinco em espanhol.

Jorge de Faria

UM ACRÓSTICO ENIGMA

APRESENTAMOS aos amadores de curiosidades um acróstico imaginado em honra de D. Pedro 4.º, e achado por nós entre os papeis do Arquivo do Ministério da Justiça:

A S. M. I. O SERENISSIMO DUQUE DE BRAGANÇA
REGENTE EM NOME DE S. M. FIDELISSIMA,
EPIGRAMA ACRÓSTICO E ENIGMÁTICO.

LIZIA EXCLAMA:

Por vir do mal pr'o bem acazo eu ...?
Era evidente o ser mêo estado ...
Devendo eu fico pois sempre a Dom ...
Riquissimo presente em vir ...
O Rey, que era illegal, com Seo ...

O Juiz de Fóra interino da Vila de Mezão Frio
Antonio Borges de Azevedo Cerqueira

Êste acróstico está junto a um ofício redigido nestes termos:

Ill.^mo e Ex.^mo Sr.

Agora que todo o Cidadão sensivel aos Sublimes Beneficios do Libertador da Patria procura exceder-se em mais energicas demonstrações de sua empenhada gratidão para com S. M. I. o Serenissimo Duque de Bragança Regente em nome de S. M. F. a Rainha a Senhora D. Maria II, vai com jubilo e amoroso respeito o Juiz de Fora interino da villa de Mezão Frio por mediação de V. Ex.ª elevar à presença de S. M. I. o minimo, mas significantissimo testemunho de Amor e Submissão, hum Epigrama Acrostico e Enigmatico que fico pronto a decifrar, quando S. M. I. o determine, bem como Augusto em Roma determinára ao auctor do Mantuano — Sic vos non vobis —.

Deus Gde. a V. Ex.ª m. aª. Mezão Frio 5 de Junho de 1834.

Ill.^mo e Ex.^mo Sr. Joaquim Antonio de Aguiar, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça.

Do Juiz de Fóra Interino da Villa de Mezão Frio.

Antonio Borges de Azevedo Cerqueira

Como vêem, o imaginoso juiz de fóra prometia dar a solução, se o Duque de Bragança assim o ordenasse; mas parece que essa ordem nunca foi dada, visto que, por maiores e mais cuidadosas buscas que nós fizéssemos, não foi possivel encontrar outro ofício do Juiz.

D. PEDRO 4.º
(Xilogravurra popular da época)

Mas se o Juiz não deu solução ao *acróstico enigmático,* poderão dá-la os nossos queridos leitores, entre os quais deve haver charadistas exímios e rimadores ilustres?

Dá-se um prémio — uma obra literária portuguesa e moderna, em encadernação de amador.

João Jardim de Vilhena.

OUTRAS ANOTAÇÕES INÉDITAS DE CAMILO

No modesto artigo, ora dado à estampa, não tenho a pretenção de fazer um estudo scientífico, de pesada objectivação religiosa, das opiniões de Camilo a êste respeito, mas tão sómente o de metodizar as impressões do estilista, lançadas à margem da volumosa tradução dos *Conflitos da Sciencia e da Religião*, de Drapez, obra a que o autor de *O Esqueleto* se refere na já mui célebre *Questão da Sebenta*, dizendo havê-la lido na 6.ª edição franceza.

O livro vem recheado de notas de todo o caracter e feição. Apraz-me, porém, e é minha intenção apenas, transcrever, sómente aquelas que representam sólidas afirmações de crítica e fôrça, aquelas em que há uma ideia filosófica e moral, apresentada numa justeza compósita.

Nas vastas prosas de Camilo que para nosso maior prazer herdámos, o romancista está hipertrofiado ao

lado do pensador. A sua complexidade mental ter-lhe-hia permitido o acesso da pura especulação se a sua obra tivesse sido constantemente orientada por uma imparc al sinceridade de critério e de processo.

Salvam-se, porém, laivos magníficos da sua estrutural inteligência filosófica nessas notas, que êle apontou rápidamente em letra febril e comentário firme. A máxima limpidez de expressão existe nelas, aliada conexamente à mais intensa sistematização de cultura. E isto é apanágio exclusivo do escritor que cria num remanso olimpico.

Sem fazermos finca-pé no dístico de Tagore de que *o Utilitarismo destroi o Espiritualismo*, tivemos apenas na publicação de que se vai ler uma determinante:

Que poderiam ser curiosas e dignas de aprêço para os scientistas e para os teólogos portugueses estas notas do genial romancista.

*

A primeira nota está na página VI do prefácio da obra citada e diz assim:

«Congruencia de origem.

«O que predomina é a indiferença religiosa»'

As outras são como segue:

«Qual será a legenda mais antiga: a do Genesis hebreu ou a do boudhismo?»

*

«Quando as divindades adoptadas desamparam o paiz que as invoca, os sectarios interessados na conservação desses deuses dizem que o abandono é um castigo que purifica. E assim se vão conservando os deuses e os sacerdotes».

«A maneira de destruir todas as religiões, é permitti-las todas. Assim fez Roma».

*

«Se a morte foi a consequencia do peccado, as outras especies animaes que não peccaram deviam ser immortaes».

*

«A natureza do homem não se reforma, gasta-se; se houvesse renovação haveria rejuvenescencia».

*

«O catholicismo só pode viver pela lucta. Se transigir com a sciencia, acaba infallivelmente, ou volta ao primitivo christianismo, — situação incompativel com o estado moral do genero humano. O protestantismo que se crê remoçado nas fontes primitivas das Christandades, está tambem agonizante».

*
* *

Muitas mais notas poderiamos transcrever, se nos quiséssemos servir do texto do livro para sua completa elucidação; tal, porém, esperamos poder fazer num outro artigo.

Entretanto, sem querer fazer dialectica sôbre o valor concreto destas anotações, julgo todavia que merecem a impressão, pelo cunho inesperado de inédito que revestem.

F. Alves d'Azevedo

UMA CURIOSA GRAMÁTICA ITALIANA DO SÉCULO XVIII

os últimos anos do século XVIII (1) publicou-se em Lisboa, nos prélos da *Regia Typografia Silviana*, uma gramática italiana com o seguinte título em português *Elementos da lingua italiana ou methodo facil, e breve para aprendella com perfeição. Dedicados a sua Alteza Real o Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor* e a respectiva tradução na língua de Dante.

Foi seu autor, italiano por certo, um *Academico da (suposta) Real Academia Palermitana do Bom Gosto*

---

(1) Talvez em 1792, pois na *Gazeta de Lisboa*, n.º 33 de Agosto dêste ano, se encontra a notícia de ter saído uma *Grammatica portugueza e italiana, offerecida ao Principe Nosso Senhor*, que se vendia por 480 reis na *loja de Manuel Joaquim da Silva, sahindo do Terreiro do Paço para a rua da Prata, nas casas d'Anselmo Jose da Cruz*, que provàvelmente se refere à gramática em questão.

que se acobertou debaixo do pseudonimo de *Dafni Trinacrino*, não decifrado quer pelo laborioso Inocencio no seu *Diccionario bibliographico*, quer pelo nosso erudito amigo, Martinho da Fonseca, no seu tão útil livro *Subsidios para um diccionario de pseudonymos*.

É deveras curioso êste livro, cujo valor pedagógico aliás, ignoramos, como vai vêr-se pelo exame que faremos do seu conteúdo.

Logo na primeira página traz, como epígrafe, um aforismo de Quintiliano, que tem muita aplicação e que é assim traduzido: *com ordem, razão, e methodo tudo se aprende com brevidade*.

Na quinta página vem um soneto *Per il faustissimo giorno natalizzio di sua Altezza Reale celebrato nel di XIII. Maggio M.DCC.XCII.*

Trata-se da celebração faustiva do 25.º aniversário do então Príncipe Regente, depois D. João VI, a quem o livro é dedicado. A dedicatória bilingue, vem nas páginas seguintes.

De pág. I a LXVIII decorre a gramática, toda em português, dividida em duas partes. Na primeira trata dos nomes, números, pronomes, verbos, preposições, conjunções e interjeições e, na segunda, ocupa-se da sintaxe ou concordancia.

As páginas que vão de LXIX a CXXIV são preenchidas com uma parte poética, toda em italiano, a que no *Indice* se dá êste título: *De Capiversi de'Componimenti Poetici*.

É esta a parte interessante do livro, em que se manifesta a veia poética do seu autor.

Começa por um soneto em honra da Virgem *In onore di Maria Santissima Immaculata*, a que se segue uma outra composição que tambem lhe é dedicada *Fervorosa preghiera alla sacra pastora*.

Um soneto *Per la ricuperata salute di sua Alteza Reale il Principe N. S.* encontra-se a pág. LXXII e

traz, em apendice, uma nota sôbre o intendente Pina Manique.

A pág. LXXIV vem um outro soneto, em que se celebra a chegada, a Lisboa, do Infante D. Pedro Carlos de Bourbon, filho do infante de Espanha D. Gabriel Antonio de Bourbon e da infanta de Portugal D. Mariana Victoria e futuro esposo da infanta D. Maria Tereza, filha do Príncipe Regente. Tem o seguinte título: *Nel felice arrivo da Madrid in Lisbone del Real Pupillo S. A. D. Pietro Carlo Infante delle Spagne &c. &c. &c.* e é dedicado *A. S. R. M. Fedelissima D. Maria I. Felicemente Regnante.*

No soneto seguinte comemora-se o falecimento do rei de Espanha D. Carlos III, filho de Filipe V e de Isabel Farnésio, *Per aver passato fra il numero de' defunti S. Maestá Catholica D. Carlo III. Il Grande.*

Numa extensa composição poética, que, muito provàvelmente, terá passado despercebida aos coleccionadores e investigadores olissiponenses, faz-se uma descrição da grandiosa basílica da Estrela, cuja consagração se efectuara em 15 de Novembro de 1789.

Tem êste comprido título *Un viaggiatore che arriva in Lisbona, nel di XV. Novembre M.DCC.LXXXIX. Giorno della Consagrazione del Sacro Tempio Dell'Insigne Real Monastero delle RR. Monache Teresiane, detto Convento Nuovo dedicato al Sacro Cuor di Gesú da S. Maestá Fedelissima fondatrice augusta. Ne fa la succinta descrizione.*

Desta composição transcrevemos alguns versos, em que o pretenso viajante faz elogiosas referências ao quadro do Coração de Maria (1), existente naquêle

---

(1) Acêrca dêste quadro escreveu um viajante francês em Portugal Mr. Ch. V. d'Hautefort, no seu livro *Coup d'oeil sur Lisbonne et Madrid, en 1814*... Paris 1820: «Les tableaux de l'église sont de Pompée Battoni, hormis un seul, qui a été éxecuté par les

templo, obra pictorica da princesa D. Maria Francisca Benedita e da infanta D. Maria Ana, sua irmã, versos que não conheciamos, nem quando, em 1925, publicamos o livro *Princesas artistas (as filhas del-rei D. José)*, nem quando, tempos depois, no artigo *Uma exposição artistica no Porto em 1807*, inserto na revista *O Tripeiro*, de 1927, reunimos alguns novos elementos sobre o assunto nele versado.

Eis os citados versos:

Evvi pure d'ammirare
In disegno, e simetria
Il bel quadro dell'Altare
Del Cuor Sacro di *Maria.*
Di pittura la più fina
Di Raffaello di Messina.

Opra fu delle Sorelle
Della Gran Diva diletta
Principesse Pie, e Belle
Marianna, e *Benedetta*
Di Virtudi magistrali,
Che si réndon Immortali.

Diversas notas elucidativas se encontram na final desta poesia.

Entre elas salientaremos aquela em que, a propósito da estátua equestre de el-rei D. José, se citam os seus três (sic) autores: Joaquim Carneiro (da Silva), arquitecto

---

princesses de la famille royale. C'est une copie du saint Michel de Raphaël; mais ici des mains propres à manier le sceptre se sont bien trompées en s'emparant du pinceau, et il n'en est resulté qu'une parodie d'un des plus beaux sujets de l'immortel Appelles d'Urbin». Fizemos vir de Paris, por intermédio do nosso amigo Mr. Le Gentil, a fotografia do quadro de Rafael, existente no Museu de Louvre, *Saint Michel terrassant le démon*, e, comparando-a com o quadro das princesas, encontrámos, efectivamente, algumas ligeiras semelhanças entre as duas figurações do arcanjo.

(sic), o conhecido artista que apenas gravou a estampa daquêle monumento, Joaquim Machado (de Castro), escultor e Bartolomeu da Costa, estatuário. Vem em seguida um soneto dedicado à rainha D. Maria I, no seu 55.° aniversário natalício *A sua Real M. Fedelissima nel di XVII. Decembre MDCCCLXXXIX.*

Adiante, em duas composições poéticas, festeja-se o aniversário do nascimento da princesa D. Carlota Joaquina. Uma tem por titulo *Per l'anniversario della gaudiosa nascita di S. A. Reale D. Carlotta Giocchina Principessa del Brasile N. S. celebrata nel di XXV. Aprile MDCCCXC* e a outra *Inno per sollennizare il fausto giorno natalizzio di sua altezza reale la Principessa del Brasile N. S. nel di XXV. Aprile M.DCCXCI.* Ambas são acompanhadas de notas explicativas.

A pág. XCII ocorre um epitalamio, feito por ocasião dos esponsais *(fausti sponsali)* de D. Eugénia Maria Josefa Xavier Teles Castro da Gama Lima Ataide de Noronha Silveira e Silva, condessa da Vidigueira e Marquesa de Niza, com D. Domingos de Lima Teles Vasconcelos Brito Nogueira Silva e Bragança, descendente dos Viscondes de V. N. de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima e Marquês de Niza, realizados em 21 de Novembro de 1790. Numa das notas se enumeram os variados titulos nobiliarquicos da noiva. A pag. XCIX lê-se um *Dialogo* sôbre a basílica da Estrêla, com o titulo *Il disegno del nuovo tempio*, para celebrar, ainda mais uma vez, o aniversário natalício da rainha. São interlocutores o Tejo, a Fama e o Tempo.

Vem a seguir um soneto dedicado à morte do reverendo Dr. D. Bartolomeu Stabili e Monticcioli, cónego da colegiada de Trapani.

Por um hino que vem a pag. CX se vê que o autor, quem quer que ele fôsse, tinha o sestro de festejar todos os régios aniversários natalícios, como o festeiro-

mór dêstes reinos, o José Pedro, das luminárias. É ainda o de D. Carlota Joaquina.

Na pag. CXV vem um soneto dedicado a D. Mariana Josefa Xavier de Lima Teles Vasconcelos Silva e Bragança, descendente dos Marqueses de Ponte de Lima e Marquesa de Niza (mãe), por ocasião de se encontrar, em 7 de Maio de 1791, *nei reali bagni minerali delle Caldas* e, na seguinte, um outro dedicado ao Dr. João Abate Neli, catedrático da Real Academia de Palermo.

O aniversário natalício de D. Maria I é, novamente, celebrado numa composição em oitavas, que se lê a pag. CXVIII.

Vem agora um soneto incitando os portugueses à guerra contra os turcos. Patenteia êste título *Nella spedizione della flota comandata dall'Almirante cavalier Sanches de Brito.*

Trata se da esquadra que, sob o comando do almirante José Sanches de Brito, foi mandada para serviço no Mediterrâneo e no estreito de Gibraltar.

Compunha-se esta esquadra, segundo a *Gazeta de Lisboa*, n.º 25 de 19 de Junho de 1792, de uma nau, a *Rainha de Portugal*; uma fragata, a *Princesa do Brasil* e três bergantins: *Lebre*, *Voador* e *Serpente*.

A bordo da fragata ia D. Lourenço de Lima, enviado de Portugal junto do rei da Sardenha.

A esquadra fez-se ao mar em 16 de Junho e chegou a Nápoles em 19 de Julho.

Ali se conservou até 20 de Setembro, tendo sido recebida com as maiores honras e festas, como noticiou a mesma *Gazeta* em diversos números e como consta do seguinte folheto que possuimos: *Carta em que se dá huma breve noticia do modo com que Suas Magestades Sicilianas receberão a Esquadra Portugueza, do luzimento, e aparato com que ella entrou em o Porto de Napoles debaixo das Ordens do Chéfe de Es-*

quadras José Sanches de Brito. Lisboa Na Offic. de Antonio Gomes. Sem data. 7 pág. in-4.º Assinada no fim: M. L. R. e datada de Nápoles 26 de Julho de 1792.

Êste *Chefe de Esquadras,* que faleceu pouco antes de 1817, é autor, segundo parece, do curioso livro *O piolho viajante, divididas as viagens em mil e uma carapuças,* Lisboa 1804 e 1826, em 4 vol. de que tratou, desenvolvidamente, José Pereira Sampaio (Bruno) no 1.º vol. (e único) do livro *O Porto culto,* Porto 1912; do tomo primeiro e único do *Tempo presente, maquina aerostatica, noticia universal, ó* (sic) *novidades de cada dia, trazidas pela mesma maquina, tanto de Portugal, como do mais resto do mundo. Dadas todas as semanas aos olhos de quem os tiver,* Lisboa 1806, sendo assim o precursor dos actuais correios aéreos... e da tradução do *Compendio da vida e feitos de José Balsamo,* publicada póstuma, no Pôrto, em 1876.

No livro do sr. Quirino da Fonseca *Portugueses no mar,* ha referências a diversas esquadras comandadas por êste Sanches de Brito, que umas vezes é tenente general e noutras coronel do mar, postos da antiga marinha portuguesa.

Conhecemos ainda outras duas gramáticas italianas, saídas dos prelos portugueses.

Uma é tambem do século XVIII e é seu autor D. Luís Caetano de Lima.

Tivemos presente a segunda edição, de *Lisboa M.DCC.LVI, Na Officina de Joseph da Costa Coimbra.* Tem êste título *Grammatica italiana, e arte para se aprender a Lingua Italiana por meyo da Lingua Portugueza, Offerecida á Serenissima Princeza Nossa Senhora.* In-8.º gr. de 121, n.º 418 pag.

Da segunda, mais moderna, é autor Antonio Prefumo, que a dedicou ao barão de Quintela. É assim o seu título: *Grammatica da lingua italiana, para os por-*

tuguezes. Na typographia de Bulhões. Anno de 1829 In-8.º 421. 2 s. n.-260 pag.

Teve 2.ª edição em 1841 e a 3.ª em 1858. Êste Prefumo foi tambem autor dum *Diccionario italiano e portuguez*, Lisboa 1853 e fazia a tradução dos libretos das operas do Teatro de S. Carlos.

Ainda a êste indivíduo é dedicada, por uma das suas discípulas, uma pouco conhecida tradução de fragmentos lamartineanos, publicada em Lisboa em 1853.

Tem êste título: *Frammenti delle ricordanze, impressioni, pensieri e paesaggi durante un viaggio in Oriente di Alfonso di Lamartine tradotti da Ortenzia Fleury.*

É interessante consignar que, no princípio do volume, vem uma carta dirigida pela tradutora, possivelmente da família do sr. Ernesto Fleury, professor do Instituto Superior Técnico, àquele célebre escritor do período romântico em França.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA.

UM CALENDÁRIO POPULAR

MPRIMIU-SE em Lisboa no ano remoto de 1741, nas oficinas dos herdeiros de António Pedroso Galrão e «com todas as licenças necessárias», um livrinho de *Horas Portuguezas*. Folheando-o distraidamente encontrei uma colecção de preceitos higiénicos, em oitava rima, repartidos pelos doze meses dum calendário pôsto ao abrir do volume.

Cada uma dessas oitavas é encimada por uma graciosa figurinha xilogravada, quási tôdas adoráveis quadrinhos da vida e usanças avoengas. A gravura em madeira, humildemente vivendo durante os séculos XVII e XVIII, apagada pelas façanhas do buril sulcando o cobre, deixou perder em quási tôda a Europa a tradição dos grandes xilógrafos do Renascimento — os Holbein, os Wohlgemut, os Cranach, os Burgmair e acima de tôdos, êsse excelso filósofo do buril, que se chamou Alberto Durer.

Em Portugal, a gravura em madeira, refugada quási exclusivamente para o género popular, exornava não só os modestíssimos produtos literários que encantavam os fregueses do Terreiro do Paço e das escadas do Hospital Real, mas até, uma que outra vez, conseguia encasar-se nalgum erudito poema ou crónica fradesca.

No calendário de que tratamos, a gravurinha referente a Janeiro apresenta-nos um friorento cidadão, muito bem enroupado e repimpado numa ampla cadeira de espaldar, junto da lareira chamejante, donde, pendem ao alto,... dois presuntos. E a oitava que acompanha a vinheta aconselha, prudentemente, que só haja recurso à sangria por causa urgente. Tal preceito, repetido mais longe em Março, Junho e Agôsto, (pôsto que aconselhado em Fevereiro) numa época em que a propósito e despropósito do mínimo achaque intervinha o sangrador a empolgar, de lanceta em punho, o braço do mísero enfêrmo, caso é para nos pregun-

tarmos se alguma sensata reacção se esboçaria já, em, vista dos insucessos repetidos.

Manda ainda beber vinho branco e delicado, evitando o falso (já nesse tempo!); manda que se não lave a cabeça; que se use o mel rosado; e que

> De noyte naõ passees ao sereno,
> Porque para a saude isto he veneno.

Está visto que se não entende o preceito com o portuguesissimo gargarejo «à luz da lua sedutora e bela» . . .

Em Fevereiro:

> Usa da confeyçaõ do mel rosado,
> Porque resolve o frio, & da cabeça
> As dores tira; poem de parte o assado,
> E o guisado cozido naõ te esqueça:
> Usa a sangria para ser purgado,
> Se queres que a saude se estableça,
> Pois se livra quem estas regras ama
> Da sarna, & de outro mal q. a Frãça infama.

«O mal que a França infama . . .» Que dirias tu, Borda-de-Água, dos meus sítios, se hoje fôsses vivo!

Encima esta oitava uma gravurinha, onde um par de camponeses se prepara para transportar dois feixes de lenha.

Chega Março, cuja vinheta representa um homem podando e enxertando; e o calendarista verseja:

> Quem neste mez saude ter deseja
> Beba do doce vinho, & seus manjares
> Seja doce, & o cosido Porro seja,
> De ervas cheirosas banhe o corpo em mares . . .

e termina por inculcar o

> . . . . çumo de arruda,
> Que faz bem à cabeça, & a vista ajuda.

Sumo de arruda? Livra! Nem o cheiro!

Abril vem adornado com uma scena de caça. Um devoto cinegeta emboca alegremente a sua trompa e segura com dificuldade dois cães impacientes. Entre outras medidas de higiene, a costumada oitava prescreve que cada um se purgue, coma carne recem-morta, use da betónica e do sumo da ortelã e moderadamente do sal, «porque a sarna com isto se conforta».

5. 6.

7. 8.

O' «sarnas» do meu conhecimento! Perdoai se com a receita vos enxoto as víctimas!

A vinheta de Maio mostra-nos um par amoroso gosando a sombra duma árvore frondosa, emquanto através dos campos, galopa um cavaleiro com dois cães.

Os versos mandam que se lave a cabeça, para viver sadio e proíbe que se comam pés e cabeça de animais;

> Usa do funcho, & bebe de sua agua,
> Que alegra o coraçaõ que vive em magoa.

Fácil remédio, corações magoados!

Em Junho, o mês dos santos populares, caracterizado no nosso calendário por um carro de bois, que um homem empurra e outro guia, vem acompanhado dêstes preceitos:

> Bebe em jejum do vinho hum copo breve,
> Porque a colera alimpa sem milagre;
> Usa do bom comer suave & leve
> E de alfaces molhadas em vinagre;

e termina erguendo um hino à liberdade . . . de ventre e aos passeios como exercício higiénico.

No ardente Julho

> Naõ lisongees Venus, porque dano
> Grande fazerte póde; . . . .
> A' arruda, & salva de manhãa te inclina
> Com paõ, & agua . . . .
> Naõ comas muyta fruta te aconselho,
> A fresca alface ajuda ao moço, & velho.

«Não lisonejies Vénus» . . . Era porventura o preceito mais difícil de cumprir. Olha o porteguezinho valente . . . a «jejuar»!

Depois de lançar uma vista de olhos à estampinha correspondente, onde dois segadores se ocupam em ceifar um cerrado trigal, passemos ao mês de Agôsto. Ordena a oitava que se beba vinho branco, coma carne de frângãos e de vitela e — caso curioso — «não

entre a couve nunca na panela»... E logo, uma superstição que já vinha da alta antiguidade:

> E se ouver quem da Lua os dias some,
> No principio por mao fuja de vella...

Boneco: um homem preparando vasilhame à porta duma adega, emquanto, ao longe, se vê outro ainda ceifando.

9. 10. 11. 12.

Setembro. Póde o cidadão comer de tudo, «que o tempo he de gentil serenidade». E termina a oitava recomendando, mais uma vez, o sumo da betónica, para «para tomar fôrça».

Ilustra êste mês uma vinheta representando um homem a esmagar uvas dentro dum balseiro e cá fóra outro de joelhos, de balde em punho, preparando-se para receber o môsto vermelho que jorra.

Vamos a Outubro. Gravura: scena campestre, como as precedentes. Um sujeito procede à tosquia (?) dum

carneiro (?). Preceitos: beber vinho novo, comer cousas frescas e usar leite de cabra «em largo rio, que apura ao sangue, & he ao bofe aceito»; podemos também comer agora toda a espécie de frutos, exceptuando todavia ... os que «causaõ dano».

Novembro:

> Naõ vas a banhos, (brr!) nem taõ pouco sayas
> De casa antes que o Sol sua luz estenda,
> Cardo, & alcaxofras, & das frescas prayas
> O peyxe vivo ao gosto se te renda ...

Não consigo apurar bem a scena representada no quadrinho: parece que um lavrador está recebendo um visitante, a quem um criado acompanha, trazendo um cesto de vêrga, possivelmente algum regalo ...

Dezembro, finalmente:

> Come couves, cebollas, & sellada,
> Aves, pomos, por sobremesa peras,
> Come capoens, cabritos que me agrada
> Raizes, perrexil usa de veras;
> O nabo que enterrou cinza apagada
> Come tam bem, se a tarde em casa esperas
> Mostra à carne de vaca rosto esquivo,
> Da Lua o dia ultimo he nocivo.

Na gravura, a matança do porco, assunto tão popular, tão querido dos iluminadores medievais. Sôbre uma banca da cosinha, a personagem principal some o facalhaz nas goelas dum anafado varrasco; e já outro, bem seguro pelo chambaril, pende do tecto, gotejando sangue dentro dum alguidar. Ao lado, a criada ajunta numa tina os miúdos do bicho.

*

Já não curo de apurar quem fôsse o autor das gravuras do calendário. Seria esfôrco inútil. Mas, ao me-

nos, sempre gostaria de saber quem era Carlos do Vale Carneiro, êste «Borda de Água» de 1741. Debalde lhe procurei o nome no *Diccionario Bibliographico*, no Pinto de Matos e outros. Quanto ao velho Inocêncio, de três uma: ou não teve notícia do livrinho; ou teve-a e não lhe deu a importância de o hospedar na sua colectânea de escritores; ou ainda o autor das *Horas Portuguesas* rebuçou na capa de Carlos do V. Carneiro o seu verdadeiro nome. Algum leitor mais paciente, mais perpicaz e mais desocupado, que decifre o que eu não consegui (1).

C. M.

(1) Já rabiscado êste artiguelho, adquiri o livro *Ramalhete de fragantes flores colhido no ameno Jardim da Sagrada Familia* . . . in-16.º, anónimo e indatado, impresso em Lisboa na ofic. de José da Silva Natividade (as licenças são de 1742), onde figura um calendário sem os versos, e, nas gravuras, com poucas variantes do que publico. Todo o livrinho está cheio de rudíssimas estampas.

UM PRECURSOR DA "FEIRA DA LADRA"

Em 1888, a Imprensa Nacional deu à estampa um folheto, em 8.º pequeno, intitulado *A Feira da Ladra*, com uma versalhada descrevendo a velha feira e fazendo alguns judiciosos comentários.

O folheto saíu anónimo, mas foi seu autor o poeta fabulista Visconde de St.ª Mónica, Henrique O'Neill.

Os versos, que sob o ponto de vista poético, deixam bastante a desejar, são por vezes pitorescos, cheios de olorido descritivo e de considerações filosóficas.

> Em ti se vê, num apertado espaço,
> E em breves horas, quanto vale o mundo
> Quanto dos homens a vaidade insana.

A descrição é detalhada, deambulando o autor pelas várias secções da feira, raras sendo as cousas que lhe escapam.

Aos ícones:

> Aqui a imagem, venerada outr'ora
> . . . .
> Jaz indiff'rente, ...
> Mas desprezada, sem incenso e culto
> Sorte fatal das decaídas glorias! —

Os retratos de família, quási sempre uns mamarrachos horríveis, não são esquecidos, nem a censura aos netos, que ali os deixaram naufragar.

> Ali retratos, que os avós preclaros
> A netos imbecis mal recordavam,
> Á chuva, ao sol as cores vão perdendo
> Té emfim se sumir de todo a effigie,
> Como se esvaeceu o illustre nome
> No lodaçal da geração corrupta:

Agora os livros, onde nem sequer escapa a crítica aos autores:

> Além bojudo calhamaço insulso,
> Obra de frade, forjador de petas,
> E o sensato livrinho, humilde, ignoto;
> . . . .
> . . . . colossaes volumes:
> São leis, decretos, alvarás, *Diarios*. . .

E os jornais?

> Collecções de jornaes . . . ai meus peccados!
> Em que eu ia fallar, cala-te bôcca!

A tragédia da vida, representada no lixo das cidades:

> Colchões, enxergas, mais ou menos podres,
> Onde muitos nasceram e onde muitos
> Expiraram tambem; alguns mimosos
> De conchegos cercados; porem quantos
> Ardendo em febre, sem que mão amiga
> D'agua uma sêde lhes chegasse aos labios!

E termina filosòficamente:

> Tu permaneces, qual barril do lixo,
> Para que, cedo ou tarde, em ti recolhas
> Das batalhas da vida os vãos despojos!

Não podia deixar a *Feira da Ladra* de prestar a uma sua avó literária esta pequena homenagem.

A. de Gusmão Navarro.

POEIRA DOS TEMPOS

VIII — O ORIENTALISTA BELZONI

. . . .

A necessidade o obrigou a recorrer a Gram-Bretanha de povoação em povoação fazendo alarde publico dos seus conhecimentos hydraulicos, e da sua força muscular.

Este mesquinho recurso bem depressa se esgotou, e em 1812 passou com sua mulher a Lisboa; n'esta cidade, e depois em Madrid, representou no theatro o papel de Sansão n'um baile pantominico. Nunca o Hercules judeu se viu melhor representado.

O Museu Portuense — Jornal de Historia, Arte, Sciencias Industriaes e Bellas Letras. Porto, 1839, pgs. 171.

IX — VISTAS DE TOMAR

Está em Thomar o lente de gravura da Academia das Bellas Artes (1) a tirar as vistas do convento e contornos por ordem do presidente do conselho, vence uma gratificação e acham-se privados os estudantes das lições d'aquelle lente, não se sabe com que direito!

O Estandarte — Lisboa, Novembro de 1849.

X — NERVOS DE MÚSICOS

David Perez desmaiou por ver n'uma das meias uma nodoa vermelha, que lhe pareceu de sangue, e que depois se viu que era de azarcão: João Cordeiro attribuia uma febre catarral que teve á impressão do vento que a excellente condessa da Ribeira Grande, D. Marianna d'Almeida, que era sua discipula, lhe fizera, virando rapidamente n'uma lição as folhas d'um caderno de musica.

Marquez de Rezende in *O Panorama*, vol. IV, pag. 210 (Lisboa, 1855).

XI — MECHAS FOSFÓRICAS

Entre os generos de industria que recebemos do estrangeiro contão-se os palitos de accender lume por fricção, que se nos vendem por 80 ou 100 réis o massete, quando o seu custo de importação, direitos incluidos, he menor de 40 réis.

Julgamos que será util a publicação da receita para os fazer:

(Segue a receita).

Archivo Popular — semanario pintoresco. Lisboa, 1838, pgs. 400.

XII — FEIRA MINHOTA

. . . . E só caminhando para Villa Real encontrei mais de 15 burros. . . . todos carregados de carvaõ; alem d'immensas mulheres, que da feira do Arco, em Cabeceiras de Basto, exportavaõ mais de 6 quintaes de tramoços, e duas ou tres carradas de fuzos, e colheres de páo.

O Padre Malagrida, ou *A Tezoira*, periodico politico e literario. N.º II, Plymouth, 1828.

ONDE SE VÊ QUE O CULTO DE MINERVA NÃO SE OPÕE AO DE BACO

E são manifestações de arte a cerâmica a ourivesaria, o mobiliário, as tapeçarias e outras indústrias, e tôdas elas tão apreciadas pelos coleccionadores e arqueólogos, também a vinicultura tem a sua arte, a sua indústria e até os seus apreciadores e, digamos mesmo, coleccionadores e . . . arqueólogos. Aquelas, são artes que apreciamos com a vista, esta é arte que apreciamos com o paladar; a diferença está apenas no sentido com que as valorizamos.

A *Feira da Ladra* não é revista que discuta formas. Tôdas as manifestações do engenho humano teem aí o seu lugar; e, como entre tantos leitores alguns haverá que prestem culto a Baco (claro, isentos de fanatismo) não quisemos deixar de arquivar aqui a receita de um vinho generoso ou geropiga, que, aí por 1843, parece

haver sido muito apreciado lá para as bandas de Estremoz.

Entre algumas fôlhas de papel velho, que faziam parte da antiga Congregação do Oratório da referida vila, encontrámos numa promiscuidade quási sacrílega papelada vária que pertenceu a Diogo António Palmeiro Pinto, que em Estremoz exerceu o cargo de Provedor em 1834; ignoramos todavia se em 1845 ainda tinha as mesmas atribuïções. Que era pessôa importante fàcilmente se depreende das cartas que lhe eram dirigidas e das cópias de algumas opiniões suas em questões forenses sôbre as quais era consultado. Possuia bens que presumo fôssem avultados; mas quanto à familia nada sei, nem é caso para consultar genealogistas que vão unhar por nobiliários quem era o 5.º avô do nosso Palmeiro, vinicultor e bom apreciador de geropiga dôce.

Sociedade de quatro d'Abril.

Recebi do Socio o Ill.mo Sñr. Diogo Antonio Palmr.º Pinto a quantia de trezentos reis, quota do mez d Outubro de 1847.

O Thesoureiro Souza

Á face dum caderno em 8º que êle despretenciosamente apelida «Memorial que contém varios apontamentos particulares, 1843» podemos saber que era sócio da *Sociedade quatro de Abril*, para onde concorria com a cóta de 300 reis mensais e que vivia em companhia da mãi.

Pelo mesmo caderno podemos ainda dar notícias de alguns móveis da casa do Senhor Diogo, que mostram uma certa opulência e comodidades exigidas certamente pela sua posição.

Assim, a velhinha sua mãe dormia numa cama de buxo e os hospedes tinham um quarto *lá em baixo*, (donde se conclue que morava em casas de altos e baixos,) onde havia uma cama de pau ferro com boas barras e que o Provedor havia adquirido por 2$820 reis.

Á falta de cadeiras não ficavam de pé os hóspedes e a família, pois se bem contamos nada menos de 44, além de três canapés, feitos pelo mestre Tenreiro, e até *hu pultrono* que viera de Lisboa e que havia custado 3$600 reis. As roupas também não eram para desprezar, pois, além de outros, havia dois bons cobertores de damasco encarnado e muitas teias de linho e riscadilho que variavam de 16 e 17 varas, muitos colchões, travesseiros e almofadas. Trem de cosinha de cobre, louças e serviços de jantar e almôço, etc.

Ora o Sr. Palmeiro Pinto tinha lavoura própria e comprava ainda a diversos, trigo, milho e vinho e sabia fabricar vinagre, vinho e aguardente; pagava de contribuïção ao Subsídio Literário 2$450 reis por 5 pipas de vinho e 14 almudes de aguardente; mas nas contas que dava das suas colheitas ao Estado, enganava-se sempre — para menos...

Apresentando assim o Sr. Diogo António Palmeiro Pinto aos nossos leitores, vamos transcrever a sua receita de fabricar vinho, pois talvez os nossos vinicultores possam aproveitar o processo, se é que o não conhecem já. Nós declaramo-nos absolutamente leigos no fabrico e, embora fraco devoto do Tioneu, percebemos da beleza do «licôr que Lyeu prantado havia» apenas pelo paladar.

Ernesto Soares
da Associação dos Arqueólogos

LEMBRANÇA

No dia 4 de Outubro de 1845 começou o meu vinho em fermentação vinosa; — No dia 10 (sabado) comprei peros (13) cravinho e pimenta em pó (114) com que o temprei. Continuou a fermentação, e no dia 16 (6ª fr.ª) tirei do póte (unico que tive do Bacelo) uma porção de môsto, dois almudes proximamente com que enchi hum barril de egual capacidade e para renovar promptamente a fermenção e dar ao mosto melhores qualidades lhe lancei obra de 114 de assucar mascavo. Oito dias depois (em 23 do mesmo mês) adicionei-lhe outra egual porção de assucar da mesma qualidade. A fermentação que então parecia proxima a terminar renovou-se com mais actividade em razão da nova quantidade de assucar: o cheiro que desde então começou a exalar era mais agradavel; attesteio com vinho velho bom.

Oito dias depois (em 31 de 8^{bro}) addicionei ao mosto em fermentação lenta mais duas onças do mesmo assucar: a fermentação tornou-se desde logo mais activa e sensivel. Tive o cuidado em trazer limpo o barril, particularmente no lugar do batoque.

Continuei a visitar diariamente o meu pipóte a fermentação continuou e no dia 6 de 9^{bro} por ocasião da trasfega do vinho da talha (unica que tive neste ano de 1845) atestei o pipo com vinho da mesma talha. No dia seguinte (6ª feira 7) addicionei ao mosto mais uma onça de assucar mascavo.

Continuou a fermentação mais activa (seg° o costume) até o dia 18 de 9^{bro} depois foi successivamente diminuindo; e neste estado conservei o pipóte até que no dia 3 de Dezembro tirei obra de meia canada do mosto (do pipote) e o fiz ferver com huma quarta do mesmo ass. mascavo. Neste estado o lancei por hum funil no pipote. Mechi o vinho muito com huma

cana por espaço de meia hora, e depois lancei-lhe hum quartilho de Agoardente, tendo-a prº. 24 de infusão com huma porção de pim.[ta].

Em seguida batoquei o pipote e o deixei em descanço. No dia 6 p.ª 7 de Dez.º observei que apezar de m[to] bem batocado, aparecia vinho derramado pelo batoque. Conservei o pipo batocado até o dia 15 de Fev.[ro] que o abri e provei o vinho. Encontrei-lhe huma cor fortem[te] carregada, hum bello sabor, mas ainda hum pouco aspero, talvez devido á porção de pimenta lançada de infusão na aguardente. Trasfeguei o vinho pr.ª e seg[da] vêz lavei em diversas agoas os dois pipotes, e no dia 19 comecei a gomma-lo por meio de duas claras d'ovo, mexendo, e baldeando o pipote — Deixei-o depois em quietação por espaço de quarenta e seis horas: — depois de cujo entervalo abri a torneira e começou a desfega *(sic)*. O vinho apareceo consideravelmente mais clarificado, mas não perfeitamente concluida a trasfega temperei, obra de hum almude em o pipote verde, o vinho com meio quartilho de agoardente ordinaria. Batoquei o pipote e o deixei em quietação.

Esqueciame dizer que para aromatizar o vinho fiz esmagar um pero de Port[e] (Portalegre?) e lancei d'infusão em agord.[e], e por ocasião em que temperei pela ultima vez o meu vinho lhe lancei alguma agoardente assim aromatizada, tornando a filtrar por peneiro de seda. Batocado o meu pipote verde conservei o vinho até o dia 25 de abril (46) em que o abri e comecei por engarrafa-lo. Uma porção que destinei para meu uso achei-o bello, de hum excellente gosto — de huma côr perfeitamente agradavel, posto que bastante carregada.

VERTOT E A CENSURA PORTUGUESA

Possue o meu amigo Gusmão Navarro na sua biblioteca uma edição em espanhol do reeditadíssimo livro do abade Vertot: *Historia de las revoluciones de Portugal, Escrita en Frances por el Señor Abad de Vertot, de la Academia de las Inscripciones y Bellas Letras, Y Traducida en Lengua Castellana. Primera edicion.* En Leon de Francia, A costa de los Hermanos De Ville. M. DCC. XLVII. 8.º de IX-372 pgs. e 14 de «Tabla.»

No rôsto do livro, além do pertence ms. *Da Livr.ª dos Agost.os Des.cos do Conv.to de S. Lourenço do Porto*, lê-se ainda no pé da página: *Correctus est hic Liber juxta regulas instructionis S S. P.º Clementis VIII. De Correctione Librorum.* E assina: *Fr. Nicolaus ab Assumpt. Beaq. Ord. Praed.*

Não sei quem era êste filho de S. Domingos. Alguêm lhe cometeu a censura do célebre livro, a qual é atestada pelos passos trancados que vou indicar.

A pags. 35-36, ao tratar dos pretendentes à coroa portuguesa por morte do Cardeal-rei, escreve o tradutor castelhano: *Quiso el Papa tambien sacar algun provecho de que el Rey era Cardenal, como si la Corona huviesse sido un Beneficio dependiente de la Corte Romana.* Isto é rigorosamente histórico; mas não o entendeu assim fr. Nicolau e a sua pena de pato traçou sucessiva e impiedosamente aquelas linhas.

De págs. 236-237 declara o autor, a propósito da da conjura contra D. João 4.º de que era cabeça o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, que por isso foi morrer enjaulado à tôrre de S. Julião: *El Arzobispo se sirvió abilmente del pesar que ellos* (os Judeus) *temian de que les avia sido negada su pretension,* (das quantiosas somas oferecidas para ser suspensa a acção do Santo Ofício e alcançar licença para exercício público da religião) *para empeñarles à entrar en su empresa. Habló con los principales, que se hallavan desesperados de averse declarado mal à proposito, y que por esto se vian expuestos à las pezquizas del Santo Tribunal.*

El abil Prelado hizo servir este espanto a sus intentos; el les asseguró de su proteccion para con el Inquisidor General, que savian bien que no obrava sino por sus movimientos: despues de esto les hizo temer el ser echados de todo Portugal, por un Principe que parecia tan gran Catolico; y al mismo tiempo les prometió en nombre del Rey de España la libertad de Conciencia y una Synagoga en el Reyno, si ellos podian contribuir a restablecer su autoridad.

Era tan violenta la passion de esto Arzobispo, que no tuvo verguenza de procurar el socorro de los enemigos de Jesu Christo, para echar del Trono a su Rey legitimo.

Exacto de ponta a ponta. O antigo bispo de Elvas, inquisidor, presidente do Desembargo do Paço e agora

primaz de Braga por favor de Felipe 3.°, estava feito com êste e empenhado em o recolocar no trono português; e, como tal, concertava-se com fidalgos e militares, gente de teres e de influxo, esquecido de que matrimoniara o rei com a Medina Sidónia quando era apenas duque de Bragança. Não convinha, porêm, à ordem de S. Domingos, que tal se dissesse em letra redonda e, então, nada do que acabei de transcrever escapou à severa tesoura dominicana, quando alude, duas páginas àlêm, ao concêrto dos conjurados para levar a revolução aos quatro cantos de Lisboa: *que el Arzobispo, y el Inquisidor General con todos sus Oficiales marcharian por la Ciudad para apaciguar à el Pueblo, y estorvarle el moverse, por el temor que tiene de la Inquisicion* . . . (Págs. 239).

E daqui por diante tranca o escrupuloso dominico tudo quanto possa diminuir a instituïção fiscal religiosa cometida à sua ordem e, muito especialmente, o arcebispo Noronha, de quem o escrupuloso frade-censor era acérrimo prosélito. A págs. 244, falando-se de cartas dos conspiradores, que o negociante Baeça se encarregara de fazer chegar às mãos do conde-duque de Olivares: . . . *admirado* (o marquês de Ayamonte) *de ver algunas cartas cerradas, «y selladas con el grande sello de la Inquisicion de Lisboa . . .»*. O que vai entre aspas foi cortado. Pudera! O Santo Ofício metido na conspirata!

No seu depoïmento declara Baeça, pôsto a tratos, que *«avian tenido intento de hazer perecer à el Rey; que la Inquisicion estava llena de armas* (págs. 252). Outra bisca à Inquisição, que o frade jugulou.

E, finalmente, na mesma página, falando dos conjurados: *«El Arzobispo, el Inquisidor General . . .»* Nova tesourada.

Por aqui ficam as supressões.

Se o espírito é susceptível de troçar das humanas farças, muito se haviam de rir do zeloso frade, lá no Outro Mundo, as almas do arcebispo de Braga e dos seus homens!

C. M.

ARQUEOLOGIA TEATRAL

UM TEATRO DESCONHECIDO, CONSTRUÍDO EM LISBOA NO SÉCULO XIX

A restauração ou libertação de Portugal do pesado jugo francês, após a chamada convenção de Sintra, foi, jubilosamente, celebrada em todo o país, quer nos teatros, com elogios dramáticos, recitações de poesias patrióticas, execução de músicas e alegorias etc., quer em livros e folhetos em prosa e verso; quer por meio de luminárias; quer em manifestações religiosas, com festividades, sermões, pastorais, *Te-Deuns*, etc.

Por tôda a parte e por tôdas as fórmas se manifestou a alegria intensa de que se achava possuído o povo lusitano por tão plausível motivo.

Isto tudo, porêm, é mais ou menos sabido, mas a fundação de um teatro, que se chamou da Restauração com o fim de comemorar um acontecimento tão notável da nossa história pátria, é um facto quási desconhecido.

Não fala nêle Sousa Bastos, um especialista no assunto, nem na *Carteira do artista*, nem no *Diccionario Theatral*, onde tantos teatros enumerou.

Soubemos da sua existência por um simples folheto, pertencente a essa imensa série de folhetos que, muitas vezes, esclarecem certos assuntos ou constituem pontos de partida para a elaboração de estudos ou trabalhos de maior investigação, assim intitulado: *Dedicatoria a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, Que fazem os socios donos do novo Theatro, feito pelo público regozijo da Restauração de Portugal.* (Armas reais portuguesas). *Lisboa: Na Impressão Regia. Anno 1816. Com licença.* In. 8º peq. de 11 pág.

Não conseguimos averiguar quem fôssem êstes *Socios*, nem o local onde teria sido construido o teatro.

Muito possivelmente esta casa de espectáculos, não obstante abrir-se sob os auspícios do Príncipe Regente, não passaria de um simples barracão, mais ou menos sólido, de que não chegaram quaisquer vestígios aos nossos dias.

Numa dedicatória, que passamos a transcrever, justificam os tais desconhecidos indivíduos o nome que lhe deram, pedem ao mesmo Principe que se digne conceder-lhes a sua protecção e, veladamente, aludem aos escandalosos e estranhos motivos que retardaram, durante tantos anos, a execução dêste patriótico projecto e que foram arredados, graças à protecção do principal Sousa, adiante por êles reconhecidamente exaltada e agradecida.

Eis a referida dedicatória:

«Serenissimo Senhor».

Hum Theatro, cuja fundação foi sugerida pelo jubilo de vêr a Patria remida das mãos do commum inimigo, não deveria abrir-se senão debaixo dos auspícios de V. A. R. He verdade, que inesperados acontecimentos (muito mais estranhos pela origem de que provierão) havião retardado a execução deste projecto Patriotico; mas tendo em fim os seus fundadores, a grande custo, superado tão escandalosos impeços, de joelhos perante o sublime Throno de V. A. R. tem o prazer de supplicar-lhe humildemente o seu beneplacito, para o dito Theatro, que em memória da sua origem se intitula da Restauração.

Digne-se V. A. R. de acceitar os votos e homenagens de quem tendo a honra de haver nascido neste ditoso Paiz, conta como sua principal ventura o serviço de tão poderoso Monarca.

Deos guarde a V. A. R. muitos annos como desejão de V. A. R. os mais humildes, e fieis Vassallos.

«OS SOCIOS DONOS DO THEATRO.»

A esta segue-se um *Soneto. Offerecido aos Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Governadores do Reino*, cujos nomes identificaremos em notas:

«Honra, gloria, esplendor dos Luzitanos,
Columnas Immortaes da Patria Terra,
Ministros, cujo peito o fogo encerra,
Que outr'hora ardia em corações Romanos.

Vós, cujo nome zombará dos annos,
Borba (1) recto na paz, bravo na guerra,
Souza (2), cuja virtude o vicio aterra,
Nogueira (3), que de Sóphia lês arcanos.

Menezes (4) remidor do Algarve oppresso,
Comtigo oh bom Forjaz (5), Salter (6) comtigo,
O tributo acceitai que vos offereço.

---

(1) É o 2.º Marquês de Borba, 14.º Conde de Redondo D. Fernando Maria de Sousa Coutinho e Menezes (28-X-1776, 5-3-1834). Védor da Casa Real, Tenente Coronel de cavalaria, presidente do Real Erário, par do reino em 1826, grã-cruz e comendador de várias ordens, grande amador de música e de pintura-reunia em sua casa artistas, como Sequeira, Leal Moreira, Marcos, Portugal, Baldi, Fr. José Marques, etc.

(2) É o Principal Sousa, D. José Antonio de Menezes e Sousa Coutinho (24-1-1757 — 28-9-1817), Moço fidalgo, do conselho de S. Majestade, formado pela U. de C., fidalgo capelão, sócio da Academia Real das Sciências de Lisboa, etc.

(3) Ricardo Raimundo Nogueira, (31-8-1746 — 7-5-1827), cavaleiro professo na ordem de S. Tiago da Espada, doutor, lente da faculdade de leis na U. de C., conego doutoral da Sé de Evora, deputado da Inquisição de Coimbra, reitor do Colégio dos Nobres, Censor Régio do Desembargo do Paço, Conselheiro de estado, Sócio da Academia Real das Sciências de Lisboa, etc.

(4) É o 1.º Marquês de Olhão e 1.º Conde de Castro Marim, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Menezes (26-4-1761 — 7-4 1821), governador e capitão general do Algarve, tenente general, monteiro-mór, gentil homem da câmara de D Maria I, presidente do senado da Câmara de Lisboa, governador da Tôrre de Belêm, etc.

(5) É D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá Rezende, Conde da Feira, (1-11-1769 — 6-11-1827), Tenente general, governador e capitão general do Pará, ministro da guerra e dos estrangeiros, par do reino, etc.

(6) É João António Salter de Mendonça, 1.º Visconde de Azurara (15-8-1746 — 14-6-1825), fidalgo cavaleiro da C. R., do Conselho de D. João VI, cavaleiro professo na ordem de Cristo, desembargador do Paço e da Casa da Suplicação, guarda-mór da Tôrre do Tombo, etc..

Vós do Estado o Baixel livre de prigo
Prudentes dirigis, do fado avesso
Iras frustrando, a venturoso abrigo!»

Depois dêste soneto vem uma curiosa *Epistola Publicada no dia da Abertura do Theatro*, (que não sabemos quando foi), na qual, por eruditas comparações, se pretende inculcar que, com o aplauso do público, a nova companhia teatral, embora se apresente tímida e hesitante, poderá, um dia, tornar-se famosa:

«Pelo genio da Scena erguido o panno,
Aparece ante vós, Congresso illustre,
Quem hum dia ao favor do applauzo vosso,
D'Arte vencendo as ingremes veredas,
Que ora lhe dão pavor, talvez consiga,
Com assombro da Patria erguer-se ao Monte
Onde da perfeição torreia o Templo.
Tal sem fórma, em seu germen submergida
A fertil larangeira, ornato, e mimo
Dos pomares gentis da nossa Elisia,
Quando a acolhe no gremio a Terra amiga,
Quando lhe acode o placido Ribeiro,
E hum Sol cariciador a desenvolve,
Com vivifico influxo, brota, cresce,
Enforma, enfolha, frutifica e curva
Do aromatico Pomo ao aureo pezo! . . .
Nem sempre alto principio as cousas logrão:
Massa rude, indigesta, inerte, opaca,
Sem luz, sem movimento, ou fórma, ou vida
De si brotou a Terra, o Sol, e os Astros,
Que ora formosos, nitidos, viventes,
De hum Deos Omnimotor cumprindo o mando,
Lédos campeião na amplidão do espaço . . .
A Não, que hoje soberba abrindo aos ventos
As varias lineas azas, cruza os Mares,

Vai d'Orbe, a Orbe, vem de Pólo, a Pólo,
Origem talvez teve em seca folha,
Em que attento Mortal vio sobre as agoas
Boiando a salvo o pequenino Insecto.
Nem sempre ao primo ensaio he grande o homem.
O assombroso Demosthenes na Grecia
Escarnecido foi da Plebe efrene
Quando ousou presentar-se a vez primeira
Na eloquente Tribuna, onde a seu grado
Apoz improbo estudo, e ferrea lida,
Trovejando depois calmava, erguia
As publicas paixões, e sobre o Throno
O intrepido Filippe apavorava.
Com uso, e protecção as artes medrão.
Maldição ao mortal da Patria imigo,
Que intente embaraçar do Genio os vôos! . . .
Que em vez de promove-la a luz extingue,
Por seu nome odioso espera o Lethes,
Que rolla a deslembrança em turvas ondas! . . .
Mas louvores a ti, Prelado eximio,
Tu que a Religião, co'as artes ligas,
Honra da Patria; Protector do oppresso,
Tu dos Orfãos o Pai, oh Souza! (7) Oh Nome
Grato ás Muzas, ao Ceo, á Patria, oh Nobre

---

(7) É tambem o Principal Sousa, a que aludimos na nota 2.
Restabeleceu a Casa Pia, colocando-a, por portaria de 8 de Maio de 1812, no Convento do Destêrro, mas já inaugurada, anteriormente, em 31 de Agôsto de 1811, segundo Soriano, depois da sua saída do Castelo de S. Jorge, pela entrada de Junot em Lisboa.

Retrato do alto Irmão (8) (de Lysia esteio
Do Divino João Ministro, e Amigo,
Que dos Rechelieux, Colberts eclipsa
O renome immortal!... Tu compassivo
Com benefica mão nos arrancaste,
Das torpes garras da nefanda Intriga,
Da impia Superstição, que o gesto imita
Da singela virtude a quem persegue!...
C'o patrocinio teu, com o vosso, oh Luzos,
Que podemos temer?... Que teme o Nauta
Quando Galerno Zephiro lhe sopra,
A cerulea melena o Mar penteia,
E proximo lhe surge o Patrio Porto?
Como elle salta em terra, e ledo abraça
Os Filhinhos, a Esposa, o Pai caduco,
E os Numes abençoa que o salvarão,
Benções daremos á Nação brioza, (9)
Que meiga nos prestou mão generosa."

Termina por um soneto em que solicitam o auxílio, a protecção e o aplauso do público para êste novo empreendimento:

«Apiedado de próvida cultura
O precioso arbusto, nasce, enrama,
Paga os disvellos do Cultor, que o ama
Com fructo, sombra, flores, e verdura.

---

(8) Refere-se a D. Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho (3-8-1755 – 26-1-1812), conde de Linhares, conselheiro de estado, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário na côrte de Turim, ministro da marinha e ultramar, dos estrangeiros e da guerra, presidente do real erário, sócio honorário da Academia, etc.

Um seu neto, o Marquês do Funchal, D. Agostinho de Sousa Coutinho, publicou, em 1908, um grosso volume: *O Conde de Linhares Dom Rodrigo Domingos Antonio de Souza Coutinho*, em que se salientam os notáveis serviços por êle prestados a Portugal.

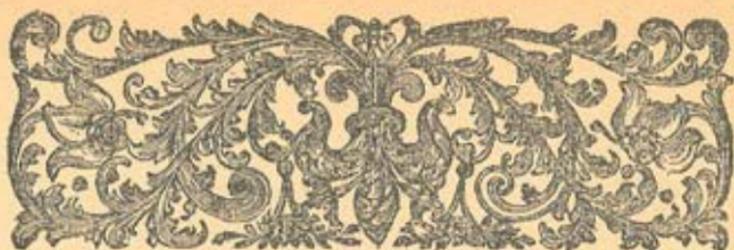
(9) Refere-se á Gran-Bretanha.

Tal bafejado pela aragem pura
Da vossa protecção, que o peito inflamma,
O nosso engenho ao Templo irá da Fama,
Triunfante da Inveja atroz, escura.

Luzos, Povo de Heroes, Povo Guerreiro,
Que sois raios nos Campos de Mavorte,
E na Esphera das Letras sois luzeiro.

Vosso applauzo benigno nos conforte;
Derramai sobre nós aureo chuveiro;
Zombaremos de Zoilos, Tempo e Sorte!...»

Aqui deixamos estas notas afim de que alguêm, que mais afortunadamente o possa fazer, venha esclarecer e completar êste assunto, que tanto interessa à história do nosso teatro.

Henrique de Campos Ferreira Lima
da Academia das Sciências de Lisboa

CONSULTA DO PAÇO A UM REQUERIMENTO DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

José Agostinho de Macedo, Presbitero Secular, pede que se levante a supressão que pela Meza de Dez.º do Paço foi ordenada para certos periodicos de que o Supp.º he author, intitulados — *Desapprovador* e o *Espectador Portuguez.*

Parece à Meza que os Requerim.tos do Supp.º pelos quaes pertende que se levante a suppressão ordenada p.ª os d.os Periodicos naquelles numeros, em que se achão escriptas expressoens offensivas do credito de terceiro não merecem a Rl. Atenção de V. Mag.de pelos motivos que leva á Rl. Pres.ça.

Queixou-se a V. Mag.de o Supp.te levando em comp.ª o Redactor da Gazeta de que o Author do Periodico intitulado o *Observador Portuguez* os tinha doestado gravem.te com convicios affrontosos pretendendo pro-

cedimt.º contra seu author Nuno Alvares Per.ª Pato Moniz, publicando-se na Gazeta esta satisfação: Foi V. Mag.de servido ordenar ao Intendt.e Geral da Policia que informasse sobre este objecto, ouvindo a pt.e, a, qual na sua resposta dezenvolveu os motivos pr q. assim tinha obrado, juntando muitos Periodicos, de que o Supptº. era author, e dos quaes era Pato vivamt.e ultrajado, e mostrado que o Supp.do tinha sido o primeiro agressor e que o Suppt.e em sua defeza tinha uzado da mesma arma.

O sobred.º Intendt.e vendo que todos estes Periodicos tinhão sido entregues á Impressão e mãos do Publico com authorid.e e licença da Meza, informou a V. Mag.de que se devia remether o conhecimento deste neg.º a mesma Meza, e V. Magde. foi serv.º determinar por Avizo de 22 de Maio deste anno que a Meza deferisse como fosse justiça; religiosamente foi observada esta ordem pondo-se em serio exame esta materia, e então se vio que estes Escriptores se tinhão doestado mutuamt.e, abusando da decencia e honestid.e devida á Imprensa se tinhão doestado mutuamt.e nos Periodicos acuzados por huma contra parte, e por Desp.º da Meza se ordenou que os Periodicos tanto do Suppt.e como do Supp.do se houvessem por supprimidos, e se mandarão recolher todos os que existissem em venda, ficando prohibida a continuação dos mesmos Periodicos.

A Lei de 30 de Julho de 1795 authoriza a Meza para assim obrar e tanto basta para que cesse o orgulho do Suppt.e em querer combater a Ordem passada com conhecimento de causa, e recomendada na Lei de V. Mag.de e não merece a mais leve attenção o argumento de terem sido impressos seus Escritos com Licença da Meza, pois que sendo impossivel que nella se examinassem todos os Escriptos que se pertende dar ao Prelo, he notorio que esta diligencia se incumbe

a hum dos seus Censores, e que estes ou p.ª alguma facilid.e, ou por que nem sempre se conhece o desfarçado veneno do Escriptor, informão da bondade da Obra não a lendo, ou não repugnão a sua publicação por isso m.mo que nada contem contra Religião, Patria, ou bons costumes. Entretanto he digno de notar que o Supp.do se acomodou ao Determinado, e o Supp.te sendo o que primeiro agredio, sendo o que mais gravemt.e adoestou, e sendo hum Eclesiastico, filho de huma Corporação Religiosa, Pregador do Evangelho com credito geralmente estabelecido, pertenda fazer virtuosos os seus Escriptos; quando são libellos famosos, querendo continuar hum duelo com pertinacia. como fosse hum gladiador, e o que mais he atribuindo-se ser hum defensor do Estado, pecando contra as Leis do mesmo pelo incendio da mordacid.e.

Estes combates litirarios quando chegão a este ponto não são admissiveis, antes puniveis, alem de que o que move a riso supposto que faça no Publico mais deleite, e utilidade na venda dos seus Escriptos, isto so se admite quando se trata de costumes em geral, e já mais quando se personalisa, p.r q. então se offende a seried.e da Imprensa.

Estes os motivos porque pareceu á Mesa assim obrar pelo que respeita aos Periodicos acusados na Informação do Intendt.e, e não seria excessiva talvez se a suppressão fosse geral, e comprehenssiva de todos os Periodicos destes dois Escriptores pois que em quasi todos se achão vestigios deste encandecido duelo mais ou menos disfarçado.

Lisboa tres de Agosto de 1819.

Neste papel foi lançado o seguinte parecer:

Parece ao Governo que riscado tudo o que houver de Satirico, e difamatorio contra o Supplicado nos dois Periodicos do Suppt.e de que se trata devem continuar a correr os mesmos, porque suposta seja então justa,

e necessaria a prohibição de Satiras, e discursos difamatorios, não se devem perder as obras uteis, e convenientes ao Publico, quando se podem expurgar como os ditos Periodicos, que muito tem concorrido para firmar a opinião publica contra os Pedreiros livres, descobrindo a sua immoralidade, e fins preversos e revoltosos. Palacio do Governo em 4 de Setembro de 1819. *D. C. Patriarca Eleito—Marquez de Borba—João Antonio Salter de Mendonça.*

Desembargo do Paço
(Arquivo dos Feitos Findos)

O "ZÉ POVINHO"

NÃO É UMA CRIAÇÃO DE RAFAEL BORDALO

EMPRE que aparece a famosa caricatura do *Zé Povinho*, toda a gente se recorda de Rafael Bordalo Pinheiro, o artista insigne que durante meio século espalhou pròdigamente nas páginas do «Besouro», dos «Pontos nos ii», do «António Maria» e da «Paródia» as maravilhas do seu lapis prodigioso.

Entre os muitos e variados críticos que enalteceram a obra do genial caricaturista, destacaremos, ao acaso, algumas linhas do ilustre escritor Eduardo Salamonde. Encontrámo-las no seu folheto «Raphael Bordallo», publicado, em 1899, no Rio de Janeiro.

Diz o sr. Salamonde:

«Esse povo (o português) deve ao lapis de Bordallo o tipo que o define com todas as suas qualidades sãs, com a sua virtude excelsa de trabalhador, de mangas

arregaçadas; camisa aberta sobre o peito cabelludo, pronto a todos os rudes afazeres da vida silenciosa e obscura, alma alegre e bonachona, desabrochando n'um largo sorriso de simplório, mais lhano e acolhedor ainda sob a barba que lhe emmoldura todo o rosto.

«O «Zé Povinho» é bem uma criação de Bordallo como a *Pera* pyramidal dum rei foi a criação de Philippon, como o *Monsieur Proudhomme* foi a criação de Henri Mounier, como a *Lorette* foi a criação de Ga-

varni, como *Robert Macaire* foi a criação de Daumier, como o apalhaçado *Mayeux* foi a criação de Traviés. De todos estes symbolos nenhum é tão exacto, tão sentido, tão perfeito, tão ethnico, tão nacional como o *Zé Povinho*...».

Em boa verdade, o sr. Salamonde falou como um livro aberto. Tendo focado tão magistralmente a bem imaginada figura do *Zé*, esqueceu-se de dizer que as

honras duma tal criação não competem a Rafael Bordalo!

E isto, francamente, dizia-se em meia dúzia de palavras...

No «Suplemento Burlesco» ao «Patriota», jornal que se publicava há oitenta e tantos anos na oficina de Manuel de Jesus Coelho, à rua do Poço dos Negros, n.º 54, apareceu variadissimas vezes a figura inconfundível do *Zé Povinho*. A gravura, que reproduzimos, vem na página 126 do referido «Suplemento Burlesco», n.º 32, de 29 de Novembro de 1847. Nesta altura, Rafael Bordalo teria, quando muito, uns vinte meses, pois nasceu em 1846!

Ora a caricatura do *Zé* acertou tão lindamente, que foi aproveitada para ornato de iniciais e vinhetas de vária espécie.

Ali a vamos encontrar ilustrando um «suelto» mordaz contra o marechal Saldanha, então ministro dos Negócios Estrangeiros, acusado de «comer a dois carrinhos».

«Parece que come como ministro dos Negocios Estrangeiros — termina o remoque — e como ministro plenipotenciario em Madrid! Dizem que no dia 20 ou 21 chuchou S. Ex.ª uns trezentos mil reis por conta dos ordenados deste ultimo logar!!

«Por causa d'estas comedelas é que os povos se alevantam, e põem os Luizes Filippes na rua.

«Vá pois o marechal engordando em quanto o povo emmagrece, porém cuidado não tenha alguma indigestão».

Anos depois, o menino Rafael, então aluno do Liceu das Mercieiras, visionou no entusiasmo dos seus onze anitos mal pesados, a criação duma sociedade dramática que se intitularia «Teatro Garrett».

E começou, embora vacilante, a sua carreira artística.

Provàvelmente, a figura do *Zé Povinho* que vira reproduzida tantas vezes no «Patriota», ficou-lhe na retina e aproveitou-a com a mesma sem-cerimónia que o seu antecessor usara — quem sabe? — para com outro qualquer...

Uma consolação nos resta, apezar de tudo. É a de que Rafael Bordalo, tendo produzido tão belas páginas nos numerosos jornais que fundou, não precisará da criação do *Zé Povinho*, que lhe atribúem para mais realçar a sua obra gloriosa.

O que é legitimamente seu deve bastar-lhe.

Gomes Monteiro

NA 1.ª INVASÃO FRANCESA

A TABOLETA DE A DOS CUNHADOS

O incipiente museu de Tôrres Vedras, que, entre outras preciosidades, tem a honra de possuir o bufete histórico em que Wellington e Kellermann assinaram em 22 de agôsto de 1808, o dia seguinte à batalha do Vimeiro o «arrangement avec armistice», a que se refere Foy, possui há poucos dias um curiosíssimo documento das invasões francesas — a taboleta de A dos Cunhados.

Vamos informar os leitores da *Feira* de que taboleta se trata:

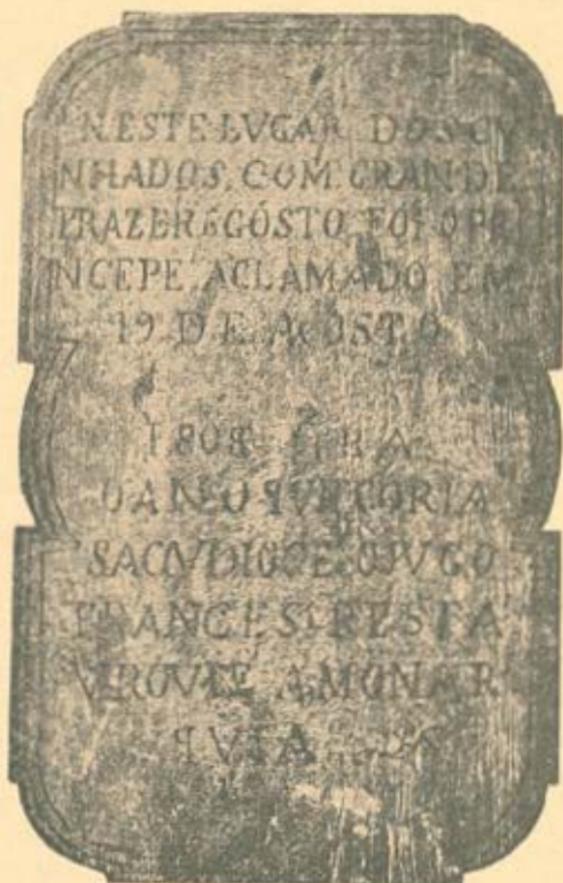
A seguir à batalha da Roliça, no lugar da freguezia de A dos Cunhados, ao norte do concelho de Tôrres Vedras, limítrofe da freguezia do Vimeiro, no concelho da Lourinhã e mui próximo ao local onde as fôrças luso-britânicas bateram as águias napoleónicas,

foi de tal ordem o regosijo quando chegou a notícia da batalha da Roliça, que o povo do lugar arvorou na praça da povoação a taboleta cuja reprodução êste artigo acompanha.

Trata-se de uma grossa tábua de pinho de 0,02 cm de espessura, 0,m60 de alto e 0,m30 de largo, pintada de branco, com uma guarnição e duas quadras em mau verso, pintadas a negro que resam assim:

NESTE LVGAR DOS CV-
NHADOS COM GRANDE
PRAZER E GOSTO FOI O PRIN-
CEPE ACLAMADO EM
19 DE AGOSTO
1808 ERA
O ANO QVE CORIA
SACVDIOCE O JVGO
FRANCES RESTAV-
ROVSE A MONAR-
QVIA

Esta tábua, que está menos mal conservada, foi recolhida pelo capitão Luís Paulo Cosme, que residia ao tempo em A dos Cunhados, passando depois à posse do seu filho Domingos Paulo Cosme, casado com sua sobrinha D. Leocádia Joaquim Franco de Aguiar, em cujo poder estava ainda há vinte e dois anos, sendo adquirida pelo Dr. João de Moura Borges, da Quinta de Paio Correia, cujo neto, também João de Moura Borges, a ofereceu agora ao Museu Municipal de Tôrres Vedras, onde se encontra.

A taboleta conserva ainda os dois orifícios dos pregos que a fixaram ao mastro em que foi arvorada, no local onde se fazem as transacções do peixe, em A dos Cunhados, a que aliás chamam a Praça.

A TABOLETA HISTÓRICA
oferecida ao museu de Tôrres Vedras

O verso da táboa acusa a passagem repetida da faca do sapateiro, que de tempos a tempos, ia fazer e concertar calçado a casa do seu primeiro possuídor, o capitão Luís Paulo Cosme.

A taboleta de A dos Cunhados, o bufete histórico, um ofício do major Bertrand, comandante da «presqu'ile» de Peniche, na ausência do general Thomiers; uma planta da vila e fortes de S. Vicente e da Fôrca, e quatro balas de pistola, é tudo — e já é alguma coisa — quanto o incipiente Museu Municipal de Tôrres Vedras, inaugurado há pouco menos dum ano, possue para mostrar aos seus visitantes, no que respeita às guerras peninsulares.

Tôrres Vedras, 9 de Junho de 1930.

R. Salinas Calado

FRANCISCO BANDALHO

Num extinto semanário lisboeta, a *Canção de Portugal*, dirigido pelo meu bom amigo o jornalista Jorge Gonçalves, publiquei a nótula seguinte, subordinada ao título *Do cancioneiro popular* (1):

«Na célebre sátira *A Função* (2), o nosso grande Tolentino, príncipe dos poetas-caricaturistas, deplorando a perda dos bons hábitos dos Avós, assim poetou:

....

Onde estão, Portugal velho,
Onde estão os teus costumes?

Onde os bons tempos estão
Da simples Lisboa antiga?
Quando era grande função
Ir a amiga ver a amiga
E merendarem no chão?

---

(1) N.º de 30 de Março de 1919.
(2) *Obras poeticas*, tom. I. Lisboa, MDCCCI.

Quando a filha sem labéo
Ia cantar com trabalho
E co' a innocência do Ceu:
Senhor Francisco Bandalho
Fita verde no chapéo?

«Durante muito tempo preguntei aos meus botões quem seria êste Francisco Bandalho, que porventura me revelaria o resto daquela canção ou modinha de que o nosso querido pintor de costumes cita os primeiros versos, modinha já provàvelmente perdida na corrente tradicional.

«Um dia, porém, folheando um volume da livraria de Joaquim Maria da Costa (Pôrto), largamente editora de publicações populares, (volume que é uma colecção de folhetos a que se arranjou capa e título especiais (1), vou dar com esta quadra, numa série de cantigas ao desafio:

O' meu Francisco Bandalho
Fita verde no chapeu,
Os teus olhos tem mais lume
Do que as estrellas no ceu.

«E há tempos, um ilustrado sacerdote do norte, meu amigo, confirmou o achado, dizendo-me tê-la ouvido algumas vezes na região minhota; e que até lhe fizera uma certa estranheza aquêle apodo à laia de apelido.

«Que pena não encontrar a música, que a deveria ter própria, assim como encontrei a letra!».

---

(1) *Os trovadores das cidades e das aldeias ou escolhida e variadissima colecção de mimosas poesias, canções e recitativos... colligidas por Carlos Humberto Soares da Costa*—Porto, 1887.

Foi o que escrevi. Dias depois, fiz outra descoberta: uma das personagens do *Amante Jardineiro, comedia em hum acto trad. do Francez de Mr. d'Ancourt para se representar no theatro da rua dos Condes* (Lisboa, 1773), é Francisco Bandalho. Diz-se lá que «elle tem máo feitio; mas posto que seja villão, he ja muito rico, e com as heranças, que espera, fará huma grande caza".

Estava, porém, na mesma quanto ao misterioso personagem. Acudiu-me neste lance o nome dum amigo, muito versado nestes assuntos de literatura popular, a quem escrevi preguntando-lhe se tinha alguma luz de tal sujeito. Refiro-me ao saudoso folclorista e arqueólogo Pedro Fernandes Tomás, há poucos anos falecido. E mandei-lhe o artigo.

Não tardou a resposta. Depois de acusar a recepção, dizendo-me palavras obsequiosas que não reproduzo por excessivas e de citar o comêço do meu artigo, escreve:

«Diz V. que encontrou o resto da quadra numa collecção de poesias populares editadas no Porto em 1887, aventando a ideia «de que esta canção ou modinha esteja perdida na corrente tradicional».

Ora no meu livro «Velhas canções e romances populares portugueses» — publicado em 1913, vem a pág. 169 a poesia e musica duma canção que é sem duvida a mesma a que o Tolentino se refere, apenas com a modificação no appellido do protagonista, que na lição que publico é «Bandarra» e não «Bandalho», como vem em Tolentino e na quadra do Porto, que é como segue:

Oh meu Francisco Bandalho
Fita verde no chapeu,
Os teus olhos tem mais brilho
Do que as estrellas do ceu.

«A primeira quadra das nove que constituem a velha canção reproduzida no meu livro é esta:

Senhor Francisco Bandalho
Fita verde no chapeu,
Quando vai fallar à dama
Cuida que vai para o ceu.

«Esta canção foi-me directamente communicada, bem como outras mais, por uma senhora oriunda de Coimbra, ha muitos annos falecida quasi centenaria.

«A versão que publiquei é evidentemente coimbrã, pelas referencias que contém a sítios e coisas da cidade universitaria, e era vulgar alli já no século 18. Tolentino, como é sabido, frequentou os estudos em Coimbra de 1760 a 1769 (1) e era portanto natural que conhecesse a canção a que mais tarde se referiu.

«Não é pois destituida de fundamento a minha suposição de que se trata da mesma canção, apenas com a variante do appellido do homem a quem ella se refere.

«Creia-me sempre
seu muito dedicado

Pedro Fernandes Thomás

Confesso que ainda não estou satisfeito. Tolentino, certamente, referia-se a uma variante de Lisboa, se é de Coimbra a canção original. E depois, quem me assegura que Francisco Bandarra seja uma deturpação de F. Bandalho?

Mas tenho de me contentar com isto, pelo menos por agora.

C. M.

---

(1) Sanches de Baêna, *Memorias de Tolentino*, pag. 28.

POEIRA DOS TEMPOS

XIII — BIZANTINISMOS PARLAMENTARES

A mania de questionar não digo sobre letras, mas sobre palavras, ainda não tinha passado de todo ha vinte e nove annos; pois que, quando em Maio de 1826 se tratou no Rio de Janeiro da confecção da carta constitucional portugueza, gastaram os ministros não menos de quatro dias em discutir quem havia de escrever aquelle documento, e se n'elle se devia dizer que fôra registado no *livro competente* ou *no competente livro*.

Marquez de Rezende, in *O Panorama*, Lisboa 1855, vol. IV, pag. 213.

XIV — BARBAS

...a conservação da barba he importante, e a sua destruição perniciosa. Por ventura os nossos Medicos, os nossos Mercadores, os nossos Mestres de primeiras Letras não atrahirão maior veneração, os primeiros dos doentes, os segundos dos freguezes, e os terceiros dos rapazes, se elles conservassem, como devião conservar as suas barbas honradas? Estes meninos d'agora não terião mais obediencia a seus pais, e a seus avós,

se estes não houverão renunciado ás nobres insignias da sua idade? As Mulheres não vestirião humas roupinhinhas (*sic)* mais afogadas, e não terião mais hum bocado de vergonha naquellas caras, se ellas vissem de continuo nas caras de seus maridos os sinais da virilidade?..... Que querem, que querem de huma mulher que está olhando sempre para hum maricas pelado?

J. Agostinho de Macedo, in *Semanario de Instrucção e Recreio*· Lisboa, 1812, pags. 158 a 159.

XV — BENZEDOR DE CÃES DANADOS

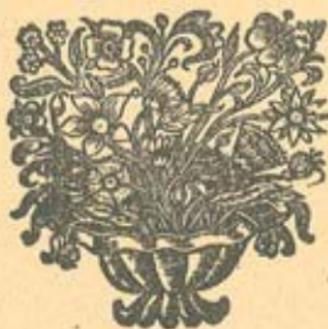
«Ordenado de João Nunes que bense os cães damnados: — Hade haver João Nunes que benze os cães damnados hum mil rs. de sua tença d'este anno que se começa polo primeiro dia dabrill... Alvaro do Porto a fez. Mandado da cidade para o Thes.° pagar este ordenado: Gonçalo Anes Thiz.° da cidade de Lisboa. Os Vereadores, e procurador, e Procuradores dos Mesteres d'esta mesma vos mandamos que paguees a João nunes bensedor hum mil rs. que se mostra por arrecadação escrita que hade aver de seu mantimento deste anno, e como o pagardes cobrai este alvará e seu cont.°; e mandamos ao contador da dita cidade que volos leve em conta e despeza. Feito em ella a XIII dias de Março de 1497 annos. E eu Alvaro de Calvos o fiz escrever — era assinado por seis officiaes da camera».

Transcrito in *Archivo Pitoresco*. tom. I pags. 343 (1858).

XVI — ESQUECIMENTO... NATURAL

«Formou-se neste dia (10-Jan.-1808) a Tropa Franceza no Rocio em numero de 4500 homens de Infanteria, Cavallaria, e Artilharia com 12 Peças; fizerão os generais manejar a Tropa, e Juot passou a revista do

costume; e neste acto foi ao chão o General Kellermann por se lhe espantar o Cavallo; ficou algum tanto perdido dos sentidos, e recolherão-o á Loja de Bebidas do Nicola, aonde depois de algumas experiencias de Licores, ficou perfeito, e a estas experiencias assistirão varios Officiaes, os quaes todos saudárão o Senhor General com os cópos; e na retirada (visto assim pedir a politica) forão todos montar o dito Senhor General, e por cujo motivo houve esquecimento da bagatela dos Licores, e o dono da Loja desenganado do pagamento; em toda a parte sempre semelhantes personagens se distinguirão com acções iguais».

Observador Portuguez, Historico e Politico de Lisboa... Lisboa 1809, pags. 123 a 124.

DO BRAZIL COLONIAL

feira da Ladra (a outra, a Mamã, ali a traz de S. Vicente) já não é a mina inesgotável de curiosidades — e porque não direi mesmo preciosidades? — que fazia há cinqüenta anos a delícia dos coleccionadores e dos bibliófilos. Mas ainda uma que outra vez se nos deparam, tresmalhadas sôbre o empedrado do velho Campo de Santa Clara, antigualhas que o feirante já vende por bom dinheiro, amestrado pela experiência e mal vezado pelo comprador, se bem que muitas vezes, na inconsciência do seu prêço, seja capaz de entregar por três tostões algum papiro escapo do incêndio de Alexandria, e pretenda impingir-nos por cem escudos a colecção completa dos «diferentes originais opúsculos» do falecido Jaime José Ribeiro de Carvalho, de hilaríssima recordação.

A remexer por lá um dia «papelosa» velha, onde a abundância de poeira só era excedida pela chusma de traça, dei com o autógrafo da carta infra, que textualmente traslado, carta onde com certa nitidez de linhas se projecta um relâmpago das vicissitudes do colono lusitano no Brazil, na primeira ametade do décimo-oitavo século.

Fortunas ràpidamente adquiridas e ràpidamente evaporadas; longas, arrastadas vidas de trabalho continuado nos molhes, nos engenhos, nos sertões, para ajuntar uns magros cabedais que garantissem uma velhice repousada; a ansiedade pelas cartas que nunca se recebiam; os amigos e parentes de quem não mais se ouvia falar, partidos em fadigosas viagens para o interior misterioso dos Amazonas, dos Goiazes ou de Mato Grosso; a súbita desaparição dêste ou daquele, arrebatados de improviso pelos esbirros da inquisição e lançados aos porões do veleiro que os trazia ao reino e muitas vezes à fogueira; saudades da Pátria há muito abandonada e vagamente entrevista nos desejosos sonhos do regresso; o interêsse constante pelas coisas e pessoas do torrão natal, traduzido na oferta de dinheiros para a erecção de templos, dotação de órfans e estudos de parentes pobres; a vida áspera do escravo, arrancado ao sossêgo da sua cubata, acamado aos montes, mercancia, salgado, nos porões dos navios negreiros, alguma vez revoltado contra o seu destino amargo, logo sufocada em sangue a sua justa revolta, — todo êste tumultuar de desvairo, tôda esta sofreguidão de oiro, esta vida extinta das gerações que precederam o florescente Brazil moderno, são evocadas nas palavras descòradas que decifrei na epístola seguinte, despretenciosamente alinhavadas por um velho de 73 anos, mais afeito ao trato dos números do seu *Deve-Haver*, do que às preocupações da boa escrita.

Meu Sobrinho e Sr. P. Manoel Mor.ª Duarte.

Ryo de Janr.º 20 de Julho de 1741.

Tenho recebido todas as q. v. m.ce me escreueo, tanto pellos Nauios do Porto como agora na frota por Lix.ª de que faço estimaçaõ da boa saude que sua May e Irmaons ficaraõ todos logrando. D.s permita lhe seia sempre continuada como eu munto lhe dez.º.

A minha boa continuando com as minhas molestias cada ves mais aumentadas porque acho me iá mui tropogo das pernas, e das queyxas intriores cada ves a mais, mas comtudo naõ sey louvar a D.s em me deyxar sahir a rua soposto os paceyos são poucos mas 73 annos que os ajusto em 13 deste mes que fui à Pia sempre ham de trazer queyxas e molestias tudo oferçeo a D.s elle permita darme hua boa hora.

Estimo munto esteia ia colocado o Santicimo Sacram.to o que emporta agora (*é*) que eses Sr.es freguezes senaõ façaõ remiços para a conceruaçam, tambem veio a conta do que se gastou e v. m.ce ofereçer em hu resto que coando eu naõ leue a bem o pagará, naõ me faça v. m.ce tam mizaro que ainda que se gastara mais lho havia de pedir.

Aqui chegou Damiaõ Manoel que em algu perigo esteue de o fazerem soldado aqui esteue hu pouco de de tempo athe ter ocaziaõ de ir para as Minnas *(a capitania de Minas Gerais)* aqui lhe comprey hu negro e outros gastos que com elle fiz que emportaraõ em 120$ rs o coal la esteue em companhia de Antonio hus dias e della tendo noticia do P. Joze de Souza e porllá está e naõ sey como se tem arumado, adevirto a v. m.ce que faça munto por me mandar mais que ca está a caza da Moeda para gastar com elles que ninguem os recebe em caza que naõ gaste para os emviar para as Minnas, porem tam bem lhe adevirto que se podem espedir *(despedir)* eu ia hoje naõ ando para galhofas.

Receby o Papel desa gente de Tibaes *(Tibães)* para

a cobrança do dinhr.º que tinhaõ no Juizo ecleziastico deyxa de seu Tio Francisco Maciel Aranha estando o papel corrente com Mandado para receber o dr.º do Thizoureyro me dice estaua fora do cofre e que naõ se poderia dar senaõ de partida a Frota, eu munto desejaua que elle foçe agora mas (*por*) estas razois naõ vay, eu bem veio a injustiça mas achome em termos de naõ poder fallar.

Tambem deseiara sauer coantas orfas se cazaraõ pois tinha auizado a Vm.ce que continuase em the doze, e coando naõ seiaõ ia parentas naõ faltaõ outras nececitadas, a sim que estimara se continuase em the a dita conta, e o am.º Goalter Gomes asistirá com o dinhr.º.

Seu Irmaõ e Alexandre tenho noticia passaõ de saude, as cartas que Vm.ce remeteo lhas enviey em the agora naõ tem vindo resposta.

O ano pasado avizey ao am.º Goalter Gomes que dos sinco mil cruzados que tinha hordenado se conceruasem a Juros para sostentaçaõ de Joze, que depois de elle acabar os estudos os disponho na forma seguinte, a sauer para sua Irmãn Izabel quinhentos mil rs. e iuntamente o que me tocar de minha Lejitima para seu dote, e trezentos mil rs. para Vm.ce e o mais para Joze para suas Liurarias e o mais que lhe parecer esta esta mesma hordem tenho mandado ao am.º Goalter Gomes, e se Joze poupar nos Juros dos Sem mil rs. mais lhe tocará.

Em coanto a noticia a que Vm.ce me pede de Joaõ da Sylveira de Nespreyra, ha muntos annos des que sahio de minha caza naõ tive mais nouas delle, o seu Pay sendo viuo me escreveo alguas vezes a pedir noticias do tal, que elle foi tal que para o liurar de soldado e botallo para as Minas gastey com elle algus tostois e numca me deu noticia sua, asim que naõ sey se he morto ou viuo e he o que lhe poso dizer neste particullar.

Em coanto a recomendaçaõ que Vm.ce me diz da Capp.am An.to de Souza Alcoforado deue a esa cazo 70$ rs. e se desculpa que hu irmaõ que ca tem por nome João Ribeyro e Vas.cos falando eu com Joaõ Pinhr.o sobre este particullar me dis ha bem annos naõ tem cartas delle e segunda noticia me dis que só hua vez lhe remeteo 50$ rs. que remeteo a ese Irmaõ e q. entende q. elle está cazado e com obrigaçoẽs e que entende pouco cavedal posuirá, esa soponho sellá naõ ouver em que se paguem está perdida, que tambem eu agora expermentey hua perda de coatro mil cruzados, e hoie me acho com mt.o pouco, o q. emporta he que chegue em thé morrer.

Minhas lembranças ao R. P. Joaõ Mor.a da Sylua como tambem Joaõ Mor.a de Matos que folgarey logrem Saude e q. esta haiam por sua, como tambem recomendo m.to na graça de todos os parentes que por mim porguntarem e naõ menos na de Vm.ce sua May e Irmaos. Com isto naõ Molesto mais a Vm.ce a qem o Seo *(ceu)* g.e como munto lhe dez.o dia e era vt supra.

De V. M.
Tio que munto lhe dez.a
Romaõ de Mattos Dur.te

Recebi 1. 2. 3.a v. em de Nov.ro de 1741.

Leram; saborearam; evocaram, emfim. Seria mal inspirado algum comentário que eu pospuzesse à ingénua mas característica prosa do honrado Romão, vai para dois séculos a esfarelar-se sob a sua lage sepulcral, nalguma decrépita igreja fluminense.

C. M.

UM ESCANDALO NO PORTO EM 1825

ASPAR de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro professo na Ordem de Christo, Sargento mór de ordenanças da Vila dos Arcos de Valde-Vez, Senhor da Casa de Soutêlo em Amarante, e das Casas do Casal do Paço, Boa Vista, Padreiro e Coutada nos Arcos, era casado, em julho de 1825, com a senhora D. Maria Bárbara de Queiroz Álvares Pita Maciel. Felizes e contentes viviam, e tudo fazia prever um futuro de paz e sossêgo na rica e fidalga casa da Ferraria de Cima, na cidade do Pôrto.

Mas a breve trecho naquêle Paraizo terreal apareceu uma serpente venenosa, na pessoa de D. Maria Rita de Morais Vaz Pereira Pinto Guedes, sobrinha da primeira mulher de Gaspar e casada com seu irmão, o desembargador José Teixeira de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos.

Aquela senhora acusou o cunhado de um defeito físico, defeito que pode entristecer aquêles que, tendo-o, nunca imaginaram que pudéssem ser feridos por tamanha catástrofe, mas que deixa outros indiferentes e quiçá felizes, por se verem livres de dissabores, moléstias e desgraças.

Não diz o processo arquivado nos *Feitos Findos* por que artes mágicas veio ela a ter a certeza plena da desgraça do cunhado, isto é, se foi *de visu* ou *de tactu* que chegou a essa certeza, ou se alguém, Phaloe queixosa e lamurienta, lhe confidenciou o insucesso de um sacrifício nos altares de Citera.

Certo é que essa acusação, feita perante o fôro eclesiástico, devia ter lançado o fidalgo na maior revolta, porque, estando o assunto entregue áquela jurisdição, tudo fazia prever a dissolução do casamento. E de facto, as justiças eclesiásticas de Braga haviam resolvido arrebatar á fôrça armada do lar conjugal a esposa e a guardarem-na sob custódia e incomunicavel.

Mas se havia a Justiça Eclesiástica, havia também a Justiça Real e esta com muito mais autoridade, administrada por magistrados competentes e imparciais, sempre que a Política não envolvesse os réos nas malhas finas da sua rede.

Assim, Gaspar de Queiroz representou a D. João 6.º contra a prepotência eclesiástica e obteve deferimento. A mulher foi-lhe restituída, mas o Rei, escrupuloso e beato, consultou o Desembargo do Paço.

Não está no processo a consulta dêste Tribunal. Porquê? Teria ela considerandos tão maliciosos que pudessem ferir os escrúpulos do soberano, ou remetida á sanção superior por intermédio da Secretaria da Guerra, incompetente neste assunto, ela se desviou da marcha que devia seguir, como se depreende do texto de um ofício?

Certo é que êste caso tão escabroso por sua natureza,

prometia alimentar o escândalo nos soalheiros da cidade do Pôrto, se a Providência, mais uma vez, não tivesse castigado, sem páu nem pedra, a preversidade de uma mulher que ousava denunciar os segredos de uma alcôva, só pelo prazer de se vingar dos resultados de uma demanda judicial.

Gaspar de Queiroz representou novamente a D. João 6.º, que, visto os atestados do Dr. Antonio José de Sousa, primeiro cirurgião do Hospital Real de Santo António e de Ana de Jesus, parteira examinada pelo Delegado do Físico-Mór do Reino, provando, sob juramento aos Santos Evangelhos, que a espôsa do fidalgo se achava grávida de 7 meses, mandou cancelar todo o debate, *remediando* o que havia sido resolvido pelo Desembargo do Paço e que sôbre o caso se passasse uma esponja, de maneira a ficar tudo sepultado no maior esquecimento.

As memórias de família que consultámos para a urdidura dêste artigo, estabelecem a ascendência e descendência de Gaspar de Queiroz:

José Teixeira de Queiroz Botelho Pimentel, senhor da casa de Soutêlo em Amarante, era casado com D. Inês Rosa Joaquina de Almeida e Vasconcelos, filha de Brás de Almeida e Vasconcelos, moço fidalgo e de D. Joana Pereira Leitão e neta paterna de Luís de Almeida e Vasconcelos, senhor do Reguengo de Mossâmedes, moço fidalgo e de D. Maria Loureiro de Vasconcelos; e houve do seu casamento:

— António Botelho de Queiroz Pimentel e Gouveia, que casou em Junho de 1758 com sua parenta D. Maria Josefa Luísa de Gouveia Menezes e Vasconcelos de Barbosa, e dêles nasceu aquêle Gaspar Botelho que, não tendo descendência de sua mulher D. Angélica Joaquina Teixeira de Morais Sarmento, da casa da Calçada, de Villa Real, fêz doação do seu grande património a seu irmão o Desembargador José Teixeira de

Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos, para que casasse com D. Maria Rita de Morais Sarmento Vaz Pereira Pinto Guedes, sobrinha de sua 1.ª mulher.

Depois da doação, desgostoso porque sua sobrinha e cunhada o demandou (e não dizem as memórias de família, por que razão e que espécie de demanda foi ela) pretendeu anular aquêle acto e para isso casou em Viana do Castelo com Maria Bárbara, que tomou o nome de D. Maria Bárbara de Queiroz Alvares Pita Maciel.

É de crer que tivesse ganho o processo de anulação e só assim se explica que sua cunhada por vingança viesse acusál-o de impotência, — o que, provado e julgado, por um tribunal como era o Desembargo do Paço, importaria a dissolução do matrimónio e a reversão de todos os actos jurídicos ao *statu quo* anterior ao seu casamento.

Á acusação de *frigidez* respondeu Gaspar de Queiroz gerando seis filhos: D. Angélica, casada com António Pereira de Lacerda e Melo, senhor da Tôrre de Quintela, c. g.; D. Mécia; D. Mariana; Gaspar de Queiroz de Almeida e Vasconcelos, senhor da Casa de Boa Vista, casado com D. Mariana Cláudia do Souto Ribeiro Sotomaior, da Casa de Santa Eulália da Serra, c. g; José Teixeira de Queiroz, juiz da Relação do Pôrto, casado com D. Francisca Rita Coelho de Vasconcelos, senhora da Casa do Cruzeiro em Ponte de Lima, c. g; D. Maria José, que casou com Miguel de Azevedo Vasques de Ataide e Menezes, c. g.

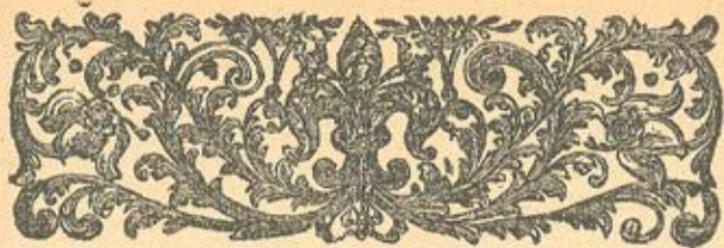
A acusadora, D. Maria Rita, depois de viúva, teve do Marquês de Chaves uma filha natural.

*

Que os manes de Gaspar Botelho perdôem a minha indiscrição em desenterrar do pó dos arquivos uma página de luto da sua vida! Que os manes de Maria

Rita perdôem tambem o ter eu mostrado de quanta lama era amassada a sua alma!

Com certeza que, perante o Juiz Supremo, que julga em Última Instância, ela deve ter expiado a sua culpa e redimido a sua vida, — para a eterna bemaventurança de seu tio e cunhado Gaspar de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos!

João Jardim de Vilhena

SAN BENTO DA SAUDE
SUA ORIGEM E FORMAÇÃO

ISSEMOS em artigo anterior, sôbre *Um Milagre no Mosteiro de S. Bento de Lisboa*, ocorrido no ano de 1573 e publicado nesta revista, que em outro estudo tratariamos da formação e origem da locução de *S. Bento da Saúde*, nome com que ficou sendo conhecido um dos conventos de Lisboa, mais tarde transformado em colégio da mesma ordem com a invocação de *Nossa Senhora da Estrêla*, depois de haver tido também a denominação de *S. Bento o Velho*, logo após a mudança da sua comunidade para o novo edifício que se veio a construir no começo do século XVII no sítio onde hoje se vê o Palácio do Congresso. Por isso, vimos trazer hoje aos benévolos leitores da *Feira da Ladra*, os elementos de que temos conhecimento sôbre o assunto.

Lisboa tem, em muitas das suas ruas, pátios, largos, bairros, quintas e ainda em alguns dos lugares dos seus arrabaldes, designações características e pitorescas, cuja origem de algumas delas, vai à mais alta antiguïdade da nacionalidade.

Para não nos alongarmos de mais, vamos simplesmente apontar alguns exemplos, cujo desenvolvimento dará matéria para outros artigos.

Lumiar, situado para lá do actual Campo Grande, que então se designava *Alvalade Maior*, cuja origem anda ligada a uma lenda da Rainha Santa Isabel, mas que na verdade, em documentos anteriores ao reinado de D. Denis, já aparece aquela designação.

Arroios, que ficava um pouco acima de *Santa Bárbara*, tambem nos aparece em documentos dos fins do século XII.

A-par destas, muitas outras designações há que são dignas de serem registadas.

No centro da cidade havia a *Quinta da Pedreira*, que mais tarde foi crismada em *Quinta do Almirante*, situada no alto que fica a cavaleiro do Rossio, onde depois D. Nuno Álvares Pereira veio fundar o convento de Santa Maria do Monte do Carmo, cuja designação é muito anterior ao reinado de D. Denis.

A *Quinta do Andaluz*, de cuja reminiscência ainda hoje se observa um largo e fonte com o mesmo nome, tem certa antiguïdade, falando-nos dela alguns documentos dos fins do século XIII.

Nas imediações do actual largo de S. Paulo havia também, em tempos bastante recuados, um sítio conhecido por *Cataquefarás*, cuja origem tem dado muito que fazer aos cronistas da velha Lisbôa, e, segundo querem certos autores, ainda não está devidamente identificado. Os documentos da primeira década da centúria de tresentos já registam a sua existência.

MOSTEIRO DE S. DA SAÚDE

(ANTES DA SUA TRANSFORMAÇ CIO DAS CORTES)

Nos fins do XV século, havia logo a seguir ao alto do Convento de S. Roque uma quinta, cujo senhorio pertencia à família dos Andradas, onde, em virtude de inclemências que assolaram a parte baixa da cidade no reinado de D. Manuel I, se foi alojar em barracas, formando um grande acampamento, a maior parte da população de Lisboa; e como o sítio fôsse ameno e saudável, nêle se começaram a levantar alguns palácios e outras moradias, como dizem as crónicas, dando assim princípio ao povoamento duma *Vila Nova de Andrada*, que ficou sendo mais tarde conhecida com a designação de *Bairro Alto*, cujo nome chegou até nossos dias. A extensão dêstes terrenos ia do referido Alto de S. Roque até ao Vale da Esperança, que uns sessenta ou setenta anos depois, se ficou denominando *Vale de S. Bento da Saúde*, ou simplesmente *S. Bento dos Negros*.

Pois é sôbre a origem de *S. Bento da Saúde*, ou *S. Bento dos Negros*, que vamos arquivar alguns documentos que, embora não sejam de grande importância, têem certa curiosidade.

O mosteiro do Patriarca S. Bento foi fundado no alto que dominava todo o vale da Esperança e de Campolide, onde estavam situadas as quintas da *Bemganhada*, e de *Campo Lidem*, por detraz do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, para ficar como Casa e Cabeça da referida Ordem de S. Bento em Portugal, conforme esclarecem o alvará de El Rei D. Sebastião e as provisões do Cardeal Infante como legado Apostólico, e do arcebispo de Lisboa, D. Jorge, expedidas no ano de 1572.

Êste mosteiro passou a denominar-se poucos anos depois da sua fundação por *mosteiro de S. Bento o Velho*, logo que teve princípio o outro edifício que veio a ter a designação de *mosteiro de S. Bento o Novo*, fundado nas *Quintas da Saúde* em Campolide e, mais tar-

de, simplesmente Colégio de Nossa Senhora da Estrêla, que tal deveria ser depois de 1615, ano em que os religiosos se mudaram do mosteiro velho «para este novo aos oito dias do mes de Novembro de 1615. annos. em hu Domingo. sendo Geral o n. Rmo. Pe. frej Antonio dos Reis e D. Abbade desta Casa o n. mto. Rdo. frej Anselmo da Concejçaõ, neste dia disse a primeira missa em pontifical o Rmo. Pe. Geral», conforme se lê em um manuscrito do cartório do referido mosteiro (1).

O referido, convento como já dissemos, começou a designar-se por *mosteiro de S. Bento o Novo,* logo no princípio da sua fundação, como se vê das escrituras que se celebravam no *mosteiro de S. Bento o Velho;* por *mosteiro de S. Bento dos Negros,* pela razão dos referidos religiosos terem o hábito negro; e *mosteiro de S. Bento da Saúde,* nome com que ficou sendo conhecido pelos tempos fora, por ter sido edificado na *Quinta da Saude em Campolidem,* como se colhe de diversos documentos que ao assunto dizem respeito.

Mas porque se chamavam as estas terras *Quinta da Saude em Campolidem?*

A esta pregunta responde o seguinte manuscrito do mesmo cartório do convento, que, segundo cremos, se deve a Frei Pedro das Chagas:

«Diz que nas escrituras da fundaçaõ se faz mensaõ de S. Bento o Novo, ou da Saude o Novo, e relativo ao Mosteiro de S. Bento de Xabregas, que he mais antigo, diziaõ S. Bento o Novo, e no que respeita ao apelido da Saude, se «chamava assim por se edificar na Quinta em que se curavaõ os doentes da peste que naquelle tempo houve nesta cidade que se chamava a Caza da Saude». Existiram os Monges no dito

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Cartório do Mosteiro de S. Bento de Lisboa, cód. 21, pág. 63, v. e maço 1.º n.º 7.

Mosteiro de S. Bento desde logo depois da reforma, cuja vinda seria pelos annos de 1571 até oito de Novembro de 1615, dia em que se mudaraõ para este edificio, ficando-se chamando S. Bento da Saude e Alguem diz S. Bento da Saude o Novo. Até 1615 as escrituras foraõ celebradas no mosteiro que he o da Estrela e por isso se chama S. Bento o Velho desde 1615». (1)

As quintas onde se fundou este mosteiro pertenciam a Gaspar Preto e a sua mulher Margarida Cardosa que as venderam aos religiosos de S. Bento por escritura de 7 de Dezembro de 1594 (2), que com outras que já haviam comprado formavam a respectiva cêrca do mosteiro.

Reforçando mais a origem de S. Bento da Saúde, e por conseguinte mais claro sôbre êste ponto, é ainda o documento que segue, escrito por um contemporâneo, a que já fizemos a devida apreciação *in «Lingua Portuguesa»* (3), em que, àlém de nos dizer que ali se veneravam os *Fieis de Deus*, esclarece a forma por que se ficou chamando *Quinta da Saúde*. Diz êle:

«Nesta terra que compramos de dona Maria (da Silveira) se enterraraõ muitos corpos de pessoas que morreram de peste por que como a *casa da saude* esta nesta quinta de Antam Martins, que lhe havia tomado a camara para curar os ditos feridos de Peste fizeram huã porta na cerqua e por ali os tiraram e em huãs barraquas que auiaõ sido pedreiras em Couas grandes os enterrauaõ E cresse que foram muitos milhares delles entre os quais aueria muitos estrangeiros, que seus parentes naõ soberam se saõ mortos ou uiuos os animos dos quais padeceraõ desemparo porque entre tantos que naõ souberam seus parentes que saõ mortos naõ lhe faram bem pera suas almas por o qual cremos que sua necessidade foi intercessora pera que este mosteiro aqui se edificasse, por mençaõ das almas

daquelles que alli foram enterrados e quando a chuua naõ nos estroua saimos por hua porta que saie a estes campos o dia dos fieis de Deos uestido hum sacerdote com capa preta e com cruz leuantada com candieiros acessos e lhe disemos alguns responsos deitando sobre elles agua benta iunto a hua crus de pao que esta adonde com fauor de Deos temos proposito de fazer huã ermida que se chame dos fieis de Deos pera diser ali alguas missas por elles aqual obra hera da Camara da Cidade, aqual nos queremos suprir.» (4).

J. Mendes da Cunha Saraiva

(1) Idem, idem, maço 1. documento n.º 7.
(2) Idem, idem, cód. 19, pág. 15, v.º
(3) Vol. 1.º, pág. 168-169 Lisboa, 1929.
(4) Arq. Nac. da Tôrre do Tombo, Cartório de S. Bento de Lisboa, cód. 21, págs. 28 e 29.

ARCOS TRIUNFAIS

Existe na biblioteca pública de Goa êste códice manuscrito: *Excellencias da ordem Augustiniana*, escritas em Goa em 1763. A legenda do frontispício está meio apagada nalgumas linhas que parecia indicarem o autor (ou possuīdor?) do volume, o qual contém nas suas 48 páginas algumas pequenas notícias monásticas e litúrgicas sem interêsse de monta.

Em certa altura, porém, depara-se-nos uma carta (em espanhol) que o Marquês de Manresa escreveu à mulher àcêrca dos desposórios do Príncipe e Princesa de Portugal (D. José e D. Maria) com os de Espanha (D. Fernando e D. Mariana Vitória) em Janeiro de 1729; e logo depois a *Relação* da entrada solene dos noivos em Lisboa.

O mais interessante, porém, dessa *Relação*, é a *Ordem dos arcos triumphaes*, que vou transcrever:

«Neste Lugar da Esperança estava o primeyro Arco, da naçaõ Ingleza, que senaõ pôde acabar de todo a a tempo e se gastou nelle 4.920.000

2.º o dos moedeiros ao poço dos Negros 2.180.000
3.º o dos corrieiros em a rua das gayvotas 780.000
4 dos confeyteiros ao poço novo 724.000
5 dos sapateiros aos Paulistas. 998.000
6 dos Ollandezes ao Montr.º Mor 3.300.000
7 dos Alfayates ás convertidas. 740.000
8 dos Italianos ao Loureto. 3.810.000
9 dos Pintores a rua de ametade 768.000
10 dos Tesselões ao topo do Xiado. 442.000
11 dos Tanoeiros ao largo do Xiado. 622.000
12 dos Homes de negocio ao Espirito S. 1.850.000
13 dos carpinteiros ao adro da Boa Hora. 1.230.000
14 dos ourives de ouro ao Secretario do Est.º. 1.224.000
15 dos Mercadores do arco dos pregos. . 3.390.000
16 dos Alemães a conceiçaõ nova 4.860.000
17 dos ourives da prata ao pé da rua nova. 997.000
18 dos Mercadores do vinho ao Pelourinho 1.350.000
19 da Bandeira de S. George a entrada do Terreiro 1.327.000
20 dos Francezes no Terreiro do Passo . 4.000.000

Sommaraõ as despezas dos arcos . . 39.512.000

C. M.

CHAPA, INSÍGNIA, OU QUÊ?

MEU bom amigo Abílio Rebêlo de Carvalho, apaixonado genealogista e bibliófilo, passa os meses de calma na sua quinta pitoresca de Bouça-Cova, às portas de Gondomar, a terra das filigranas.

Lá o visitei êste verão. Lá revi as obras de arte e de antigualha que lhe decoram as amplas salas solarengas. E lá me chamou êle a atenção para um objecto de cobre cuja reprodução, em tamanho do original, segundo um mau desenho meu, se intercala no texto desta nótula.

Veio parar-lhe às mãos, contou-mo êle, no meio dum punhado de moedas antigas que adquiriu.

Descrevâmo-lo:

É recortado em chapa de cobre, como disse, de

quási dois milímetros de espessura. Representa um personagem de tôsco debuxo, olhos sumáriamente indicados por dois pequenos triângulos agudos de vértice voltado para a base do nariz, que se apresenta mal definido. Em cada um dos olhos, um ponto determina a pupila. A bôca é também quási triangular; e da base do nariz ondeiam para um e outro lado, uns bigodes formidáveis. Por debaixo do mento, uma refolhuda bar-

ba descai, trífida, quási em forma de flôr-de-liz invertida. Uma espécie de corôa, pousando no alto da cabeça, dá a êste figurão um aspecto caricatural de rei de copas.

Numa tira lisa, ocupando a base da composição, leem-se, em letra cavada do século XIV ou XV, as palavras AVEMAIA ou AVEMAIAS; e emprego a disjuntiva porque não sei se deva considerar o último sinal um S ou um ornato para preencher espaço.

Na parte superior, uma argola indica que o objecto era usado possivelmente ao pescoço. No rebôrdo da base, três pequenas saliências.

O reverso da chapa é liso, mas grosseira e irregularmente batido.

Não consigo pôr a limpo a serventia disto. A princípio supuz ter na mão uma medalha religiosa e julguei ler AVE MARIA, uma AVE MARIA a que tivessem esquecido o R. Mas logo aventei a ideia, á vista do grotesco personagem nela estampado. De que se trata, então?

Lembra-me que será de facto AVE MAIAS, uma saudação à folgança pagã das *Maias*, ainda hoje usada no Minho e nalguns pontos de Portugal. Poderá tambêm significar uma homenagem à vila da Maia...

Mas tudo isto são hipóteses. Esperemos que algum dos nossos leitores saiba do que se trata e tenha a caridade de nos elucidar.

C. M.

NOTULAS ETNOGRÁFICAS

LISBOA NO «CANCIONEIRO DE S. SIMÃO DE NOVAIS

ÃO é pròpriamente a «Feira da Ladra» a revista indicada para serem tratados assuntos etnográficos.

No entanto, devido ao motivo que as quadras que vão abaixo versam, parece-nos poder incluir estas reduzidas nótulas na supra citada publicação, sem nos afastarmos muito da orientação que o seu ilustre director lhe deu.

A pequena aldeia de S. Simão de Novais, em que passo as férias grandes, situada no coração do Minho e fazendo parte do concelho de Vila Nova de Famalicão, é uma fonte inesgotável de curiosidades etnográficas. Basta citar, como prova do que afirmo, o número de quadras populares que tenho publicadas e que ascen-

dem a cima de mil (1). Claro está que o maior número das composições, como já várias vezes tenho afirmado, versa o tema do Amor, que é sem dúvida a preocupação por excelência do poeta popular. Mas, para além destas quadras, outras existem, se bem que em número muito mais reduzido, que discutem assuntos especializados e que tenho aproveitado para pequenos trabalhos isolados, como por exemplo: a política, o serviço militar, a guerra, o mar e o Brasil, no Cancioneiro de S. Simão de Novais (2) Hoje isolarei aquelas que se referem a Lisboa. São apenas sete. Dir-se-há que são poucas. Contudo, quem verificar a distância enorme que separa êste pequeno cantinho minhoto da capital de Portugal, não estranhará o seu diminuto número.

São elas:

De Lisboa me mandaram
Uma cotovia assada,
Por fóra, cheia de doce,
Por dentro, de marmelada.

Meninas, dançai o vira,
Que o vira é coisa boa;
Eu já vi dançar o vira
Ás meninas de Lisboa.

---

(1) Vide *Cancioneiro de S. Simão de Novais,* — 1.ª e 2.ª séries (1923-1928) - publicado na "Revista de Guimarães.„

(2) Vide *Alguns Aspectos da Vida Portuguesa no Cancioneiro de S. Simão de Novais.* Publicado no fasc. III do vol· IV dos "Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia„ Pôrto, 1930.

Se o mar tivesse varandas.
Ia-te ver a Lisboa;
Mas o mar não tem varandas:
Quem não tem asas, não vôa...

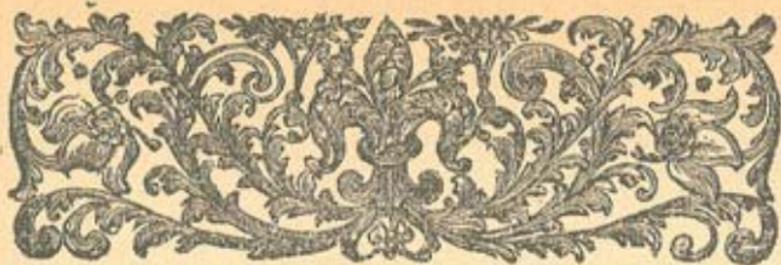
De Lisboa me mandaram
Um guisado com seu môlho:
A costela duma pulga,
O coração dum piolho.

De Lisboa me mandaram
Cinco maçãs num carrinho;
O ladrão do portador
Comeu-mas pelo caminho!

Tenho um amor em Lisboa,
Outro em Ponte de Lima,
Outro em Penafiel,
Outro ainda mais acima.

Lisboa, com ser Lisboa,
Tem sete portas de entrada;
Fechando-se as sete portas,
Fica Lisboa fechada.

Pôrto.

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA

CAMILO E D. MIGUEL

EVEM conhecer, de certo, o romance de Camilo Castelo Branco — *O Carrasco de Victor Hugo José Alves* — que não é mais do que uma reedição refundida, correcta e aumentada de um outro do mesmo autor — a *Infanta Capellista*, inutilizado em 1872 por motivos até hoje misteriosos.

Devem saber também que o enrêdo daquele romance gira em volta de uma suposta filha de D. Miguel I, que, depois de passar vários infortúnios no seu ofício de luveira, casa com o Conde de Baldaque, contrariando assim a paixão de um tal Victor Hugo, assassinado depois por um criado do Conde, por ter publicado em segunda edição um folheto intitulado — *A Villan Fidalga ou aventuras e transformações da filha de uma mulher conhecida em Lisboa pela alcunha de D. Marianna Joaquina Franciosi Rolim Portugal, moradora actualmente na Travessa Nova de S. Domingos n.º 4.*

Êsse folheto, muito raro hoje, foi publicado em 1840 por Luís Caetano da Rocha, que no prefácio diz o seguinte: *talvez que ainda uma penna habil se sirva destes documentos para compôr uma novella*... E como na opinião de Caetano da Rocha aquela Mariana Joaquina havia tido relações íntimas com D. Miguel I e delas havia nascido uma menina que, por uns depoimentos ali publicados, parecia ser filha dêle, Camilo aproveita tôda essa intriga, dá à menina o nome de Maria José, baseia-se numas hipotéticas memórias e torna-a filha bastarda de D. Miguel I, fazendo dela uma heroína de romance.

Alberto Pimentel, no seu *Ninho de Guincho*, fala também do folheto *A Villan Fidalga* e diz a certa altura que Mariana Joaquina, em 1828, *tratou de enfeitiçar o infante D. Miguel, crescendo em audacia a ponto de lhe querer impingir uma filha.* Ignoro onde foi Alberto Pimentel buscar esta informação; talvez ao folheto, mas o certo é que em 1830, dois anos depois das supostas relações, Mariana Joaquina vivia muito recatada em uma sua quinta de Azeitão, chamada a *Parvoíce* e conhecia intimamente um rico negociante vindo do Rio de Janeiro, Domingos de Almeida Lima, dêle havendo uma filha no dia 5 de Agosto de 1831, à qual foi dado o nome de Maria José!!!

Essa creança *tinha as feições de seu pae e elle tratou-a sempre como sua filha dando-lhe todos os cuidados e educação.*

Tudo isto vem em um folheto publicado em 1853 em Lisboa, na Typographia do Centro Commercial, Calçada do Ferregial, n.º 3 e intitulado: *Questão de filiação natural entre partes — Authora D. Maria José d'Almeida Lima authorisada por sua mãe e tutora D. Marianna Joaquina Franciosi Rolim. Reus José Joaquim de Almeida Lima e seus irmãos, como filhos e herdeiros de Domingos José de Almeida Lima.*

Na accão inicial apresentada por D. Mariana Joaquina como tutora de sua filha menor e impúbere Maria José contra Domingos José de Almeida Lima foi requerido o reconhecimento da paternidade por parte dêste, para todos os efeitos jurídicos e legais e, principalmente, para serem prestados alimentos a sua filha.

Domingos de Almeida Lima não se portou como verdadeiro pai que era. Contrariou o libelo com razões que não pezavam na balança da justica: — em 2 de Agosto de 1830 havia conhecido Mariana Joaquina, filha natural do Marquês de Loulé; apurava que tôda a sua vida tinha sido escandalosa e portanto era para duvidar que Maria José fôsse filha dêle e, não se podendo provar o continuado concúbito, o libelo devia ser julgado improcedente.

Mas o tribunal não esteve pelos ajustes. Em sua sessão de 23 de Julho de 1839, proferiu sentença, julgando provada a acção, reconhecendo Maria José como filha de Domingos José de Almeida Lima e mandando que êle lhe prestasse alimentos conforme a sua necessidade e qualidade de educação que ela tinha tido.

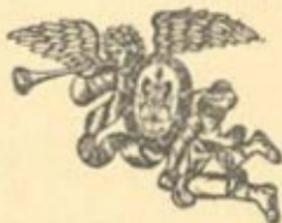
Por tudo isto se vê que a imaginação de Camilo era fértil em fantasias. Êle sabia muito bem que D. Miguel só houvera uma filha natural, D. Maria de Assunção de Bragança (falecida em Roma em Julho de 1897) e cuja mãe era a *Carlota dos Pés Grandes*, dona de uma casa de hóspedes ao Corpo Santo e onde o Principe Lichnowsky estivera hospedado, conforme informação do falecido Marquês de Valada ao próprio Alberto Pimentel.

E' tambem possível que Camilo tivesse conhecimenda *Allegação jurídica*, mas preferiu atribuir a paternidade de Maria José ao Rei D. Miguel, fundando-se mais no folheto do Rocha do que no outro jurídico, para ter pretexto de fazer um romance, e de malhar a sua verrina sôbre êste Rei tão caluniado.

Conta-se que o Imperador do Brasil, ao visitar Camilo na Cadeia da Relacão, lhe preguntara que trabalho tinha entre mãos, e que êste, referindo-se à *Infanta Capellista*, dissera: *Um escândalo da Casa de Bragança!*

Mas onde estava êsse escândalo? O escândalo, se o havia, estava sómente na atribuïcão a D. Miguel de uma paternidade que por provas jurídicas, com documentos legais e com acção passada em julgado, foi declarada pertencer a outrem. Aí é que estava o escândalo, produto da fértil imaginação de Camilo, que os azedumes da sua ironia e os fulgores da sua vernaculidade tornaram num romance digno de curiosidade e de leitura (1).

João Jardim de Vilhena

---

(1) Na preciosíssima *camiliana* do sr. Simões Costa, onde se entram verdadeiras raridades, há exemplares dos dois folhetos citados neste artigo, bem como dum outro a que me refiro num artigo, *O Demónio do Ouro*, que brevemente sairá nesta Revista.

UM ACRÓSTICO ENIGMA

SOLUÇÃO ACEITÁVEL

ECEBEMOS a seguinte Carta, com que nos quis honrar o velho amigo Dr. Carlos de Lemos:

Meu caro Cardoso Martha

6.ª f.ª 11

Acabo de receber a sua curiosíssima *Feira da Ladra;* e apezar de muito aborrecido pelo trabalho e pelo calor — ou talvez por isso mesmo, mal ma entregaram, pus de parte o que estava a fazer e dei-me a lê-la. E cheguei ao artigo *Um acróstico-enigma,* do dr. João Jardim de Vilhena.

Completá-lo, creio eu que o completei. Mas não devo ser o único, nem mesmo o primeiro. Aí lhe mando o acróstico com, em cada verso, a palavra que julgo faltar-lhe.

Será assim? Parece-me que deve ser assim. O tal juiz de fora lá do meu concelho (eu sou de Vila-Marim, freguesia limítrofe do Mesão frio) não era grande poeta: isso não era. E bem fez o Dador... em lhe não dar cousa nenhuma.

Com os meus cumprimentos para o Sr. Vilhena, um grande abraço para si do seu ..... amigo

A. Carlos de Lemos

Lisia exclama:

> **P** or vir do mal pr'o bem acazo eu *medro?*
> **E** ra evidente o ser mêo estado *peor.*
> **D** evendo eu fico pois sempre a Dom *Pedro*
> **R** iquissimo presente em vir *depôr*
> **O** Rei, que era illegal, com Seo *valor.*

*

Porque não hão de ser êstes os complementos métricos da misteriosa quintilha, êste novo *sic vos non vobis* que o Vergílio de Mesão frio enviava ao barbudo César constitucional? O homem poderia ser tudo menos um favorecido das musas, como muito bem diz na sua engraçada epístola o distinto poeta e culto professor que se me dirige; mas, bom ou mau verso, quere-me parecer que não será fácil arranjar melhor decifração...

MODÊLO DE ESTILO EPISTOLAR

M amigo muito querido teve a bondade de se lembrar de nós com a seguinte carta... de agradecimento:

Antonio Nuno Freire de Lago Cotta de Brito:

Meu Primo e meu S.r naõ posso privarme desta honrra quando tantas mejustificaõ as estimaveis expressois comq. Vm. acredita aminha indignidade no aplauzo da maior ventura q. o meu gosto singulariza com o gr.de q. sei fazer de aparentarme com a Illustre Caza de Vm. dezejando adientarme nesta taõ crecida vaidade na prontissima execuçaõ dos seus honrrozos preceitos q. meu Pay e Tios suplicaõ aos pes de Vm. agradessidos ao favor das suas atensois suposto q. taõ retardado este gosto como foi receber a de Vm. e (*em*) 23 do corrente com a data

de 11 de Agosto assim culpe Vm. o descuido de meu Pay o S.r Manoel do Rego, e me livre por esta cauza dacensura q. podia mereser o meu taõ retardado agradisim.to tendo sempre o primeiro lugar na minha estimassaõ o favor de Vm. q. Ds. Gd.e m.tos añs. Pampilhosa 30 de 8br.o de 1751.

De Vm. o mais afectivo
Venerador e reverente C.

FRANCISCO DE ALBUQUERQUE CABRAL MALDONADO.

POETISAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XVIII

VIII

JOANA TEODORA DE SOUSA

STA religiosa do convento da Rosa de Lisboa é também uma das colaboradoras da *Oraçam Academica*.

Entrou na liça com um estirado romance de 14 quadras toantes, à maneira da época.

Em certo lance escreve:

Perdoai-me se he delicto
Atrever-me eu a louvar-vos
Pois tambem aos olhos cegos
Penetraõ do sol os raios.

Mas a melhor de tôdas é esta quadra final, maravilha e maravalha de futilidades gongóricas, que lhe deve ter dado muito trabalho e muita insónia a forjar.

E assim deposta a pena,
Suspensa a vós, mudo o canto,
Sirva o assombro de lingua
E a suspensaõ de aplauso.

Não seriam mais felizes a metrificar bugiarias o Vahia ou o Serrão de Castro na Academia dos Singulares, de soporífera memória!

IX

MARIA JOANA DA SILVEIRA

Outra religiosa. Esta, do convento da Esperança, de Lisboa. Carreou também para aquêle entulho poético da *Oraçam Academica* um magro soneto, no qual espremeu disentéricamente tôda a sua escassa inspiração.

Fecha assim o elogio:

Se basta para assombro da ventura
O saberes pulir tanta nobreza
Com o raro esplendor da formosura.

Como amostra também deve bastar...

E, já agora, uma nota breve:

Se em vez de desertar destas deslavadas semsaborias, Soror Joana se derretesse ás grades do convento em galanteios com freiráticos, naõ teria ganhado melhor o seu tempo?

A não preferir escanifrar-se em jejuns e práticas ascéticas, em macerações, em «serviços indignos», como se diz nas crónicas monásticas. Por mais indignos que fôssem, ainda assim eram mais dignos do que o soneto em louvor da Rainha.

X

MECIA MADALENA DO AMARAL E SOUSA

Era ainda educanda do convento de S. João de Setúbal em 1735, quando perpetrou um soneto em louvor da Madre Madalena da Glória. Anda na primeira parte dos *Brados do desengano* e começa:

> Ha de exceder os termos da memoria. . .

Logo na segunda quadra desvenda o nome da autora, com uma sem-ceremónia realmente juvenil:

> Se *Madalena* sois, e sois da *gloria*. . .

E, no último terceto, para tirar tôdas as dúvidas, indica até o convento em que é professa:

> Pois se bradaes do monte da *Esperança*
> Deve ser vossa voz da Eternidade.

Para soneto de *educanda*, não é mau de todo. Outras *professas* conheço eu, que lhe não levam vantagem.

D. Mecia (ou Mexia, como diz o livro), naturalmente reincidiu, mas se o fêz, os seus versos não passaram ao prelo. A verdade é que não encontro dela a mais leve menção.

XI

TERESA LUISA FEBRÓNIA ROSA DA SILVA

Nascida em Lisboa, plausivelmente em 1725, já 18 anos depois, em 1743, figura na arca de Noé de Fr.

Francisco da Cunha *(Oraçam Academica)* com três poesias: uma em latim e duas em português.

Na latina, que é um epigrama em quatro versos laudatórios, a título de atenuante, não fôra um leitor mais dado a latinices unhar-lhe algum deslize de polpa, pôs em nota «aetatis suae anno 18.»

Êste epigrama é o que ela chama «terceiro e ultimo modo de louvar».

O primeiro é um soneto, em que alcunha a Rainha de Palas e César. Mas não fica por aqui: na segunda quadra fecha-a com esta zargunchada, que deve de tê-la profundamente impressionado:

> Da natureza és obra milagrosa,
> Alma, donde a vivez a mais se apura,
> Risco da ideia, do pintor ventura,
> Que se pode copiar taõ animosa.

O «segundo modo do louvar» é um epílogo em sete versos de sete sílabas, inofensivo, que começa:

> Quem nas vidas morte talha?

Suponho que, chegada à maioridade, lhe sobreveio uma rajada de juizo e nunca mais escreveu.

Eu, pelo menos, é que não consegui arpoar mais nada.

Jorge de Faria.

UM REGISTO DE AZULEJOS DO SÉCULO XVIII, NO FUNCHAL

ICA no edifício do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, onde também existe uma capela desta invocação e na parte que deita para a antiga rua da Conceição de Cima. Conforme se lê no interior da *cartouche,* foram estes azulejos pintados em Lisboa por Nicolau de Freitas, no ano de 1744.

O nome do pintor é já por si garantia do valor artístico de que esta obra se reveste; de outros seus trabalhos fala com aprêço o sr. Joaquim de Vasconcelos (*Ceramica Portugueza*, série II, pág. 8).

José Queirós, no seu livro de igual título (pág. 257) não menciona êste registo devoto, notando só o alizar

que Nicolau de Freitas pintou em Vilar de Frades, em 1736, e que representa uma tourada. Provàvelmente não o conheceu, tanto mais que, até hoje, nenhuma referência, que eu saiba, lhe havia sido feita. Os meus conterrâneos ficariam até surpreendidos se soubessem que êsse quadrinho merecia assim tanto interêsse: êle lá está ignorado de quási todos, à espera do primeiro «melhoramento» que o há de sacrificar em nome da estética da cidade. . .

Diz o académico provincial Henrique Henriques de Noronha, nas suas *Memorias seculares e ecclesiasticas para a composiçaõ da historia da Diocese do Funchal* (manuscrito de que existe um apógrafo na Biblioteca Municipal) que essa casa foi fundada em 1655 pelo dr. Simão Gonçalves Cidrão, para servir de «Recolhimento de Donzellas pobres e mossas erradas» e que o hábito de que usam é o de Terceiras do Carmo, cuja Senhora tomaram por patrona e protectora. Esta obra foi escrita em 1722, de forma que não poderia referir-se ainda aos azulejos de Nicolau de Freitas; mas explica suficientemente a razão de ali figurar a imagem de N.ª S.ª do Monte do Carmo.

Dimensões prováveis: $1^m \times 0,^m60$. Côr da pintura, azul.

Funchal.

JOÃO CABRAL DO NASCIMENTO

PAINEL DE AZULEJOS
pintados por Nicolau de Freitas

FOTOGRAFIA DE
ÁLVARO N. FIGUEIRA

POEIRA DOS TEMPOS

XVII PROCISSÃO DOS FERROLHOS

O relogio da cathedral de Lisboa acaba de dar pausadamente as doze badaladas da meia noute, e todos os sinos da cidade prorompem a um tempo no mais festival repique.

...Terminou o dia 4 de Agosto, e começa o dia de N. Senhora das Neves, destinado para a nocturna *procissão dos Ferrôlhos.*

... A peste assolava a capital, e quasi todos os seus habitantes haviam fugido para longe d'ella; os poucos, porém, que ficaram, confiando sobretudo no auxilio divino, voltaram-se para a Mãe de Deus,... Reuniu-se a camara em vereação extraordinaria, presidida pelo cidadão D. Julianes da Costa, no dia 18 de Janeiro de 1599, e ahi assentaram os dignos camaristas que «a cidade faria voto a N. Senhora da Penha de França de lhe erigir uma decente capella, com seu retabulo, e dar-lhe um bom ornamento, bem como de lhe fazer annualmente uma procissão, logo que a santa virgem alcançasse de seu bento filho a extincção da peste que vastava Lisboa. O presidente e vereadores pro-

mettiam mais, por uma vez sòmente, acompanhar descalços a mesma procissão, que sairia pela manhã muito cedo da igreja e real casa de S. Antonio, levando a imagem da Senhora para a sua capella de Cabeça d'Alperche (Penha de França). E estatuiram, finalmente, que, em cada anno, se faria a procissão no mesmo dia em que se fizesse a primeira».

... A primeira procissão teve logar no mesmo anno, a 5 de agosto, pela madrugada: depois saia logo que dava meia noute, o que era tão poetico como a missa do gallo: porém a camara municipal acabou com esta antigualha.

... Voltando, porem, á procissão dos Ferrôlhos, seria curioso saber por que se lhe deu tal nome. O sr. Tullio, laborioso investigador de antigualhas... diz ter lembrança de haver lido algures que, assim se lhe chamou popularmente, porque saindo a procissão de S. Antonio á meia noute, iam os devotos caminho da Sé accordando uns aos outros, batendo-lhe às portas; e que até já em procissão continuavam a fazer o mesmo para convocar os que quizessem acompanhal-os, ou resar de suas janellas.

Nós ouvimos ainda outra versão, que é a seguinte. Os rapazes que, em grande numero, acompanhavam a procissão, iam pelas ruas do transito batendo ás portas de todas as casas, cujas janellas estavam fechadas, para perturbarem o somno dos moradores pouco devotos, resultando d'este repetido *tocar no ferrôlho* o nome da procissão. (1)

F. M. Bordallo, in *O Panorama*, vol. IV, pag. 250, Lisboa, 1855.

---

(1) Lia-se na *Imprensa e Lei* de 2 de Agosto dêste mesmo ano (1855):

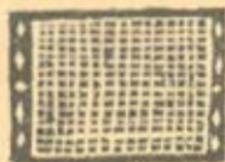
«Consta-nos que pelas activas diligencias da irmandade de S. João Baptista e N. Senhora da Penha de França, se fará este anno a antiga procissão, vulgarmente chamada dos *ferrôlhos*, que ha vinte e tantos annos não saía».

PADRE NOSSO DUM FREIRÁTICO

Não foram raros noutros tempos os memoriais, cartas, representações, avisos e lembranças, já dirigidas aos soberanos e pessoas eminentes, já «sem sobrescrito» para ninguém, umas em prosa outras em verso, glosando ou comentando fórmulas de devoção geralmente conhecidas, — *o Credo, o Padre Nosso, Avè Maria, Salvè Raínha,* etc. A última produção no género, de que tenho conhecimento e certamente todos os leitores desta Revista, é o curioso *Sinal da Cruz* de Junot, violento desabafo popular contra o célebre colaborador da epopeia napoleónica.

Á minha colecção de folhetos de cordel vou agora buscar um papel volante, in-8.º de quatro páginas, cujo título vai reproduzido em zincogravura e que tem a singularidade de ser todo aberto em madeira.

A cidade holandesa donde vem datado, grande centro editorial e tipográfico durante a segunda metade do século XVII e designadamente por todo o século XVIII, é um local suposto, como muitas vezes sucedia.

CARTA GERAL, DE HUM COMPANHEIRO A OUTRO, QUE SE ACHAVA EM ANSTERDAM,

Êste curioso documento foi na verdade impresso em Lisboa e em Lisboa aberto foi também o frontispício, o título *Carta*, o *C* inicial da 3.ª página e a palavra FIM. E quando outra prova não houvesse, bastava a rusticidade do gravado e a grafia do nome da cidade, *Ansterdam* em vez de Amsterdam. . .

CARTA (1)

Carissimos irmaõs amigos, e companheiros meos já que por nossa miseria cahimos na corriola de sermos Freiraticos, ou de o pareser sem o ser; já que este degredo se nos vay continuando, e a Magestade naõ acorda aos nossos clamores, resemos-lhe com muita devoçaõ hum Padre-Nosso, para que nos alevie destas penas, e nos leve a porto de salvamento, para salvaçaõ de nossas almas, e remedio de nossas vidas: seja pelo amor de Deos.

Munarca augusto a quem todos
No desterro em que nos vemos
He muy preciso chamemos,
P. N.

He taõ grande o zello vosso,
E tanto louvor merece
Que já na terra parece,
Que estais nos Ceos.

Nós os miseraveis Reos,
Nunca de vós mal falamos
Antes todos vos julgamos
Santificado.

Ó nosso sego peccado,
He a quem atribuimos,
Que a causa do que sentimos
Seja.

---

(1) Ortografia e pontuação textuais.

Contra a catholica Igreja,
Fomos por nossa desgraça.
Mas póde por nós em graça
o vosso nome.

Para o mal que nos consome,
Dainos Senhor vosso aspecto,
E hum favoravel decreto
Venha a nós.

Desta culpa taõ atrós,
Vede Senhor com agrado
Quanto bive atribulado
O vosso Reyno.

O mal que padese tem-no,
E eu creyo o terà até que
Outra graça outra merce,
Seja feita.

De todos será aceita,
E o nosso mal terá fim
Quando o pormeter assim,
A vossa vontade.

Se saõ filhas de piedade
Todas as acçoens dos Reys
Tanto mal naõ quereis,
Assim na terra.

Acabay já esta guerra,
Em que todos padecemos
Que assim todos ficamos, (1)
Como no Ceo.

Levantese este trofeo,
A vosso nome e poder,
E vamos todos comer,
O paõ nosso.

---

(1) Deveria talvez ser *ficaremos*, a não querer supor a forma popular do pretérito *fiquemos*.

Naõ perde o respeito vosso
Nada em darnos tal perdaõ
Que este sempre em vós he paõ,
De cada dia.

Naõ nos tarde esta alegria,
Nem seja a esperança vam,
E o que haveis de dar a manham,
Nos day hoje.

Vosso primor naõ se anoje,
Porque padecendo estamos
Se nisto vos enfadamos,
Perdoainos.

Desta pena aliviainos,
E curarnos (1) estas chagas
Porque já temos bem pagas,
Nossas dividas.

Muitas temos contraidas,
Agora os que a tras vierem
Paguem tambem se fizerem,
Assim como nós.

Se recebermos de vós,
Este perdaõ que se implora
As Freiras já desde agora,
Perdoamos.

Quira *(sic)* Deos q. o que deixamos,
Na sarja, e mais na estamenha
Naõ seja cousa que venha,
Aos nossos.

Chorem os Decretos vossos,
Depois de nós contra os tais
Porque nas Leys cayaõ mais,
Devedores.

---

(1) Deve ser *curainos.*

Na maõ dos Corregedores,
Que he jente de conveniencia
Senhor por vossa clemencia,
Naõ nos deixeis.

Fiar de nós bem podeis,
Que à vista do que sufremos
Já mais daqui naõ havemos,
Cahir.

Vamos desde aqui ouvir,
Dos Missionarios o asumpto
Que nos dizem falaõ muito,
Em tentaçaõ.

Tende de nós compaixaõ,
E naõ só como bom pay
Deste mal nos apartay,
Mas librainos.

Como senhor consolainos,
Que tudo o q. he bem queremos
Que nós fugir pormetemos,
Do mal.

Chegue Decreto Real,
Chegue perdaõ dos meus erros
Tirainos destes desterros,
Amen Jesus

FIM

A requesta é dirigida a D. João 5º. Não sei o que o «munarca» teria respondido à súplica do seu freirático colega, que tinha um amigo em «Ansterdam». Mas é provável que, se leu a *Carta Geral*, tivesse caramunhado, porque o régio usufrutuário de Madre Paula gostava muito dum Deus para si e dum diabo para os outros. . .

C. M.

COMPROMISSO DE BROTERO

Carta de lei de 20 de Junho de 1823 mandava que, pelo facto de se extinguirem todas as sociedades secretas, todos os funcionários civis, militares e eclesiásticos prestassem um compromisso de honra de não mais pertencerem a qualquer sociedade que por ventura viesse a formar-se incursa naquela lei, e que seriam castigados com as sancções nela cominadas. Assim, todos os funcionários do Estado, desde aquêles que exerciam os mais ínfimos cargos até aos mais elevados, acorreram a prestar esses compromissos.

Destacamos dentre êles o de Felix de Avelar Brotero, assim concebido:

«Eu abaixo assinado declaro q. nunca pertenci a Sociedade alguma prohibida pelas Leys, e presentemente na conformid.e da Carta de Ley de 20 de Junho

do corrente anno me obrigo a naõ pertencer desde hoje em diante a Sociedade alguma secreta e prohibida pela dita Carta, seja qual for a sua descriminação, nem alistando-me nella, nem frequentando-a, o que tudo prometto executar debaixo das penas decretadas no art. 3.º e qualquer outro da mencionada Carta de Ley. Alcolena de Belem a 10 de Julho de 1823.

O P. Felix de Avellar Brotero, Lente jubilado na Universidade de Coimbra e Director do Real Museu e Jardim Botanico do Paço de N. Senhora da Ajuda. (1)»

O artigo 3 da lei determinava que em vez da pena de morte marcada pelo alvará de 30 de Março de 1818 havia o degrêdo para a Africa, que nunca seria menos de 5 anos e uma multa pecuniária maior de 100 mil reis para o cofre das obras pias.

Diz Inocêncio no seu *Diccionario Bibliographico* que o Dr. Benevides, na sua *Bibliographia Medica*, dá a Brotero o título de Presbitero, mas que não deve ser, visto êle não ter passado de Diácono.

Mas então que quererá dizer aquêle *P.* que Brotero antepôs ao seu nome?

João Jardim de Vilhena

---

(1) Arquivo dos Feitos Findos, Pasta 63.

UM BRADO CONTRA A PENA DE MORTE

OR mercê do meu erudito amigo Dr. Manuel de Sousa Pinto, tive notícia duma fôlha volante publicada em Lisboa em 1848 com êste título: *Representação de algumas pessoas para que a ré Maria José, não vá morrer na Forca como foi (sentenciada) e para que soffra outro castigo ainda mais cruel, á vista do seu crime.* Typ. da Viuva Rebello e Filhos—Calçada do Sacramento n.º 7. Encimando a fôlha e a tôda a largura dela, vem uma tôsca gravura em madeira representando o lúgubre cortejo: o carrasco, o sacerdote exortando a ré, que vai de mãos atadas e conduzida em cadeirinha; o irmão da Misericórdia hasteando o seu pendão; outro agitando uma campainha e, finalmente, a fôrca, que foi erguida

no Campo de Santa Clara, no local onde hoje se realiza a feira da Ladra.

Este crime, que impressionou fundamente a Lisboa daquêle tempo, (1) expõe-o a *Representação* em nove linhas: «Maria José, solteira, de 30 annos de edade, vivendo, desde que nasceu, na companhia de Mathilde do Rosario, sua mãe, atreveu-se a assassina-la (e) esquarteja-la e expor no meio da rua os membros mutilados d'aquella que nas entranhas a nutrio e que a

MARIA JOSÉ A CAMINHO DA FORCA

À FRENTE, TANGENDO A CAMPAINHA, UM IRMÃO DA MISERICÓRDIA; EM SEGUIDA, O PENDÃO DA MESMA; A RÉ, NA CADEIRINHA; O SACERDOTE ASSISTENTE, E, POR FIM, OUTRO IRMÃO PEDINDO ESMOLAS'

sustentou em seus verdes annos. Este é o facto». Conta depois que ella «explicou em como, não podendo conseguir o seu fim com a faca, se havia servido da machadinha». E, «para desengano da verdade», transcreve o anónimo redactor do papel «algumas das perguntas e respostas que ella deu no tribunal quando foi interrogada».

---

(1) Muitas foram as publicações populares estampadas por essa ocasião, explorando a sensibilidade do público. Destaca entre elas o conhecido folheto Camiliano: *Maria! não me mates, que sou tua Mãe!* — título que reproduz o apêlo desesperado que a assassinada inutilmente fez à filha Maria José.

Este folheto, como alguns dos outros, teve diversas edições.

Mas o que mais interessa na fôlha é o protesto que nela vibra contra a pena de morte — «espectaculo que desmoralisa, não serve de exemplo, não serve de lição, serve unicamente de satisfazer o gosto d'aquelles que são avidos de espectaculos de sangue, endurece o coração, fecha as portas ao sentimento, e mata tudo quanto ha de doce na alma»

Muito bem! Aplaudâmos às mãos ambas êste obscuro precursor da humanitária iniciativa de Barjona de Freitas. Todavia, uma vez a ordem natural e social violada, importa restabelecê-la, pela punição do violador. Nesse caso, haja um castigo «mais efficaz», diz a *Representação*, dirigindo-se a D. Maria II.

E que castigo? Que a ré seja «reclusa por toda a vida, no hospital dos alienados, fechada nas grades, entre as palhas. E continua, á laia de explicação: «Na falta de uma razão que a conduzisse a commetter tão grande crime, não acho outro motivo senão aquelle que se poderia attribuir á hydrophobia».

Ideia feroz, nasida na fantasia dum César do baixo império? Pressentimento das modernas teorias, que categorizam o delito entre os casos patológicos susceptíveis de melhoramento sob a vigilância da medicina?

Afigura-se-me que nenhuma das duas hipóteses, lendo os últimos períodos do documento analizado:

«Talvez que um dia lhe chegasse o arrependimento... e que este lhe trouxesse o remorso.

«O remorso, Senhora, é o mais severo castigo dos réus.

«É isto o que nós diriamos á Soberana, e talvez conseguissemos resolver um grande problema: *Se é mais vantajoso matar o criminoso, ou deixal-o viver de modo que o remorso o emende e possa servir de salutar exemplo para prevenir novos crimes.*»

É pois, ao parecer, uma razão de ordem moral que leva o peticionário a solicitar para a criminosa o hospital de doidos.

«Deus permitta que vejamos um dia discutir esta grande questão, continua o filantropo da *Representação*, e que acabem por uma vez as *mortes legaes*, em praça publica, que fazem grande mal sem conseguir fins proveitosos».

Como quer que seja, e pôsto que tais humanitárias reflexões não tivessem ecoado nos poderes constituídos de há 90 anos, ficaram como um golpe jogado à pena de morte, que em 1867 o talento e o coração de Barjona para sempre extinguiram em Portugal.

Quem o ignoto panfletário, que já em 1848 trazia à discussão êste grave problema social, que preocupou os primeiros espíritos do século?

C. M.

PAPEIS POLITICOS

Os documentos dispersos pelo país, na posse de particulares, são em número avultado, e de grande valor para a história, directo ou subsidiário.

Não há ninguem, fora do vulgo, que não possua uma carta, um diploma, uma certidão, ou outro qualquer papel, antigo ou moderno, sem matéria aproveitável, mesmo como simples ponto de referência a um facto ou a uma individualidade. A maioria de seus possuidores, porém, em lugar de os divulgar, deixam, por desleixo ou ignorância, aos vermes e ás intempéries, a tarefa da sua destruição, causando perdas irreparáveis; e, todavia, quão preciosos seriam para um estudo crítico os manuscritos poéticos e epistolares de Luis de Camões, as cartas da 3.ª Condessa da Ericeira, D. Joana Joseph de Menezes, ou notícias de Bernardim Ribeiro e Cristovam Falcão, esclarecendo a dúvida, por vezes manifestada, se são duas pessoas distintas, ou só uma verdadeira. E como estes, quantos pontos obscuros se encontram, a cada

momento, nas investigações e estudos em que andamos empenhados!

Entretanto, alguns papeis escapam á destruição, e não indo parar ás mãos de pessoas avarentas ou mal intencionadas, acabam por ver a luz da imprensa, salvando-se apreciáveis documentos que servem, não poucas vezes, para autenticar factos, que, embora lógicos, carecem de justificação.

Documentos históricos são também os papeis volantes que aparecem, de ordinário, quando das convulsões políticas. Não são propriamente os editais e proclamações a que desejo referir-me, mas ás fôlhas avulsas que teem uma função determinada, surtindo os seus efeitos no momento próprio, e mais tarde são auxiliares de valor para os estudiosos.

Entre nós usa-se e abusa-se dêsse meio de propaganda, principalmente no tempo de agora, empregando-se como arma de combate a propósito do mais simples episódio político.

O número dêsses panfletos, publicados desde 1910, é consideravel, e bom será que as bibliotecas públicas, dispondo de elementos especiais, que faltam aos particulares, tenham coleccionado e arquivado convenientemente semelhantes papeis, de relativa utilidade no futuro. Mas não é dêstes que nos occupamos agora; ainda é cedo para serem apreciados com a devida imparcialidade. Aos vindouros pertencem, e só a êles compete o seu exame, feito á luz da mais completa indiferença, aproveitando os elementos que julgarem de valor para os seus trabalhos.

Hoje, a *Feira da Ladra*, fiel ao seu programa, arquiva uns manuscritos politicos do século passado, interessantes e curiosos, proporcionando aos leitores alguns momentos agradáveis.

Martinho da Fonseca

I

SALVE RAINHA

Salvanos Rainha Carlota, Mãe do Principe Real, vida e doçura do povo portuguez, esperança nossa para que se jure a Constituição; Salvanos da anarchia, até bradarmos os desgraçados do commercio, filhos das intrigas ministeriaes do Estado, até suspirarmos gemendo, e chorando pelos nossos direitos n'este vale de lagrimas, onde só domina a prepotencia, e lei da força. Eia pois prompta nos salva, Advogada nossa, das miserias e injurias, que soffre a Nação inteira. Esses teus olhos mizericordiosos lança sobre nós, e a tua dinastia a nós volve, e desterra todos os males que ameaçam a Monarchia Luzitana, e depois d'este desterro, nos mostra ao teu filho o Principe Real do Reino Unido Portugal, Brazil e Algarve; bento fructo do teu ventre, e adorado da Nação. Ó Clemente Senhora, Ó Piedosa Mãe. Ó doce Rainha, e sempre amavel Carlota, roga por nós a teu Esposo o Senhor D. João VI Nosso Rei para que sejamos dignos de alcançar as promessas que nos fizeram, e juraram em Cortes os nossos antigos Reis. Amen.

II

MANDAMENTOS CONSTITUCIONAES

O primeiro amarás
Do fundo do teu coração
O Principe, e o Rei que jurar
A sabia Constituição.

Segundo não jurarás
A mudança de religião

Mas respeitarás a que tem
A Portugueza nação.

Terceiro guardarás gravados
Em bronze, ou ouro
Os nomes d'esses heroes
Lá do Tejo, e Douro.

Quarto honrarás
Do Brazil esse guerreiro
Que fez libertar a patria
No dia 10 de Fevereiro.

Quinto não matarás
Excepto estrangeiro
Que semear a discordia
E falsificar o dinheiro.

Sexto não desejarás
Qualquer dama deslial
Que não seja o teu partido
Santo e Constitucional.

Setimo não furtarás
Fazendas de Commissario
Mas faz repor a Tragine
O que roubou do Erario.

Oitavo não levantarás
Tuas mãos para o Céo
Só quando na barra vires
Da liberdade o trophéo.

Nono não desejarás
Que tenha muita demora
Pois aborrece o Ladrão
Já os tomára ver fora.

Decimo não cubiçarás
Que fique a salvo o pêlo
Do Fr. Thomaz, o Lobato
Do Vieira, e do Rebello.

Estes meus dez mandamentos
Em dous se encerrão
Jurar a Constituição
E quebrar a vara de ferro.

FOLCLORE SETECENTISTA

ENHO em meu poder e à disposição de quem quiser examiná-lo, um volume desemparelhado do P.e Bernardes, o 1.º da *Nova Floresta* (Lisboa, 1706). Na fôlha de papel branco que forra a pasta anterior da encadernação, lê-se, entre outros rabiscos e palavras sem nexo, como, por exemplo, o esbôço dum vaso com flôres e os nomes *Anna* e *Manoel* muitas vezes repetidos em belo garrafal da época, o curioso memento manuscrita, que segue em traslado textual: (1)

No domingo passado na feyra de Moimenta honde

---

(1) Exceptuando os *q q* e *u u* tilados, que não existem na tipografia onde se imprime esta revista.

fuy pres.te ouvi huas mossas cantando a companhadas a violla por o f.o do Vicente Segeyro q. esta bem bom tocador e botou hua dellas a seg.te letra muy engraçada.

Do coraçaõ faço tinta
Do ceio faço tinteiro
Dos olhos faço papel
Do penssamento correyo.

Ao q. huma outra deo logo reposta dizendo q. sabia outra cantiga semilhante deq. tomey acento, e he como segue.

Da boca fis tinteiro
Da lingoa pena aparada
Do coraçaõ recoveiro
Do peyto carta fexada.

Ora tome.

Deve de ter sido exarado êste apontamento no ano de 1727 ou aproximadamente, porque na última das fôlhas brancas daquele volume, há, do mesmo punho, nova lembrança:

Aos 5 de Mayo deste anno de 1727 naceo as 2 da madrugada m.a f.a C.na

E assina uma coisa parecida com *Mendanha*, assinatura que se repete, igualmente duvidosa, no rôsto do livro.

C. M.

UM VOTO DE D. MIGUEL

4 de Novembro de 1828 — fez há poucos dias precisamente 112 anos — D. Miguel I, vindo de carro com duas das infantas suas irmãs, de Queluz para o sítio real de Caxias, sofreu um desastre que lhe ia custando a vida e a todos que o acompanhavam. A estrada, cheia de covas, oferecia o aspecto que ainda hoje, volvido mais dum século, oferecem muitas das carreteiras portuguesas... A certa altura, uma sub-roda fez baloiçar o carro, que se voltou, despedindo as infantas para um dos lados. D. Miguel, enleado nas rédeas, ficou entre as rodas. As mulas, espantadas, desataram numa corrida e o carro passou por cima do rei, fracturando-lhe o fémur da perna direita. D. Isabel Maria ficou ferida na região frontal, ao passo que sua irmã D. Maria da Assunção recebia fortes contusões na coxa esquerda.

Conduzido imediatamente em maca para Queluz, D. Miguel I ficou entregue aos cuidados do seu grande amigo barão de Queluz e aos outros esculapinos da real câmara: Jacinto José Vieira, António Joaquim Farto e Manuel Lopes de Carvalho. Só dois dias antes do

REGISTO DA SENHORA DA ROCHA
Comemorativo das melhoras do rei D. Miguel I (1829)
(COLECÇÃO G. NAVARRO)

Natal é que conseguiu levantar-se sem auxílio de muletas: até ali, o rei *esteve de perninha*, como se dizia então.

D. Miguel I, pelas suas qualidades másculas e portuguesíssimas e ainda pelo ideal que encarnava, era então um autêntico ídolo popular. Quando, em 1823, triunfante a *Abrilada*, D. Miguel foi obrigado, apesar do seu triunfo, a seguir para o exílio de Viena de Austria, o povo, que o compreendia e por êle era compreendido maravilhosamente, exteriorizou a sua magua numa quadra que ficou célebre pela candura e sinceridade da sua inspiração:

Se até os passarinhos choram
Que não têm entendimento,
Que fará quem já não vê
Dom Miguel há tanto tempo!

E ao regressar do exílio, o prestígio que usufruiu junto do povo, a dedicação de que era alvo, a confiança que nêle punha a alma popular, não tinham feito senão avolumar-se, crescer, tornar-se impetuosas, cégas, por assim dizer.

A sua popularidade era formidável; raiava pela adoração por parte de quási tôda a gente. E tamanha ela era, tão sincera e—vamos lá! inconseqüente—que as primeiras victimas do furor popular por ocasião do desastre a que esta noticia se refere, foram as desgraçadas mulas do carro. Apanhadas por alguns populares, um pouco distante do lugar do desastre, sofreram logo ali a pena capital, visto serem às malhas, e o povo lhes atribuir os mesmos instintos que aos liberais. Já ao tempo as coplas depreciativas contra os liberais eram às dezenas; a inspiração que as ditava, embora sincera na maioria dos casos, emparelhava contudo com a dos hinos e cantatas liberais:

Fora, malhado:
Chucha, judeu!
Acabou-se a guerra:
Dom Miguel é Rei!..

Mas, com o desastre de Queluz, a inspiração popular ganhou um carinho extraordinário. Ferviam as coplas, as canções, os hinos em louvor do ídolo popular: as igrejas enchiam-se de gente que pedia a Deus as melhoras do Rei: sucediam-se as ladainhas, as rezas várias, as promessas, os *Te-Deums* pela saúde do monarca, sem dúvida alguma e até hoje um dos mais queridos do povo português. Dois dias antes do Natal, como ficou dito acima, D. Miguel levantou-se: os médicos deram lhe alta e o povo explodiu o seu regosijo. Uma das manifestações dêsse regosijo foi a quadra popular que depois era berrada e cantada por tôda a gente.

D. Miguel é bonito,
É bonito e bem feito.
Quebrou as pernas,
Ficou sem defeito.

Houve em dia de Reis beija-mão em Queluz; a 29 de janeiro de 1829, solene Te Deum na Sé pelo restabelecimento do Rei; a 22 de Fevereiro, aniversário da sua chegada do exilio, idem, com sermão pelo Padre José Agostinho. Por êsse paiz fora sucederam-se as missas e *Te Deum* em acção de graças. E D. Miguel I, que se apegara com a Senhora Aparecida, ou da Rocha, foi lá a 29 de Janeiro de 1829 na companhia de suas irmãs e de vários áulicos dar-lhe graças pelo seu restabelecimento e, segundo se diz, oferecer-lhe as muletas a que durante alguns dias se arrimara.

O episódio das mulas serviu aos liberais para da-

rem largas aos seus sentimentos contra D. Miguel. Os folhetos mais célebres a tal respeito de que temos conhecimento são: *As mulas de Dom Miguel*, epistola traduzida livremente de Mr. Viennet, (*Épitre aux mules de Dom Miguel* por Jean Pons Guillaume, Paris 1829, in 8.º); *Dedicatoria dirigida ás mulas que arrastaram D. Miguel* pelo autor do Dythirambo em honra das sobreditas bestas, o dr. João Poer (João Bernardo da Rocha Loureiro) Londres, Imp. por M. Calero, 1829, in 32; *La Muleide*, réponse à l'Épitre aux mules de D. Miguel. Paris 1830. (Veja: Ernesto do Canto: *Ensaio bibliographico*, Catalogo das obras nacionaes e estrangeiras relativas aos sucessos politicos de Portugal nos annos de 1828 a 1834. 2.ª edição. Ponta Delgada, S. Miguel, Typ. do Archivo dos Açores 1892.

1930, Novembro.

Álvaro Maia.

O "ZÉ POVINHO"

Meu . . . Amigo e Senhor Cardoso Martha

ACABO de receber o n.º 3 da 2.ª série da «Feira da Ladra» e a pág. 110 depara-se-me a seguinte afirmação: «O Zé Povinho não é uma criação de Rafael Bordalo». Fiquei, como deve calcular, perplexa e sem compreender se o que lia estava de facto escrito, ou não passava de qualquer perturbação visual de que estava sofrendo. Fôsse o que fôsse, o caso é que continuei a leitura e convenci-me de que o que lera estava de facto impresso, e, — porque não confessar-lho, meu... Amigo? — a leitura do artigo entristeceu-me. Não pela afirmação feita, negando a originalidade do Zé, mas pela forma com que vi tratar um artista que já entrou na posteridade.

Não, não é assim que se faz crítica histórica, nem

é assim que se devem tratar aquêles que souberam marcar com valor a sua passagem na vida e de quem tanto nos orgulhamos. Não só pelo respeito pela obra produzida mas . . . por nós próprios.

Não posso nem devo deixar passar em julgado a afirmação de que Zé Povinho não é uma criação de Rafael Bordalo.

Uma das revelações, por vezes geniais, do talentoso artista Rafael Bordalo Pinheiro, é o Zé Povinho; e só negam o facto aquêles que desconhecem a Obra de Rafael Bordalo e que não compreendem, nem atingem o que é o Zé Povinho.

Desconheço qual o facto, a razão em que se baseia o articulista para tão energicamente afirmar, de uma forma tão decisiva, que Zé Povinho não é uma creação de Rafael Bordalo.

O Zé Povinho não é *Zé Povinho* por usar chapeu braguez, calça de briche, barba à passa-piolho, não é *Zé Povinho* pela indumentária que apresenta, mas sim pelo extraordinário simbolismo, pela profunda filosofia que se depreende dessa figura e cujo alcance não pode ser apercebido pelo simples folhear de . . . gazetas.

Só aquêles que superficialmente olham as coisas é que fazem tais afirmativas com tranqùilidade.

Há muito que estudo a Obra de Rafael Bordalo e o meu estudo não se tem limitado a observar sómente a obra dêste Artista, mas tambem a que foi produzida pelos que precederam aquêle que, até hoje, na Caricatura foi o Maior de Todos.

Já em Junho de 1905 Joaquim Martins Teixeira de Carvalho — o «Quim Martins» — num esbôço sôbre Rafael Bordalo Pinheiro — *A arte e a vida de um caricaturista* — iniciado na revista coimbrã de Manuel de Sousa Pinto e João de Barros, «Arte & Vida», referia ter «Nogueira da Silva achado o typo do povo portuguez que Bordallo Pinheiro cristalisou na sua creação do Zé-povinho» —

O ESTADO SOU EU

Do «Jornal para rir» n.º 24, de 23 de Outubro de 1856
(Desenho de Nogueira da Silva)

COLECÇÃO DO MUSEU R. B. PINHEIRO

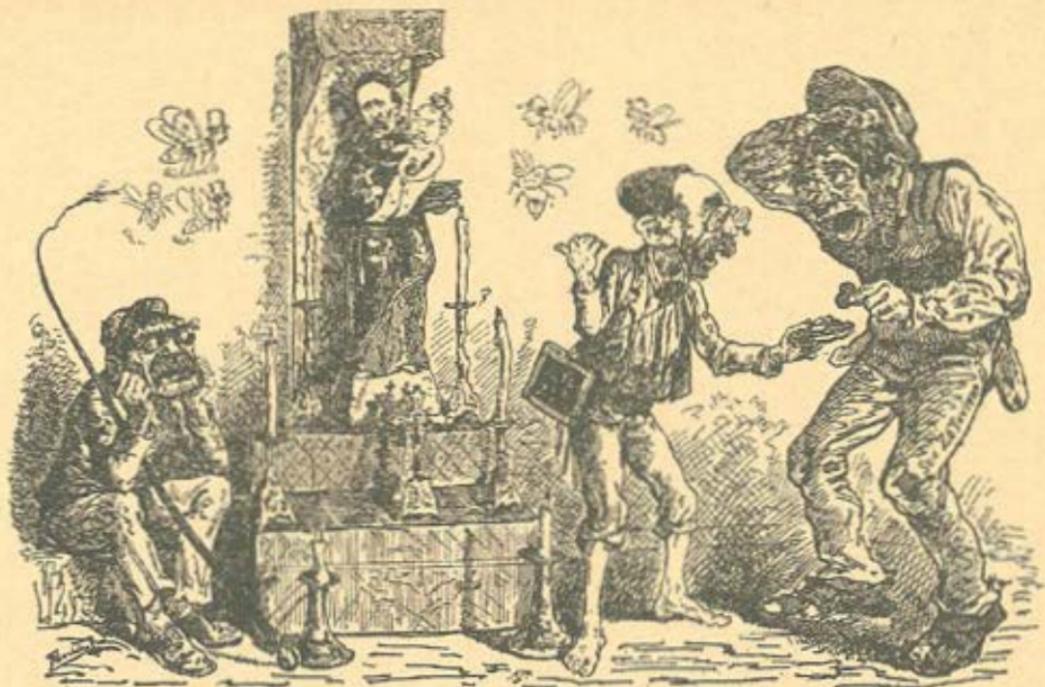
O desenho que vem reproduzido no n.º 24, de 23 de Outubro de 1856 do „Jornal para rir" de Nogueira da Silva, é que levou Quim Martins a fazer tal suposição.

Mas nem neste desenho (fig. 1) de Nogueira da Silva, em que manifestamente vejo a intenção de interpretar o Povo, que me é revelada pela legenda «O estado sou eu», nem mesmo neste trabalho, encontro analogia com o Zé Povinho, que em Maio de 1875 Rafael Rordalo Pinheiro criava na «Lanterna Magica».

O Zé Povinho, criação de Rafael Bordalo, é a interpretação certa do povo português e tão real, tão verdadeira, que não só foi desde logo apreciada e comentada pelos intelectuais, como compreendida pelo próprio povo. Era natural: o desenho do Artista era como que a imagem exacta, sem retoque de favor, dêsse povo bonacheirão e sofredor.

Esta criação de Rafael Bordalo foi tão feliz, que foi festejada por grande número de artistas e imediatamente por êles utilizada. E assim o Zé Povinho não ficou circunscrito ao labor do seu criador. Por isso o encontramos no Teatro, na Literatura, no Jornalismo, e até partindo para o Brasil, onde se aclimatou e onde ainda se conserva.

No n.º 2 de «A Lanterna Magica», não é dificil encontrarmos já um esbôço do Zé. Vem na 1.ª página «Festa da inauguração», alusivo ao caminho de ferro do Minho e na pág. 12 dêste mesmo número lá se vê «O povo . . . . ás pinhas».

Mas só no n.º 5, de 19 de Junho 1875, vem o tipo definitivo de O Zé Povinho pela primeira vez, (fig. 2), na página central dêste número. E para que não restassem dúvidas, o Artista, ao desenhá-la, escreveu na calça da perna esquerda da figura — «Seu Zé Povinho». Depois, só no n.º 7 vamos encontrar de novo Zé Povinho, (fig. 3) na página central; e para que ninguém se equivocasse àcêrca do que representava a figura, lá

SANTO ANTONIO DE LISBOA: — P'rá cêra do Sant'Antó . . .

(Do n.º 5 de «A Lanterna Magica», de Junho de 1875)

encontramos na perna esquerda o explicativo «Seu Zé Povinho». A seguir, no n.º 8 do mesmo jornal (que neste número mudou de formato), já Zé Povinho passa a fazer parte integrante da decoração da 1.ª página do jornal.

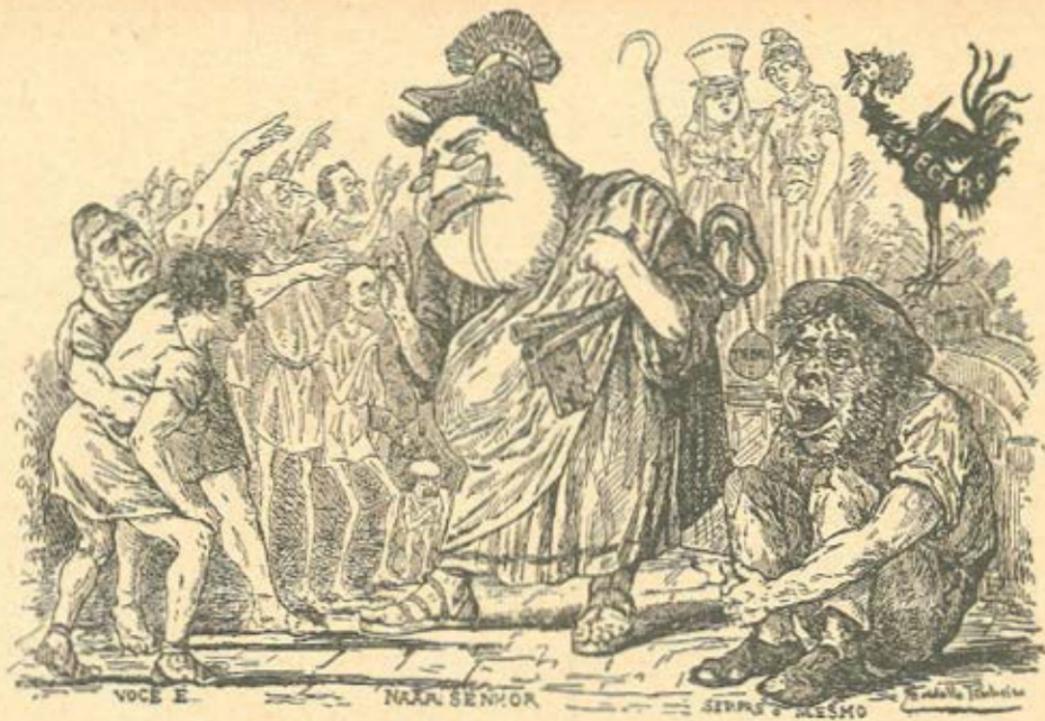
Para rebater a afirmação que veio na «Feira da Ladra», basta colocar, junto da gravura incaracterística, que o articulista reproduz, o primeiro Zé Povinho de «A Lanterna Magica».

Êste caso do Zé Povinho fez-me lembrar o . . . ovo de Colombo. Muitos caricaturistas e desenhadores, anteriores a Rafael Bordalo, desenharam figuras de chapeu largo, de barba á passa-piolho, etc, etc, mas . . . caso curioso, todos, absolutamente todos, se esqueceram, excepto Rafael Bordalo, de lhe pôr a legenda "Zé Povinho".

Meu . . . Amigo, fiquemos por aqui. O estudo do Zé Povinho, só por si, dava assunto para muitos números da „Feira da Ladra". Zé Povinho, o símbolo do Povo Português, é criação de Rafael Bordalo Pinheiro.

E . . . perdoe o roubar-lhe espaço na «Feira»; mas eu sou antiga «habituée» do Campo de Santa Clara, onde em tempos idos algumas «pechinchas» adquiri, que algo teem contribuído, com o meu pequeno esfôrço, para ajudar a perpetuar a glória do criador do *Zé Povinho*.

Julieta Ferrão

DIRECTORA DO MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO

S. PEDRO . . . PAIO

(A NEGAÇÃO)

(Do n.º 7, de «A Lanterna Magica,» de Junho de 1875).

PINTURAS E PINTORES

STO não é artigo; é uma lista; Nos meus verbetes um ou outro apontamento aparece quanto a pinturas e a pintores — residências e óbitos dêstes; vendas, leilões e feituras daquelas. Sem espírito de coordenação, salvo a cronologia, aqui dou o que tenho ainda por aproveitar:

— Numa inquirição feita em 1537 em Lisboa, à conta do casamento de uma Isabel Dias com Simão Rebêlo, aparece como testemunha o pintor Fernam Trusilhos, morador no bêco da Mercearia das Mulheres (*Boletim da 2.ª classe da Academia*, vol. 9.º págs. 553).

— Em 21 de Fevereiro de 1628, faleceu na travessa do Cabral a S.ta Catarina, Domingas da Paz, mulher de Luís da Silva, pintor (*Livro de Obitos de S.ta Catarina).*

— Em 20 de Janeiro de 1636, faleceu Manuel de Macedo, pintor (*Livro de Óbitos da freguesia das Mercês*).

— Em 31 de Janeiro de 1647, morreu na rua do Valle das Chagas, Maria da Luz, «mulher q. foi do pintor da cidade» *(Livro de Óbitos de S.ta Catarina)*.

— No *Obituário de S. Roque*, obra publicada pelo falecido académico Victor Ribeiro, mencionam-se (séc. XVII) os óbitos de Simão Roiz, pintor, e de «Luís Alvres, pintor de El Rey».

— Em 1727, anunciava na *Gazeta* (de 15 de Dezembro) um Mr. Henrique, que limpava quadros e doirava molduras, ficando tudo como novo. Quantas malfeitorias não teria praticado êste Mr. Henrique!

— Em 1736, na estalagem do Cachimbo, junto á Ribeira, assistia Luís de Soto, espanhol, que vendia paineis feitos em Itália, representando diversos assuntos (*Gazeta de Lisboa* de 21 de Junho).

— Pedro Sousbiele, francês morador na rua Augusta, em 1790, tinha à venda papeis pintados (*Gazeta de Lisboa* de 25 de Junho). Foi um dos que cá desenvolveram o gôsto por esta decoração de paredes.

— As pinturas, assim como todo o recheio do Palácio e Quinta da Mitra, em Marvila, anunciavam-se para leilão nas *Gazetas* de 9 e 30 de Julho de 1793.

— Os quadros a retrós, foram moda trazida para cá por uma M.me Isabel Kahsner em 1796 *(Gazeta* de 7 de Maio).

— Na *Gazeta* de 22 de Novembro de 1796 vem o seguinte anúncio:

«Domingos Antonio de Sequeira tendo acabado, para Mr. Beckford hum Painel, que representa Bacco e Ariadna, o expõe na sua casa, junto ao Pateo das Vacas, no sitio de Belem, por vinte e sinco dias, a todas as pessoas que se quizerem dignar de o ver, e principiaráõ a 24 do corrente mez».

— Em 27 e 30 de Dezembro de 1796 anuncia-se na *Gazeta* o leilão das belas pinturas da colecção do desembargador Aguiar, nas casas em que morou na rua de S. Boaventura, ao Bairro-Alto.

—Na *Gazeta* de 20 de Janeiro de 1797, anuncia-se que certo indivíduo fazia e iluminava quadros em vidro.

—Em Janeiro de 1798 venderam-se em leilão, as pinturas que foram do Padre João Crisóstomo, numa casa da rua de cima do Socorro (*Gazeta* de 27 de Janeiro).

—No mesmo ano, no Páteo do Torel, fêz-se o leilão das pinturas que foram do desembargador Manuel Pedroso de Lima. (*Gazeta* de 18 de Dezembro de 1798).

—Outra colecção de pinturas, que fôra de José Florêncio da Fonseca Portugal, vendeu-se em leilão, em 1799, na sua casa ao princípio da rua do Salitre, passada a rua das Pretas (*Gazeta* de 26 de Fevereiro).

—Uma colecção de quadros «dos melhores autores» e outra de gravuras «do famoso Bartolozzi,» foi vendida em 1800, junto à igreja da Ajuda. (*Gazeta* de 21 de Janeiro).

—Vicente Mazzoneschi, arquitecto e pintor de perspectiva, que trabalhara no teatro de S. João, do Pôrto e em S. Carlos, donde fôra despedido, anuncia o seu préstimo, na *Gazeta* de 25 de Junho de 1801.

—No 2.º «Supplemento» à *Gazeta* de 25 de Julho de 1801, vem o seguinte anúncio:

«Nas 2.as e 4.as feiras de cada semana, em casa de Jeronymo de Barros Ferreira, professor de Desenho, e Pintura, junto ao Poço dos Negros, se ha-de fazer venda pública de uma boa Collecção de 407 Desenhos dos melhores e mais antigos Mestres, em que entram muitas de Rafael d'Urbino, de Miguel Angelo Bonarota, de Julio Romano, de Correggio, de Ticiano, e de muitos outros Autores de grande nome, os quaes se farão vêr a todos os amadores da Arte que nelles quizerem lançar. Tambem ha ali para o mesmo fim uma collecção de 358 estampas de varios Authores».

—Na casa de pasto da Boavista, à Boavista, esteve em 1802 o pintor retratista Mr. Lavedon, que mostrava

mais de cem paineis de sua mão, assim retratos, como pinturas de fantasia. (*Gazeta* de 27 de Março).

— Em casa do negociante Joaquim José Vieira de Carvalho, no largo de S. Paulo, 96, vendeu-se em 1807, conforme anúncio publicado na *Gazeta* de 3 de Outubro, uma colecção de quadros. Neste anúncio especificam-se os assuntos e os autores. Entre as pinturas citava-se uma de Paulo Veronese, «Os dois mendigos».

— Na *Gazeta* de 17 de Fevereiro de 1809, vem uma relação das obras feitas para a Secretaria da Guerra por ordem de D. Miguel Pereira Forjaz e gravadas por Gregório Francisco de Queiroz. O trabalho custára 99$800, (1) mas êle oferecera-o ao Estado. Eram os figurinos para os novos uniformes do exército.

— Em 1810, em Setembro, realizou-se na calcada de Sant'Ana, 90, em casa de José Maria de Lara, o leilão dos móveis e quadros do pintor Pedro Alexandrino de Carvalho. Entre os objectos para venda estava uma câmara óptica com estampas por êle iluminadas (*Gazeta* de 13 de Setembro).

— Na rua do Almada, 70, fêz-se em 1813 um leilão de pinturas e outras curiosidades.

— Fábio Fabroni, miniaturista e professor de desenho, anuncia, ainda no mesmo ano, ter para vender miniaturas e paineis a óleo, na travessa da Vitória (*Gazeta* de 20 de Julho).

— Na *Gazeta* de 2 de Dezembro do mesmo ano, um sujeito que se diz discípulo de Bernardo Foit, pintor de El Rei D. José, diz possuir uma colecção de mais de 2.000 estampas e 40 desenhos do seu professor e outra de retratos a óleo de vários autores, entre os quais um de Van-Dick.

---

(1) Só a chapa de cobre custou 13$400 e o abri-la 40$000.

— A *Gazeta* de 1814 (10 de Janeiro) traz um anúncio de um leilão de paineis de bons autores na rua de Alcolena de Baixo, n.° 61.

— Bernardo Gagliardini, pintor de miniaturas, morava em 1818 na rua de S. Bernardo, 37, 3.° (*Gazeta* de 17 de Janeiro).

— Nicolau Luís Alberto de Lezive foi pintor da Casa Real, no princípio do século XIX. Morava na rua de Sant'António à Estrêla, defronte do Coração de Jesus. Em Março e em Maio de 1819, fêz-se leilão da sua colecção de quadros antigos das melhores escolas, por seu falecimento ocorrido no princípio dêsse ano. (*Gazetas* de 5 de Março e de 18 de Maio).

— Vicente Bam, mestre de debuxo e pintor, da Academia de S. Fernando de Madrid, anuncia, na *Gazeta* de 25 de Agôsto de 1825, que dá lições de pintura e que faz miniaturas, retratos a óleo e retoques a quadros. Morava na rua de S. Roque, 6, 4.° andar, perto do Loreto.

— Um então célebre (!) retratista brasileiro, de nome António Alves, morador na rua da Rosa, 127, anuncia na *Gazeta* de 31 de Dezembro de 1827.

— Em Junho do mesmo ano venderam-se, junto do Convento de Jesus, os quadros e pinturas do espólio do Marquês de Niza. (*Gazeta* de 31 de Maio).

— João Rodrigues, retratista e professor de pintura a óleo, cola, frêsco e pastel, dava lições em 1828 na rua do Tesouro Velho (*Gazeta* de 2 de Setembro).

— Na hospedaria da Carolina, a S. Paulo, estava em 1830, conforme se anunciava na *Gazeta*, um inglês que fazia retratos à tesoura e ensinava a pintar a óleo em seis horas.

— Em 1836 (*Diários* de 10 e 23 de Fevereiro) leiloaram-se na rua dos Caetanos as colecções de Daniel Connel — medalhas, livros e pinturas.

E acabou-se.

E êste o ferro velho que eu trago à *Feira*. Se algum curioso atentar nos detritos ferrugentos que ponho em cima da linhagem, dou-me por satisfeito.

E pode levá-los de graça.

MATOS SEQUEIRA.
(DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS)

CASTILHO E OS PODERES PÚBLICOS

O Senhor Dom João 6.º, *por effeito da sua Real Munificencia e em attenção ao distincto talento que Antonio Feliciano de Castilho tem manifestado e á applicação com que se dedica ao estudo das sciencias na Universidade de Coimbra*, houve por bem fazer-lhe mercê da propriedade de um dos ofícios de escrivão e chanceler da Correição de Coimbra, que se achava vago, podendo fazer substituir-se por um serventuário.

Êste decreto é datado do Rio de Janeiro, do dia 8 de Junho de 1819.

Gosou Castilho do rendimento da escrivania, que lhe pagou a sua formatura em direito e o manteve pela vida fora; mas em 1832, o decreto N.º 24 de D. Pedro 4.º, de 16 de Maio daquêle ano, que fêz a reforma da Justiça, aboliu as correições e Castilho por êsse facto requereu uma indemnização.

Êsse requerimento teve o seguinte despacho: — «Em o primeiro de Abril de 1836. Não pode o Governo provêr porque depende de medida legislativa e geral. — *Sá da Bandeira*».

Castilho dirigiu-se então à câmara dos Deputados nestes termos:

«Senhores Deputados da Nação Portugueza: — Antonio Feliciano de Castilho havia recebido na idade de 19 annos um Premio e animação litteraria, por effeito da Real Munificencia do Senhor Dom João Sexto, Monarcha ainda então absoluto. Era o officio de Escrivão e Chanceller da Correição de Coimbra. Nesse officio, a que de ha largos annos andava e se conservou sempre unido o de Promotor da mesma Correição, como he de publica notoriedade, esteve sempre como proprietario o supplicante rendendo-lhe só o de Escrivão não menos de 600$000 reis em cada um anno, ainda nestes ultimos tempos. Abolido o officio com a Correição ficou ao supplicante incontestavel direito a uma indemnisação. Depois de a ter em vão e longo tempo requerido, houve em fim do Governo Constitucional por despacho de 1 de fevereiro do corrente anno que não podia em tal requerimento prover-se, por depender de medidas legislativas e geraes. Antonio Feliciano de Castilho se dirige aos Representantes do Povo Portuguez a pedir Justiça. Não cuida o supplicante que se haja mister de aguardar por essas medidas legislativas e geraes; porquanto as suas circunstancias bem conhecidas, não são geraes, mas ainda mal, unicas e gravissimas. Pede portanto que se authorise o Governo de S. M. F. para lhe estabelecer uma Pensão annual e vitalicia; para que mais se não diga que em 1836 se tirou a um homem de letras portuguez um Premio que em 1819 se lhe dera.

«Como procuradora de seu marido Antonio Feliciano de Castilho: *D. Maria Izabel de Baêna Portugal*».

O Procurador Geral da Fazenda Nacional Silva Ferrão apoiou a reclamação de Castilho, *que tem sido e continua a ser um ornamento de que muito se lisongêa a Litteratura Portugueza* e opinou que não podendo dar-se-lhe um emprêgo público visto a sua incapacidade física para o servir, não havia outro meio de indemnisação que a concessão de uma pensão pecuniaria, cujo quantitativo seria equivalente ao rendimento que lhe resultava do ofício suprimido.

A Câmara mandou consultar a Comissão de Legislação e esta emitiu o parecer de que, devendo considerar-se a nomeação de Castilho para o lugar da Correição de Coimbra um prémio ao mérito literário, ao Govêrno competia fazer a proposta, sancionando êsse prémio, e dizer o quantitativo da pensão. Da Câmara dos Deputados passou o projecto de lei para a dos Senadores e em sessão de 26 de abril de 1834 foi aprovado, concedendo-se ao poeta a pensão annual de... 400$000 reis que, com as deduções, ficava . . . em 358:008 reis!

Honra ao mérito!

(Arquivo dos Feitos Findos)
Pasta 10

João Jardim de Vilhena [1]

---

(1) A propósito: Castilho costumava, no 1.º de cada mês, ir pessoalmente ao Terreiro do Paço receber a sua pensão. Um dia Tomás Ribeiro encontrou-o perto daquele lugar e preguntou-lhe;

—Então, mestre, vai para a sua repartição?

Resposta imediata de Castilho:

—Vou sim, porque hoje é que é o dia da verdadeira *repartição!*

UM MÉDICO PORTUGUÊS PATRIARCA DE ETIOPIA

Da crónica dos soberanos de Axum, confirmada pelo Velho Testamento, consta que a Rainha de Sabá, entusiasmada pela fama da grandeza do poder, da sabedoria das leis e do esplendor da côrte com que Salomão reinava na Judeia, se resolvera a fazer-lhe uma visita. Foi primorosa a galantaria e foi inexcedível a magnificência com que o sábio monarca acolheu a sua real hóspede. A Raínha, tocada subitamente da graça divina, abjurou o culto dos astros e declarou-se prosélita da religião do verdadeiro Deus.

Seduzida pelos irresistíveis encantos de Salomão, ela se entregou, escrava rendida, nos braços dêsse sultão voluptuoso. Desta ligação, conquanto pouco duradoura, nasceu um filho a quem foi dado o nome de Menelik. Êste, sucedendo a sua mãe no trono de

Abissínia, fez honra aos seus progenitores, conseguindo, pela habilidade da sua política e pelos sucessos das suas armas, reunir sob o seu scetro tôdas as tribos disseminadas pela Etiopia. Dêste filho, nascido dos amores de Salomão com a Raínha de Sabá, descendem todos os Meneliks que teem reinado na Abissínia.

Os «negus» desta dinastia, que consta vinte e nove séculos de duração, não tem deixado, como os soberanos de tôdas as dinastias, de sofrer os caprichos da fortuna e os revezes da adversidade. Seria única e sem exemplo nos anais da história, uma prosperidade tão insolente. Vinte vezes os muçulmanos tentaram tomar de assalto as suas montanhas. Vassalos revoltados conseguiram expulsar de seus tronos os príncipes legítimos, durante séculos. O legendário soberano, conhecido na Europa pela designação de *Preste João*, fazia de Choa sua fortaleza inacessível. Entrincheirado nos vértices dos seus «ambas» aéreos, zombava das investidas dos soldados de Maomé.

Os árabes, porém, o bloquearam em tão apertado cêrco que o «negus» se viu obrigado a implorar socorro dos portugueses. O rei D. Manuel I, acedendo aos rogos da Imperatriz Helena, mandou uma embaixada, que tinha por chefe D. Rodrigo de Lima.

A Imperatriz acolheu os portugueses com as mais amáveis demonstrações, e lhes prodigalizou as mais subidas honras. Conservou-os por espaço de seis anos na sua côrte, opondo-se por todos os meios a que se retirassem mais cêdo.

João Bermudes, médico da embaixada, foi, entre todos, o que recebeu os testemunhos mais especiais de estima e munificência, em recompensa das suas preciosas receitas e das suas maravilhosss curas.

Tendo falecido o „abuna" (patriarca) de Etiopia, David III, neto da Imperatriz Helena, houve esta por bem elevar à dignidade de „abuna" João Bermudes,

seu médico favorito. Êste, que não se sentia com vocação para a vida eclesiástica, pediu e instou, alegando a sua competência, para ser dispensado de tão subida honra. O „negus" insistiu e João Bermudes, temendo incorrer na indignação de um soberano que não primava pela sua docilidade, aceitou, resignado, o cargo em que tanto contra sua vontade fôra investido.

O novo patriarca, receiando a excomunhão, pediu então e obteve a régia permissão para ir pessoalmente solicitar da Cúria Romana a investidura eclesiástica. Paulo III, que ocupava o sólio pontifício, lhe conferiu as ordens menores e maiores e sagrou-o não só „abuna" de Etiopia, mas também patriarca de Alexandria *in partibus infidelium.*

De Roma partiu para Lisboa, revestido do caracter do embaixador do „negus", encarregado de solicitar a aliança do rei de Portugal contra os muçulmanos, que assolavam a baixa Etiopia. O rei de Portugal reconheceu o caracter sagrado do novo patriarca e lhe deu cartas para o viso-rei da India.

De Lisboa seguiu João Bermudes para Goa, e aqui entregou ao viso-rei as cartas do seu soberano.

Em cumprimento das ordens superiores que recebera, o viso-rei, acompanhado por quatrocentos soldados, penetrou com a sua frota no mar Vermelho, conquistou Arquico e, vencendo o governador de Massuá, enviou a cabeça do chefe vencido à Imperatriz da Abissínia, como um trofeu da sua vitória. Pouco tempo depois Moamede Gragui, temível chefe dos árabes, caía morto por um soldado português e a dinastia descente de Salomão via-se livre dos muçulmanos.

João Bermudes, que com muita repugnância trocara a lanceta de médico pelo hissope de padre, trocou sem escrúpulos o báculo de sacerdote mitrado pela espada de cavaleiro destemido e tomou parte activa e gloriosa nas lutas sangrentas dessa campanha.

Desorientado pelos triunfos adquiridos, não soube êle manter-se na posição elevada que ocupava, com a mansidão e modéstia próprias dum „abuna" de origem lusitana. Além disto, à sua sombra, os companheiros, quási todos aventureiros, entregaram-se às depredações e aos excessos mais censuráveis.

O „negus" Cláudio, que então reinava na Abissínia, esquecido dos serviços que devia ao „abuna" e ao mesmo tempo cioso da sua autoridade, desterrou o patriarca para o longínquo e inóspito país de Kafa.

Achando pouco agradável a vida de anacoreta, Bermudes fugiu dessa Tebaida com um punhado de servidores fieis. De Massuá, sua primeira paragem na fuga, partiu para Goa. No primeiro navio que encontrou na antiga capital da India Portuguesa, embarcou para Lisboa. Aqui, tendo-se votado á vida cenobítica, escreveu as memórias, que dedicou ao seu rei.

Em Lisboa terminou em 1575 e em idade mui avançada, a sua vida agitada e cheia de incríveis aventuras.

Enquanto aos companheiros, que não o acompanharam na evasão, espalharam-se pelas terras de Abissínia e, contraíndo relações com as mulheres do país, deixaram descendência. É possível que entre os „rás", conselheiros, e tenentes-generais do actual „negus" figurem alguns descendentes autênticos dos soldados portugueses, que há cêrca de quatrocentos anos acompanharam o viso-rei da India na sua expedição.

A. J. Flores.

UM CALÍGRAFO DESCONHECIDO

Ao Coronel Henrique Ferreira Lima

ompromisso da Irmandade do Senhor Bom JESUS dos Martyrios dos homens pretos naturaes da Villa de Goianna, Capitania de Itamaracá, erecta, Capella do mesmo Senhor, que se acha fundada na estrema da Rua Nova, feito pelos fundadores, e actual Meza, etc. etc.

E por aí fora, os nomes e cargos da pretalhada. E' êste o título dum manuscrito em quarto grande, na posse do nosso amigo Manuel de Araújo Leal.

Está escrito em 20 fôlhas de bom papel de linho, numeradas pela frente, em letra imitativa da tipográfica, de formato, pouco mais ou menos, do corpo 20. As iniciais de cada capítulo, em número de 16, são ornamentadas, quási sempre com motivos florais. Há ainda uma vinheta terminal do fól. 3 e duas composições maiores: uma cruz erguida, com os instrumentos da Paixão, em silhueta; e um desenho de página inteira, enquadrando um soneto, desenho que vai reproduzido.

O códice, em si, pouco interêsse histórico ou literário tem, pois que, tratando-se dum compromisso de confraria, se parece com todos os seus semelhantes: estatutos, assinatura dos Irmãos, reconhecimentos notariais — e disse.

Levantaivos, mortaes, do vil peccado,
A mascara rasgai já da cegueira,
Vede que da fatal culpa primeira
Por JESUS foi o mundo libertado;
Por algozes crueis martirisado
De Sangue deo a gota derradeira
Em hũa Cruz sagrada, e verdadeira
Por nosso grande amor, todo chagado
O Bondade infinita! Em cujo Peito
A porta de Sião temos por sorte
Para entrada dos que não tem defeito;
Sigamos pois da Cruz o rumo, e norte,
Se queremos vencer o duro pleito
Dos trez imigos d'alma, e mais da morte.

O interêsse do cartapácio está em nos revelar um nome que escapou ao nosso prezado amigo e colaborador Coronel Ferreira Lima, ao elaborar os seus *Calígrafos Portugueses:* chama-se o artista José Lopes de

Barros Coitinho, como se lê no final da *Rogativa ao Soberano* (fól. 15 v.º), que vale a pena transcrever na íntegra:

«Para maior honra, e gloria do Senhor Bom Sesus *(sic)* dos Martirios, augmento das virtudes, e inteira observancia deste Compromisso por resolução do Provedor, Escrivão, e mais Mesa, em nome de todo o Corpo mystico desta Irmandade pondo na serenissima, e sempre respeitavel presença de V. A. R. que Deos guarde, as presentes constituições do dito Compromisso, pelo mesmo Senhor rogamos com toda a humildade devida, que como supremo Legislador sirva-se confirmallo, para que com a regia autoridade mereça hua exacta observancia, e se evitem q.ᵉ q.ʳ duvidas, e sinistra interpretação de alguns irmãos imprudentes, pois q. todos promettem assinar, cumprir, e guardar o que nelle se tem estabelecido, regulando-se por elle, e não so os presentes, que o promettem, mas tambê os vindouros, que hoverem de unirse ao corpo mystico desta Confraria, como seja de não haver na Casa outra Irmandade privilegiada sem subjeição a esta.

Josephus Lopesius Barros Coittinho scripsit.»

Seguem-se as assinaturas autógrafas de 33 confrades — o «corpo mystico» da Irmandade —; só o irmão Coitinho, como bom calígrafo, assina na mesma letra com que caligrafou o Compromisso.

E assina em latim. Porquê? Porque o nosso homem, firmando a sua obra, fá-lo como artista executante, à moda do tempo.

Fechando as assinaturas, veem os reconhecimentos tabelionários, datados de 20 de Abril de 1806.

Não tenho alguma notícia dêste artista. Seria de côr, como os outros seus colegas?

Porque não? *O preto também ser gente...*

C. M.

FANDANGOS E MINUETES

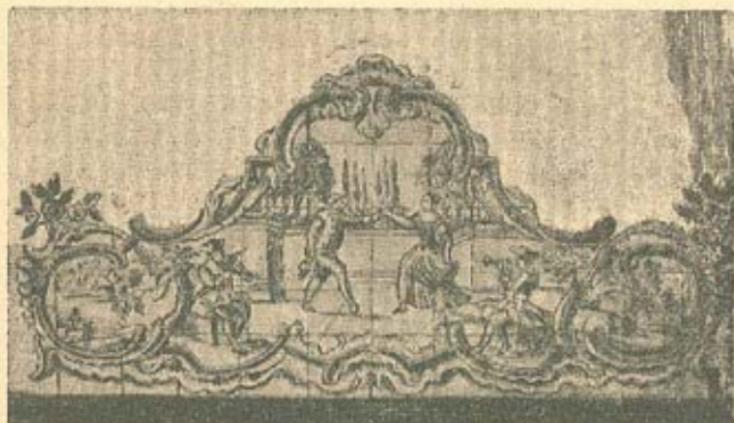
(À MARGEM DO TEATRO DE CORDEL)

ão um vasto alfôbre de notas interessantes as peças de cordel — inexaurível manancial de subsídios para a vida social do século XVIII. Destaco dos meus verbetes alguns breves apontamentos sôbre dança. Fique a outros, mais doutos e especialistas, como o Sr. Dr. Sousa Pinto, a sua história documentada e ilustrada.

Nos *Doidos fingidos*, na *Velha garrida*, nos *Disparates do Peralta*, nas *Loucuras da moda*, na *Casquilharia por força*, por exemplo, surge-nos a figura pitoresca do mestre de dança. Nesta faz-se mesmo alusão ao *balancé à Dupré* — a última novidade em coreografia.

É interminável a teoria de danças portuguesas, inglesas, francesas, espanholas, italianas e coloniais. Desfilam o *fandango*, o *amable*, a *giga*, o *lundum*, a *fôfa*, a *lomba*, os *galeguinhos*, a *cravanca*, a *chacona*, a *filhota*, a *seguidilha*, o *solo inglês*, o *passa-pêlo*, o

tortulhé, as *cheganças*, as *trepecinhas*, o *passa-pié*, os diversos minuetes — o *afandangado*, o *liso*, o *oitavado*, o *da côrte* . . .

No *Criado astuto* há êste curioso diálogo entre o velho Ambrósio, que exibe as prendas duma sécia sua filha e Retalho, o criado ladino e imaginoso:

AZULEJOS DOS FINS DO SÉCULO XVIII

Pintura a azul, cercadura policroma
Residência do Ex.mo Sr. Dr. Eurico Tavares Moreira — Lisboa

(CLICHÉ LUCIANO RIBEIRO)

Amb. — Canta como hum passarinho dança como carapeta.
Ret. — O oitavado? A filhota?
Amb. — Dança danças mais modernas.
Ret. — As fôfas? As seguidilhas?
Amb. — Frioleiras, frioleiras . . .

Ret. — As cheganças?
Amb. — Nada, nada . . .
Ret. — Pois que dança?
Amb. — Cousas bellas *minuetes*, *cotilhões* e tambem *solos à ingleza*.

A *Casquilharia por força* abre por uma lição de dança. Roberto ensaia a irmã no *balancé à Dupré*. Jacinta, porém, quere-se aperfeiçoar no *minuete da côrte* «porque he agora o que faz brilhar, e se me tirarem a dançar o dito minuete, hei de ficar bem airosa dizendo que o naõ sei.» Roberto acha difícil ensiná-lo tão de súbito, „porque tem muitos passos dificultosos." Êle próprio, que é bailarino adextrado, há três semanas que anda a aprender o *solo inglês* e ainda não consegue dançá-lo em público. Resolvem, portanto, „ver o *minuete liso*, e algumas *figuras de contra-dança*." E começam de dancar, ao som do bandolim:

— «Sustenta o passo, mana . . . lará . . . naõ dobre de repente . . . lá lará . . . bom . . . olhe para mim . . . lá . . . firme o corpo . . . lará . . . sustenha . . .»

A lição é interrompida pelo velho Fabrício, que entra a resmungar:

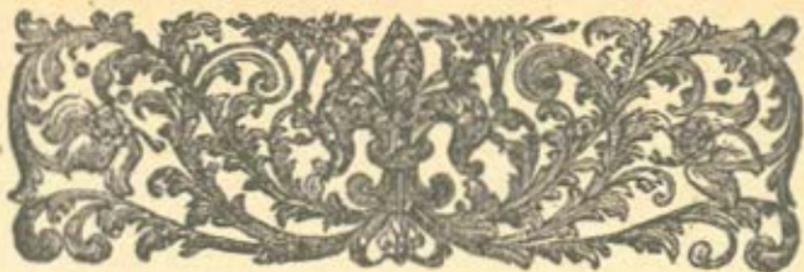
— «Naõ se vê nesta caza outra coisa, mais do que danças, e naõ se ouve mais que *lará lá, lará lá* . . .»

Mas a impertinência do velho vai passando com a lembrança de antigos tempos, em que tocava viola:

— «Ah meu tempo, meu tempo! Isso era outra qualidade de saragoça. Eu tocava por pontos e sua mãe cantava *Balerma mizera*, que era huma consolaçaõ, com huns requebros que faziaõ vir as lagrimas aos olhos; bailava o *oitavado de compasso*, que ficava a gente admirada, porque naõ mostrava huma

ponta do pé; isto sim, e naõ estas modinhas infernaes *de saudade morrerei, morrerei se te naõ vejo*, Armindas, Belizas, e outras semsaborias indignas . . .»

E, para semsaboria, já basta.

JORGE DE FARIA.

O PRIMEIRO BARÃO DE CARIA

Diz José Guedes Pinto de Carvalho e Sousa da Fonseca e Menezes Fidalgo Cav.º da Real Casa de Vossa Magestade, e Cavalleiro Commendador da Ordem de S. João de Jerusalem, q. elle pretende q. Vossa Mag.º lhe faça a Graça de o nomear Barão de Caria pelas razõe se Serviços q. vai expor.

Por ser Fidalgo de antiquissima e qualificada Nobreza como se vê dos filham.tos da Casa Real: por ser 4.º neto por varonia de Francisco Guedes de Carv.º Fid.º da C. R.al e Cap.m Mor do Con.co de Caria, que fez serviços, pelos quaes *não teve renumeração alguma propria:* sendo aquelle Fran.co Guedes de Carv.º f.º de Adão Rebello de Carv.º fid.º da C. R.al e Senhor de todo o Con.co de Caria e 2.º neto de Pedro Rebello, chamado o Grande, Embaixador de Portugal á Côrte de França: existindo na fam.ª do Supp.º (de q. hoje elle he o unico representante) a varonia dos Rebellos cuja e esclarecida Nobreza data do principio da Monarchia tendo por tronco ao grande D. Paio Delgado,

o q.al se achou com o S.r Rei D. Affonso H.es na tomada de Lisboa; considerando-se igualmente como Chefe da familia dos Guedes de Penaguião (donde descendem os Senhores de Murça e outras ilustres Casas de Portugal) pelo casam.to de seu 5.º Avô o d.º Adão Rebello de Carv.º com D. Isabel Guedes Cardoso f.ª de Gregorio Vaz Guedes Fid.º da C. R.al e Padroeiro da Abbadia de Lobrigos: alem do exposto prova sobejam.te a Nobreza do Supp.e e da sua fam.ª o tom. 13.º da Hist. Genealogica da Casa Real, vendo-se igualm.te do tom. 6.º da m.ma Historia q. na fam.ª de Supp.e andou sempre o Senhorio de Caria.

Que o Supp.e he benemerito da sua Ordem pois q. em Malta servio consideraveis Cargos de q. se dá Juram.to em Cons.º, desde o anno de 1788, como o de Procurador granario com inspecção sobre os provim.tos de grãos: o de Auditor de computações ou Qualificador das Contas e adm.ção dos bens da Ordem; o de Director do sagrado Hosp.al de S. João; o de Comissario de todos os bens, rendim.tos e armazães da Cid.e de Valeta; e o de Major aggregado à Guarda do Corpo do Grão Mestre, com a graduação de Brigadeiro. Relativam.te à Ordem neste Reino, teve a honra de ser nomeado Enviado Extraordinario, para em nome do Grão Mestre comprimentar a Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria 1.ª, e apresentar-lhe a offerta dos Galeões, isto em 1790. Em 1800 teve igualm.te a honra de ser nomeado para lançar o habito da Ordem a S. A. Real o Principe o S.r D. Pedro como Grão-Prior do Crato. Em 1802 foi eleito p.ª Procurador do Venerando Priorado de Portugal; e em 1821 teve o Supp.e a singular honra de ser o prim.º q. na qualid.e de Presidente da Veneranda Assemblêa, cumprimentára a V. Mag.e em nome da m.ma.

Quanto a este Reino tem o Supp.e os Serv.os comprovados; porque tratando-se de armar a Nação Por-

tugueza deu todas as provas de patriotismo q. estavão ao seu alcance (isto na ocasião de sacudir o jugo dos Francezes) partindo immediatamente p.ª a Prov.ª da Beira onde fez armar os povos pondo-se o Supp.e á sua frente, fazendo a defeza da V.ª de Arouca, formando elle só huma Comp.ª de Atiradores e outra de Artelheiros; e retirando-se a esta Corte, commandou por m.to tempo a Legião Nacional da Cruz do Taboado; contribuio com dinheiro e munições p.ª os corpos de instrucção e forteficações desta capital e fez aprontar tambem á sua custa sessenta e cinco recrutas para o exercito: no q. tudo dispendeu com satisfação consideravel somma de dinheiro.

Ultimam.te em 1823, restituido V. M. á plenitude dos seus inauferiveis direitos teve o Supp.te a honra per si e em nome da Camara, Clero, Nobreza e Povo do Con.co de Caria de felicitar a V. Mag.de por aquelles felices acontecimentos.

Á vista de todo o exposto tendo o Supp.te praticado p.ª com o Estado tão relevantes Serv.os, assim como para com a sua Ordem; e Dignando-se V. Mag.e fazer a Graça aos Cav.os da m.ma Ordem Bernardo Paes, José da S.ª Ataide, e Manuel Paes de Sá de os condecorar com as Com.das da Real Ordem de N. Snr.ª da Con.cam de V. Viçosa por q. tiverão a honra de apresentar a V. Mag.de a Grãa Crus da Ordem, em nome do Lugar-Tenente Grão Mestre, em concorrencia com todo o Priorado parece que o Supp.e em compensação dos seus Serv.os se lhe deve fazer a Mercê q. implora: Pelo que P. a Vossa Magestade que em attenção a todo o exposto haja de lhe fazer a Graça de o nomear Barão de Caria com todas as honras e preheminencias inherentes aquelle Titulo.

E. R. M.

José Guedes Pinto de Carvalho e Souza da Fonseca e Menezes

Despacho: «Cumpra-se a Portaria de 26 de Nov.bro deste anno; e o Escrivão da Coroa intime o Supp.te q. junte os Decretamentos dos Serviços q. allega como obrados por algum de seus descendentes, e ainda não remunerados: q. outro sim, junte a competente Snn.ça de justificação, Habilitação p.a mostrar, que esses serviços lhe competem, apezar da sua Profissão, e competem *in solidum*, e não estão ainda remunerados. Deve mostrar, que os serviços feitos à Ordem, e p.r delegação da Ordem, allegados na 2.a p.te do Req.to não tiverão as custumadas recompensas: e finalm.te, deve declararse os seus proprios serviços allegados na 3.a p.te do Req.to forão, como devem ser, decretados juntam.te com os outros q. allega obrados por 3.o, ou forão posteriores ao Decretamento dos mais antigos. Lx.a 30 de Nov.bro de 1825 — *Fonseca Carvalho.*

Êle quiz cumprir o despacho. Ainda chegou a apresentar documentos, mas a morte veio surpreendê-lo, antes que a omnipotência régia lhe concedesse o título ambicionado. Mais tarde, em 1864, El-Rei D. Luís concedeu aquêle título a José Homem Machado de Figueiredo Leitão, que nada tinha com aquêle José Guedes, e a nobreza de Caria derivou para outra família ilustre, mas que não tinha tantos serviços na sua progénie como o comandante da Legião Nacional do Taboado.

Arq. dos Feitos Findos.
Papeis Vários — Pasta 314.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

UM ESTRIBEIRO-MÓR INFELIZ E UM ACADÉMICO BISBILHOTEIRO

UANDO o duque de Bragança, D. João, ocupou o trono de Portugal, conservou no cargo de estribeiro-mór Luis de Miranda Henriques, comendador de Cabeço de Vide e Alter Pedroso na Ordem de Aviz e que já fora estribeiro-mor dos dois últimos reis da dinastia de Aústria. A êste sucedeu seu filho Pedro Guedes de Miranda Henriques, senhor, por sua mãe, das vilas de Murça, Agua Revez e Tôrre de D. Chama, o qual casou com D. Maria Josefa de Mendoça, filha de Pedro de Mendoça Furtado, guarda-mór de el-Rei D. João IV e senhora do morgado de Azeitão, de que fazia parte a célebre quinta da Bacalhoa.

Nasceu dêste casamento Luis Guedes de Miranda, que não sucedeu no ofício de estribeiro-mor «por seguir as partes do senhor Rey D. Affonso 6.º, e grange-

ar lhe por esse respeito tal odio o senhor Rey D. P.º 2.º que nunca o quiz cometir ao seu serviço», segundo a informação do genealogista Manso de Lima; foi substituído pelo Conde de Viana. Sem dúvida pelo mesmo motivo lhe foi tirada a sua casa de Murça, que só lhe restituíram em Setembro de 1707, em que foi absolvido da culpa que «se lhe imputava, e porq. seachava (?) prezo, os annos atraz, de menos attento á Mag.de del-Rei D. P.º»; na mesma ocasião corria que o conde de Viana lhe queria deixar o logar de estribeiro-mor, tanto mais que, por doença, jà o não podia exercer, e além disso, caíra no desagrado do novo Monarca. Provavelmente por causa destas desavenças com o principe regente é que D. António Caetano de Sousa o considerou como sendo um fidalgo de *notaveis paradoxos*.

A-pesar de não exercer o cargo, Luis Guedes continuava a ser chamado estribeiro-mór pelos seus contemporâneos e, parece que no reinado de D. João V, ocupou novamente o lugar que tivera seu Pai, embora não saiba se teve efeito a renúncia do Conde de Viana, que anunciava o memorialista que fornece quase todo o assunto dêste trabalho.

O malogrado estribeiro-mór foi casado com D. Maria Josefa de Mendonça e Ataíde, filho do segundo Conde de Vale de Reis e dela teve um filho chamado João Guedes de Miranda e Mendoça.

No dia 1.º de Março de 1700, êste João Guedes, acompanhado por vários outros, assaltou a casa de sua avó paterna, onde «tomaram o dinheiro que acharam, e muitas joias preciosas.» Por êste crime foram a 15 de Julho enforcados em Santa Bárbara dois criados, pai e filho, chamados Jorge Teixeira Camelo e André Rodrigues Teixeira, a quem se tinha achado a maior parte do roubo. Esta notícia extractou-a o Dr. António Luis de Sousa Henriques Sêco de um manuscrito da

Biblioteca de Évora, intitulado *Lembrança dos que foram a justiçar*, redigido pelos padres da Companhia de Jesus, que assistiram os supliciados. Por sinal que, na cópia, o Dr. Sêco deve ter interpretado mal uma abreviatura, porque chama D. Margarida à viuva de Pedro Guedes.

Na sua esplêndida monografia sôbre a *Quinta e Palacio da Bacalhoa*, o Sr. Joaquim Rasteiro dá mais informações sôbre o facto, segundo um nobiliário anónimo que foi dos Almadas, provedores da Casa da India. Ali se conta, que João Guedes, «sendo *muchacho*, mal aconselhado de huns criados, entrou em casa de sua avó. . . . e a descompozeram, ferindo-a, e maltratando-a infinito. . . . e lhe roubaram mais de 80.000 cruzados entre dinheiro, e joias de preço. . . . Com este cabedal fugiram para Castella. . . . . os dois motores do negocio, que eram pai, e filho, creados que mal aconselhavam a este cavalheiro, os tentou o demonio a tornarem a Portugal a cobrarem uns duzentos, e tantos mil reis. . . . . O furto se tornou a Portugal, e se restituiu, e João Guedes de Miranda Henriques veio oculto, e se homisiou em casa do embaixador de França.»

Não terminaram porém, aqui os desgostos do estribeiro-mór; anos depois, em 1707, João Guedes casou com D. Francisca de Noronha, filha mais velha do terceiro Conde de Aveiras, de quem teve um filho e uma filha, que morreram crianças e um outro filho, que sucedeu nos vínculos e se chamava, como o avô, Luís Guedes de Miranda.

O casamento de João Guedes e D. Francisca de Noronha achava-se tratado desde o princípio de 1706; mas foi exactamente êsse casamento, que os nobiliários descrevem com a maior simplicidade, que ocasionou novas complicações na existência do velho parcial de Afonso VI. O facto seria inteiramente desconhecido se nessa

época não existisse em Lisboa José Soares da Silva que, emquanto se preparava para escrever as suas obras históricas e as suas numerosas poesias, se ia entretendo em notar os acontecimentos que se davam e que maior impressão lhe produziam. Acompanhava tôdas as notícias de interessantes comentários e, como parece ter tido um especial interêsse em falar das vidas alheias, o autógrafo do seu *jornal* é um reservatório inesgotável de notícias inéditas respeitantes aos anos de 1701 a 1715 (1).

Eis o que àcêrca do casamento diz o futuro membro da Academia Real de História:

«Pouco despois tiveraõ outro sucesso em terra, e foy o caso q. por certas borracheiras entendeu hum marabuto Portuguez (q. só p.^{a} isto tem prestimo) com hum marinheiro Inglez do q. procedeu o uirem ás pancadas, e ajuntaremse outros, e com effeito matare hum Inglez com hua pedrada; o matador fugio, e se recolheo em caza do Conde de Aveiras atraz do qual correo logo a Turba multa, e lhe entrou em caza; vinha de fora o filho seg.^{do} *(palavras cortadas)* e cuidando q. ao seu resp.^{to} se rendiria tudo tomou hua espada, e se foy p.^{a} os Inglezes, q. uendo a sua determinaçaõ o receberaõ com os bastões, e espadins *(palavras cortadas)* e a dois creados mais, q. ficaraõ conuidados, hum cõ hua cutilada, e outro com hua estocada, carregaraõ com todos tres em corpo, e alma, e os leuaraõ em refens ao seu gen.^{al} emq.^{to} lhe naõ dauam o tal matador visto isto pelo correyo mor q. lhe foy a procissão pela porta, disse ao gen.^{al} q.^{m} era q. parece q. nenhum o conhecia, e logo foy mandado ao conde seu Pay cõ hum recado de satisfaçaõ, porem naõ os criados. Naõ sei se o Pai se dará por satisfeito, e m.^{to} menos o filho. He galante historia! Mas p.^{a} lhe fazer esquecer esta

(1) Bibl. Nac. de Lisboa, F. G. 512.

ao conde teue logo seg.da m.to mais galante e m.to mais sensiuel. Foy esta o mais nouo, o mais raro, e o mais estranho cazo, q. jamais se uio nem imaginou, nem ainda poderá uerse ou imaginar-se, porq. até parece que excede a esfera dos possiueis. Estaua determinado o dia do recebimento de sua filha, com o filho de Luis guedes o estribr.º mor, (filho unico q. hoje he, Joaõ Guedes de Miranda, q. ja hauia dado outro alegraõ ao Pouo na uiolencia, e roubo de sua Avó a S.ra D. M.a de Mendoça cazo q. custou a uida a dois criados q. o acompanharaõ, q. na sua vezinhança enforcaraõ, e pregaram as cabeças na forca de S.ta Barbara) determinado o dia, despois que ajustado o cazam.to; uinda a dispensa de Roma, q. custou ao Pai os seus cruzados, consertada a caza q. era na sua q.ta de Arroyos, q. sempre custaria ao dito com os mais apendices hu par de mil cruzados, conuidados os Parentes, o Bispo da Guarda D. An.to de Saldanha, consertando o rochete p.a os ir receber, sinco cosinheiros depenando galinhas, e fazendo empanadas, a cama feita, e a camiza pendurada, sem faltar mais q. o deitaremse nella q. he o q. faltou; q.do por hum mensageiro bem uil p.a dizer a cota com a verdugada, chega á uespora hua carta do noiuo de sua letra, e sinal, escrita a seu cunhado q. hauia de ser, o conde de Aueiras moço, q. ocupaua meya folha de papel de hua banda, e parte da outra, e começaua — Meu Primo e s.or — A substancia della era acharse o noiuo sem substancia e inhabil p.a o uso do S.to Matrimonio cuia declaraçaõ dizia q. naõ fizera, antes por buscar ocaziaõ mais oportuna (achou-a elle proprio) e q. como esta se lhe naõ differia mais que até o dia seg.te era obrigado em sua consciencia a declaralo assim e a tal impotencia repete quazi em todas as regras da carta, com esta houue naquella caza hum tal abalo, como pode fiarse de tal sucesso; mandase chamar o Pay, vai o pobre Luis gue-

des ignorante do caso, certificase delle, volta ao filho, ratifica o dito, reprehendeo, e admoestao, arrependese do feito, ou do por fazer, e *poenitentia ductus* uai elle, seu Pay, An.to de Basto, e fr. Jacinto, aos pés do Conde de Aueiras, repetese a delig.cia, uai mais o P.e Joaõ Ribeiro, e na verd.e q. juntamente se lhe meteraõ Padres á noiva, q. bem os hauia mister como quem com tal marido ia a bem morrer. Mostrase com effeito dura, ja q. elle o naõ está, cae de cama com paxão a a condeça, quer engolir o sucesso o conde Pai, increpaõlhe os Parentes renouaõse e multiplicaõse as supplicas, mas ainda sem effeito, desmoronase a caza, e perdesse a esperança. Disse hum homem com graça ponderando os dous cazos, e lastimandose do conde — Pobre caualhr.o leuaõlhe os filhos e engeitaõlhe as filhas! Não ha mais cazo, naõ ha mais desatençaõ, naõ ha mayor asneira.»

Esta notícia, respeitante a Janeiro de 1707, encontra-se a fls. 57 v. e segs. do códice indicado e é completada por uma outra que vem a fls. 64:

«Tornouse a ajustar o cazam.to de Joaõ Guedes q. o conde de Aueiras se precizou a fazello por lastima do consogro, q. naõ merecia pouca, e tambem p.la constancia da filha, q. instou q. assim ou assim se cazasse havia de ser com aquelle homem uisto hauer chegado a tais termos o seu cazam.to; q.do naõ q. hiria p.a hum conu.to. Naõ ha mais honrada rezoluçaõ. Antes se fez por consentim.to dos Pais exame e uestoria ao noiuo, e o acharaõ hum potentissimo Rey dos Romanos, nesta forma, despois de reduzidos os parentes do conde q. naõ custou pouco, se receberaõ Dom.o 30. de Janr.o; e o q. importa he q. a Noiua prove e aprove o dito dos Surgiões, naõ por dito, mas de facto se a tanto o ajudar mais q. a sua natureza o seu natural.

«Meu dito, e seu feito; a noiua se deu por paga e satisfeita, e confirmou com a sua experiencia a chirur-

gica informaçaõ. Os Pais e sogros, ficaraõ muy contentes, tudo fica em paz, e emfim estará a caza quieta.»

Casa quieta não era, porém expressão que se pudesse dizer de João Guedes, que logo depois, em Setembro, torna a dar que falar ao bisbilhoteiro Soares da Silva:

«Sempre a Joaõ Guedes haõ de suceder historias novas, inauditas, agora teue a de despedindo hum pagem seu, lhe uir este despois de fora de caza, aueriguar a cauza da despedida e altercando rezões, sobre a historia cõ seu amo indo este p.ª lhe querer dar, o d.º correspondeu dandolhe por hua perna com hua adaga, e saiose a saluam.to e so com hua leue ferida de huns poucos de criados q. o correraõ. He galante o expediente q. estes tem tomado huns querendo matar os amos, e outros queimarlhe as cazas.» (1)

Não sei se o filho do estribeiro mór continuou a dar azo aos reparos do futuro académico; é muito possivel, porque naõ devia ser atilado, tendo si doa sua demência oficialmente reconhecida em 1732, em um documento transcrito pelo sr. Rasteiro na referida monografia. Talvez até que o seu nome figure novamente em algum outro caso pitoresco, dos relatados no longo manuscrito de Soares da Silva; mas o que é certo é que João Guedes, por volta de 1721, sucedeu a seu pai na comenda de Cabeço de Vide e Alter Pedroso e nos senhorios de Murça, Agua Revez e Tôrre de D. Chama, que transmitiu ao único filho sobrevivente, que foi capitão de infantaria, ou de dragões, e veio a casar em 1741 com D. Madalena de Mascarenhas, filha do terceiro marquês de Fronteira.

Naõ houve filhos dêsse casamento; mas Luís Guedes legitimou um filho natural, Manuel José Guedes de

---

(1) Loc. cit. fls. 77 v.º

Miranda; e assim, como para desmentir o incidente, que o memorialista relatou àcerca de João Guedes, a sua descendência directa só se extinguiu com a morte dêste seu neto, que o Sr. Rasteiro nos informa ter sido «um caracter não vulgar pela sua honradez, largueza e desprendimento,» opinião que fundamenta em correspondência sua, que compulsou.

A largueza e o desprendimento eram talvez hereditários, porque uma das curiosidades desta família é que em três gerações, pelo menos, foi preciso retirar a administração da casa ao seu chefe: um decreto de 24 de março de 1643 manda declarar nulas as vendas de bens do Estribeiro-mór Luís de Miranda como dissipador da sua casa em prejuizo de seu filho (1); o sr. Rasteiro cita documentos comprovativos de que Luís Guedes, neto daquêle, não tinha em 1712 a tutela de seus filhos menores e tambem o decreto que interditou João Guedes diz que êle «se deixa enganar de vãs palavras, que com promessas phantasticas lhe tiram dinheiro.»

Quanto a Manuel José Guedes de Miranda, faleceu, parece que sem descendência, em 9 de Outubro de 1825. O sr. Rasteiro informa que êle tinha um irmão, cujo nome se ignora.

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

---

(1) J. P. Ribeiro, *Indice Chronologico*, I, 128.

NOTÍCIAS DE LISBOA DO FINAL DO SÉCULO XVII

ARTA *suposta que um amigo escreveu a outro para a India, na qual lhe dá notícia de muitas coisas que sucederam depois que êle de cá partiu, de 1697 até 1699*, é, mais palavra menos palavra, o título que se encontra em certas miscelânias manuscritas apôsto a umas páginas de crónica viva, escandalosa talvez, mas digna de crédito, dos sucessos daquela época.

Podia igualmente chamar-se-lhe, e com não menor propriedade, *Crónica da Sociedade portuguesa do final do século XVII*, pois, conquanto referida a Lisboa, consubstancia o estado geral do País; administração pública má, corrução de tôda a ordem, devassidão em tôdas as classes — numa palavra — quebra total das antigas virtudes sociais que a desnacionalização progressiva a pouco e pouco ia fazendo postergar.

Era a consequência do fausto e loucas dissipações do século XVI, da miséria política e material que se lhe seguiu, dos gastos de longos anos de guerra, e, acima de tudo, da absoluta imprevidência de Portugal, cobrindo os seus *deficits* de produção com as especiarias e as rapinas da India.

A crónica é anónima, como não podia deixar de ser; os tempos não comportavam o civismo dum crítico a firmar tamanho estendal de verdades, nem a vigilância do Santo Ofício da Inquisição o deixaria impune; a própria categoria social das pessoas visadas aconselhava prudente recato ao linguareiro a quem os desmandos dos seus contemporâneos incomodavam.

O leitor conhece, de-certo, a miscelânia impressa com o nome de *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*; pois pode apensar às mais vivas páginas dêsse *diario dos factos mais interessantes que sucederam no reino de 1662 a 1680*, estas que agora se resgatam para a história da nossa sociedade; são-lhe em grande parte afins.

Ignoro se no conjunto estão inéditas, nem é facil averiguá-lo dada a multidão de Revistas e de Jornais literários que em Portugal se teem publicado, e a falta duma bibliografia histórica portuguesa actualizada; mas são, pelo menos, desconhecidas de todos os literatos a quem as comunicámos, e isso basta, conjugado com o manifesto interêsse que apresentam, para de sobejo justificar a sua publicação.

Dum crítico português sabemos nós que logrou conhecê-las e as utilizou nos seus trabalhos; foi Camilo, naqueles curiosos episódios do reinado de D. Pedro II que intitulou *Pena de Talião*. (1)

Percebe-se, contudo, que tomou a suposta carta

---

(1) *Raças finas*, apenso ao romance *A Corja*.

para a India como autêntica; a cópia que utilizou (e que naturalmente possuia na sua magnífica livraria) atribuia-lhe o ano de 1704 (pág. 194 da ediç. de 1903, que temos presente), mas a transcrição que faz da passagem relativa ao perdão do Conde de Atalaia (pág. 210) concorda com as duas cópias que para esta publicação utilizámos e que fazem parte dos códices 148 e 496 da Biblioteca da Universidade de Coimbra. O leitor veja isto, que não perderá o seu tempo; há por aqui imenso que aproveitar e que saborear, descontada a insulsez dos primeiros seis parágrafos.

Meo Am.º e S.or com rezolução estava eu de lhe não dar a Vm mays este detrimto sobre o que lhe consideram, ainda que me aventurasse a parecer lhe ingrato; porque na balança do meo affecto pezava mays o socego de Vm. que a minha obrigação.

Não sei que mays fina possa ser a amizade que sacrificar se ao labeo do esquecimento so pello escrupulo de ser molesta; e não julgava eu ma entrada esta p.ª a India, se là se estimassem tanto os seguros da amizade, como os augmentos da fazenda; porem por não comessar com estes receyos siguiremos outro rumo.

Partio Vm. desta corte em 6.ª fr.ª Mayor, que quando lhe não dera o nome a obrigação do tempo lho não podia negar a sua auzencia, q tambem os pezares na Corte do sentimto logrão o titulo de grandes. Duas vezes se pode chamar soledade o dia, que como a cauza era toda magoas, justo foi duplicarem se as penas lhe no nome.

Ficamos os amigos tão sentidos, que impaciente o sofrimto não achava pera a consolação remedio, poys aquelles discursos, que regulando o merecimento de Vm podião suavizar nos interesses do seu augmto a

nossa magoa, os desprezavão as saudades com mays vivos motivos da nossa dor, que como so a experiencia do mal se dezejão as singularidades do bem, foi mays efficax a rezão do nosso sentimento, que a do nosso discurso.

Partio Vm enfim deixando nos na sua auzencia tanto q. sentir, como a sua rezolução que admirar, poys mostrou que as tentaçoens do gosto não tinham poder p.ª sugeitar os rezoens da obrigação fazendo que as correntes, que arrastava como prizioneiro o affecto, fossem grilhoens em que se sojeitasse a rezão obidiente a liberdade.

Hora meu Am.º diga me Vm como se tem achado nessa Corte de Goa e como lhe foi na viagem p.ª resgatar o meu cuidado da sua prizão do receyo, que como a fortuna he madrasta dos benemeritos so arrespeito de Vm podem ser mayores os sustos; espero em Deos que na mudança do clima mudasse ella de natureza, e que esteja Vm com tanta saude, e augmentos, que pareça não chegasse a merecellos, para poder seguramente pessuillos.

Detriminei remeter a Vm alguas encommendas, e por me não parecer com os mays mercadores, me resolvi a mandar as noticias de tudo o que achasse digno da prezença de Vm, fazenda em que se não perde nada em tão remotos climas: bem tomara furtar algua aos direitos, mas temo me dem com ella os malcins, e me fação ir buscar o retorno onde mandei as carregaçoens; a bom livrar irá o que poder ser, que quem faz o que pode parece que de algum modo paga o que deve. Siguirei a melhor ordem que entender, queira Deos não dê com a dos Ber.dos que he a dos tolos ou emcontre com os meninos orfaos a cavallo; e p.ª me livrar de sustos valha me o Corpo Santo.

Sua Mg.de que Deos g.de esta tão galhardo, e com tão perfeita saude, que parece se esqueçe a na-

tureza de que he home, pera que a duração de sua vida acompanhe a immortalidade de sua fama.

A Rainha N. Sr.ª este anno duplicou o imperio de Flora dando lhe hua bella Infante, e mais hua flor com felix sucesso, poys adormecendo nas mantilhas, que a natureza lhe deu p.ª thalamo, ao abrir o dia os olhos a vio animada Roza nos braços da melhor Primavera, que assistida do Superior cuidado, depois que o Jardineiro em Portugal poz as plantas, o tem tam cheio de animadas flores que apezar do mais rigorozo Estio hão de viver eternas para serem as melhores Coroas da Europa.

Chamasse esta Sr.ª D. Fr.ca que a religioza devoção da may quiz que no modo possivel mostrem todos os filhos este obzequio vivendo de baixo da quelle grande soldado da Comp.ª de Jesus, que tendo no Occidente o berco, quiz ter no Oriente o tumulo: foi Padrinho o primogenito do Imperador, e madrinha (com aquelle segredo, que pedem as materias de estado), hua irman do Marquez de Arronches que he religioza na Esperanca e de tão alta stirpe na virtude, que não deixando os Monarchas competir se, so com ella buscão meyos pera igualar se.

A Serenissima Rainha da gram Bertanha se retirou em Fever.º para Villa Viçoza foi seu Conductor Roque Montr.º Paem fica com ella the se restituir a Corte p.ª o Palacio, onde Vm.ce a deixou. Bem afortunado Montr.º q. sendo em todos defeito o ver pouco, so de ti se não pode mermurar es mal v.to.

A caza do Duque mosso vive queixoza das tyranias da Natureza, porq. lhe pareceo seguisse as obidiencias da fortuna, thegora não tem esperancas de sucessão sem embg.º de ter dado o cazo mays de hum susto ao gosto.

Cazou o Duque hua de suas filhas com o netto do Marquez de Alegrete a quem S. Mag.e deu logo o tit.

de Conde de Villar mayor dizem q. em tres vidas ficandosse seu Pay chamando o Conde Fernando Telles: He de boa terra o Alegrete, e tem delle cuidado o melhor jardineiro da nossa terrra, e assim ninguem duvida plantar nelle as suas flores, e the dentro de caza lhe beija as plantas hum deluvio de agoas por m.ce do Prezidente da Camara, q. não duvidou agradecer lhe com muitas q.m lhe fez tão boa nora, e lhe permitio fizesse tambem o seu enchertinho.

Outra filha fica cazada com o Conde de Alvor Vicerrei q. foi desse estado da India, o qual vai fazendo hum regio Palacio nas suas cazas, q. qd.o a fortuna he May faz q. não envejem os filhos segundos a gloria dos primeiros filhos.

O Conde de Vimiozo faz hum soberbo Palacio, e cazou com hua filha do Marques de Alegrete, q. quando he bom o garfo não importa seja de Carrasco o tronco em q. se encherte.

O Conde da Atalaia casou o primeiro filho do segundo matrimonio com a segunda filha de D. Francisco Mascarenhas ao mesmo tempo q. chegou a dispenca para a primeira filha cazar com D. Xpão filho do Marquez de Niza; ambos prezumem de Atalaias.

D. Xpão vai descobrir campo, e se colher o fruito do seu intento hade o Atalaia lograr o posto em q. o meteo a Esperança.

Sua Mgd.e ja deu perdão ao Atalaia mosso da morte do Corregedor, e ja o tinha dado por intercessão de França ao Conde do Prado, porem dizem q. com clauzula de q. não entraria na Corte assim hum como o outro sem do tempo seguirem a mesma fortuna. A Rellação embargou o perdão do Atalaia arrespeito da condenação das despezas, e não sei se diga q. os Dezembargadores querem entrar de meias no governo desta monarchia, e não lhe vai mal do partido, porq. conforme ao q. vejo, querem q. El Rey nos

perdoe a vida para elles nos levar em a fazenda. S. Mgd.e perdoa o delicto, elles querem fique em seo vigor a penna, enfim; salva a vida não querem se salve a fazenda, e por isso embargarão a indulgencia da culpa e pena.

O Marques de Niza se retira a miude p.a a Vidigueira; á hua por se ver opprimido de gastos, outra por fugir dos da m.er e por qualquer destes caminhos faz sempre boa jornada tanto porq. so fugindo hu homem destas, melhora (ainda q. grande) de partido, tanto por não ser sagrado o respeito do sangue, se a fortuna lhe não guarda immunidades.

D. Pedro Alvez da Cunha filho de D. Antonio Alvez da Cunha cazou com a viuva de D. João Lobo filha do S.or de Pancas com hum tão grosso cabedal como o do seu entendimento; por falecer lhe o filho postumo entrarão na herança. As cazas q. tinha vendeo as D. Pedro ao Conde de Asumar: Aqui se dezia q. este fidalgo não era Cunha do mesmo pao, e assim se não parecia com seo Pay, com tudo soube se retirar da Corte e fez q. cobrasse o conceito perdido a auzencia; enfim o Mundo pinta como quer, e faz muitas vezes q. aos longes mostrem ser figuras os mesmos rasgos q. ao perto se desprezavão sombras; elle ja está bem quisto, porq. tem dinheiro, e vira p.lo tempo adiante a ter capacidade, q. as verduras de mossos são deffeitos q. passão com os annos.

Falleceo G.lo Joseph filho de Henriq. de Carvalho sem deixar sucessão; derão lhe as bechigas, q. correios da morte lhe trouxerão, os ultimos dezenganos; preparou se com tal conhecimento como se não fora fidalgo, e mosso; fez seo testamento mostrando em tudo q. os dezenganos da vida o resgatarão da má opinião em q. o tinhão posto as mocidades: derão abalo nesta Corte os echos da sua morte por não serem governados p.los reportorios da sua vida: Ficou sua

m.er duas vezes perigrina: hua por Estrangeira outra por solutaria; seu marido lhe deixou tudo q.to pode, temna sua sogra ao seu lado ao mesmo tempo q. lhe assistem com todo o cuidado Lou.co Pirez de Carv.o e seus Cunhados os Condes de Soure a quem foi a caza, e ficou com grave cabedal entre arras dote e legados: Varios cazam.tos tem sahido a esta Sr.a mas todos recuza, dizendo q. com seu marido sepultou a liberd.e e q. não pede eleição p.a o gosto qem não tem mays discursos q. p.a o sentimento, q. todas as convinienclas q. se lhe propoem são caminhos p.a a molestar, e assim he a sua solidão a unica companhia q. sem sobressalto de a perder a-de conservala durando seculos a vida. As cazas do d.o deffunto se venderão ao S.or das Alcaçovas: dos movens se fez leilão para satisfação das dividas, que importão 40 U ✝✝os. (1)

Celebrarão se as Cortes jurou se o Princepe D. João q. Ds. gd.e sem mays demonstraçoens q. dos affectos, e amor; m.tas vezes se continuarão por dilatados mezes, q. para isso lhe hia dando corda o tabaco; alguns dizem q. garrote. enfim toda a maquina deste Mundo he fumo, sem se prohibir a ninguem q. tivesse tabaco comprandoo no estanco primeiro a El Rey a 600 a libra: El Rey o manda moer a 2 U rs. e a 1.400 e assim havia de ser por não comerem os narizes mays barato q. a boca, perdoe-me Vm.ce não lhe dar mays noticias deste negocio, q. como he sobre folha, e po, não o quero cansar com couza q. leva o vento de hum sopro.

Pedio S. Mag.de 600 U ✝✝.os para sustento de 25 Companhias de Cavallos, e sinco terços de infantaria, q. se levantarão: As Companhias as fizerão a sua

---

(1) *40.000 cruzados, entenda-se.* — R. R.

custa varios homens de pouco nome, excepto G.lo Jozeph, q. se lhe estranhou m.to. Todos estes homens pertenderão pl.a bolça, por não terem q. allegar mays serviços q. o seu dr.o Alguns erão soldados novos da melicia m.to antigua, e gastarão dr.o consideravel, e ja não ha quem deite patacas ao mar, mas não falta qm as samee por estrebarias.

Pedio mays S. Magd.e outros 600 U † †.os por hua so vez, mas prezumesse q. com raizes, para o q. se detriminou se tirasse das fazendas, e rendas, q. cada hum tivesse, e assim se avaliarão as propriedades, e se fez a conta sem se lhe tirar a prova aos rendim.tos dos officios juros, e tencas, e se rezolveo q. cadahum pagasse a 4 2/1 por 100 das rendas; (1) e aos de pouca ou nehua roupa, meterão em barafundas milagrossimas, porq. ainda q. estejão mortos de fome os obrigão a meneio. isto em todo o Reyno se vai dando em execucam. Os Tercos se fizerão n'hua Avem.a e como se formarão de Oracoens p.a pedir, os soldados correm a mesma natureza, porq. todos andão pedindo.

O Conde do Rio corria arebatado e furiozo atraz das vozes da Sr.a Cn.a da Trind.e em carne e osso pl.o Mosteiro das Monicas; estranhou se lhe m.to o dispenho, como se fosse novid.e correrem os Rios atrâs das vozes de hua rapariga, q.do não ouve monte q. o não fizesse atraz de hum barbado: Mandou lhe El Rey tapar as portas, e q. corresse p.a o Algarve onde tem ja chegado.

A esta Corte se restituio o Conde da Feira com tanta quietação como se p.a aquella feira se ouvessem ja acabado os seus dias, e está vivendo com sua m.er como Ds. manda.

O S.or Luis de Souza Dignissimo Cardeal da Igr.a de Ds Arcebispo intertenido nesta Corte de Lx.a esteve

---

(1) *4,5* o/o — R. M.

enfermo; mandou lhe hum correio a morte, a q. elle respondeo em verço, q. dizem os faz m.[to] bem, pedindo lhe o deixasse ver o seu Alcides Luzitano, q. tinha passado a India a dar q. escrever as orientaes nacoens para pasmo das vindouras idades. Respondeu lhe a morte q. no seu livro de contas tinha assentado todo o Universo, e no Capp.[o] das Indias achara Albuquerques, Cunhas, Almeidas, Gamas, Castros, e outros muitos varios q. a fama venerava, mas q. não achara tal homem. Replicou lhe o prudente prelado que ella não estaria lembrada visto à India terem passado pessoas de experiencia na melicia, e de noticia no Tribunal, e madureza nos annos, mas q. aquelle fora em verde para la amadurecer: Surrioce a morte, e dice era o seu gosto aquella pera de Conde enxertada em Marquezota, q. lhe perdoava por esta vez, mas q. advertisse q. as ambicoens do mundo não erão bons advogados p.[a] a hora da morte; enfim elle ficou fazendo penitencia a poder de capoens sevados alem de outras m.[tas] e regaladas miudezas.

O Duque do Cadaval está exercitando o lugar de Prezidente do Passo por se entender que he boa parteira para tudo; dizê os pragentos, q. como teve tão boa amizade com o tabaco, não teve animo de o ver espirrar; foi assistirlhe o Marquez das Minas para q. o tira lo alentasse aos desconfiados as esperancas; eu o duvido, porq. as minas sabe conservalas firmes a terra, e as folhas são levadas facilmente do vento.

A meza da Conciencia está ainda sem prezidente, e me parece mays providencia q. acazo, porq. a Conciencia so Ds prezide, e qd.[o] he para castigo permitte q. o faça o Diabo e como ninguem lhe parece ser tão ruim como o Diabo, nem pode ser tão bem como Ds não há quem occupe o lugar.

Nesta Corte fica o Nuncio nobillissimo descendente da familia dos Contis, por ser hua das trez q. hora ve-

nera Roma como descendencia dos Imperadores.

Dizem q. está em Castella hum Bispo Alemam, q. vem da p.te do Imperador a tratar cazam.to de sua filha (1) com o nosso Princepe, e se he como dizem mays lhe renderá isto, q. o seu Bispado; Tem se lhe tomado as cazas da Viscondessa da Aseca, em q. se descarregou a pobreza da Apozentadoria.

Este anno se celebrou auto da fèe no Mostr.o de S. Domingos dentro de hua caixa de madr.a sem tampo, onde se vio por debaixo da agoa o m.to atrazados que estavam os Portuguezes, porq. sahirão 19 mossos entre fanchonos, e somitigos. Hum destes filho de hum homem de negocio; deste me não admiro, porq. hoje p.lo avesso, e p.lo dereito, todos querem negocear: Outro filho de hum homem q. vende drogas, tambem não tenho reparo, q. como mays pobre queria furar por toda a parte para grangear os gostos da vida: sahirão tambem huns poucos de soldados; a estes acho algua desculpa, q. como sempre andão em exercicios não he novo acharemnos com as picas nas mãos.

Estas são as noticias q. pude individuar, e as q. mays chegão a sentir se he estar em muitas partes do Rn.o o trigo a 700 rs e o milho a 360: o Azeite a 2.200 e de tudo dizerem q. ha pouco, porq. a ambição tudo para ella he nada; todos se queixão, huns porq. se não contentão outros porque não querem se compadecão delles; tem se introduzido q. largar as redeas a ambicão he o meio para a abundancia, e como ninguẽ se satisfaz todos lhe parece he pouco o q. tiverão, e assim estão vazios m.tos ventres, e m.tos celeiros cheios, sem haver quem os abra, porq. o interesse proprio os fecha; alguns contemplativos destas dezordens atribuem a mayor parte dellas ao bom governo dos Ve-

---

(1) *Neta*, no cod. 496.— E. M.

readores dos pelouros, e dam por autherid.^e do pensam.^to test.^as q. virão quatro talhos de Vaca, e sinco de Carneiro no asouge de Lx.^a the hum dia em q. se recomendou a hum delles a superintendencia deste negocio, q. todos supuzerão era o do entrudo, porq. logo se fecharão as portas e não ouve familia q. se se não sangrasse em saude deixasse de se deitar por força.

Faltarão alguns dias, por medo de Mouros, Caravellas de Carvão, e andavão os homens como renegados, porq. a necessid.^e não tem ley, e a penas se descobrião quatro sacas as tomava quem necessitava de outo; Acudio ao remedio outro vereador, e bastou isto p.^a não haver mays fumo de carvão, nem poder alcançar se hua saca senão a custa de hua queimacão de sangue.

Não era a Cid.^e tão mal provida de cassa, q. faltasse hua galinha a quem necessitasse de hua franga, hum Coelho a quem queria hum laparo, hum Ganço a quem havia mister hum Perum; quizerão estes Senhores bolir com quem não bolia ja com elles, e o fizerão de estallo com hua estrondosa taixa q. fez fugir toda a cassa, e levanta la de sorte q. se perdeo de vista, e ficou o aranzel servindo de testamento com q. falecerão do tempo prezente todas as aves, e de todo as perdizes. Por falta de tempo a houve tambem de pam, e havendo m.^to no Alentejo, donde com facilid.^e se podia conduzir a esta Cid.^e o q. bastasse para a falta, elles entenderão q. era mays facil fretar o maior navio para o ir buscar a outra parte do Mundo, e assim mandarão o Loreto fazer escalla ás Ilhas por tão dilatados tempos, que qd.^o a nao voltou entregou em espigas o q. recebera em grão; e com remedio tão futuro concordarão se atalharia necessid.^e tão prezente, á vista de todas as oppressoens, q. por repetidas vezes se lhes reprezentarão em altas vozes da pobreza.

Quizerão em outra occazião ver porq. caminho po-

derião obviar tantas mizerias, a q. outros chamão calamidades, e com aquella furia arrebatada com que principião as suas emprezas gastarão 500U cr.os na fabrica de hum serralho p.a intertinimento de neve, a qual, tanto que se vio preza sem mays culpa q. a de se ver derretida por dezejar fazer o gosto a quem lhe queria beber o sangue, e o q. mays era, à ordem da Camara, não perecendo ella nunqua de bebida por recear huã má Sentença, por baixo da agoa se foi humiziar na cisterna dos P.es Vicentes, q. p.a elles foi hua mina encuberta.

Sò do q. temos abundancia he de modas, porq. me parece não hà terra em q. melhor se dem; ouve em França hum homem q. por lhe faltar com q. acabar hum vestido lhe pos dous sacos por mangas, e achou se nisto m.ta graça, q. houve quem depoys q. tal vio não deixasse de trazer os braços em dous cubos.

Tempo houve em q. os homens trazião mangas perdidas mas vemos hoje q. os bracos andão perdidos nas mangas. Da tinha se afastavão todos como couza contagiosa, e hoje quazi todos trazem a cabeça como as trazem tinhozos.

Nos seculos passados era tanta a pobreza, q. chegava hum homem a empenhar os cabellos da barba, e hoje he tanta a abundancia, q. não so os da barba, mas os da cabeça se mandão lançar na praya. Todos dizem q. o rapar a navalha he saude e limpeza, e eu digo q. he locura; he possivel q. não haja em Portugal cabeca propria. Dizem os modas q. he melhor viver das alheias. Ha cabeleiras p.a caza, p.a passeo, para vestir de Corte, p.a traje a soldadesca, e estou vendo qd.o se comprão cabeleiras p.a se deitarem na cama ou para a hora da morte; he couza lastimoza que andem os homens num fadario perpetuo para se livrarem de hum descanso continuo; com tudo isto em nenhum tempo se poupa mays q. no prez.te porq. a febre maligna deu

cabeleiras para os Marquezes, as cezoens para os Condes, as boubas p.ª os mossos e a morte para os velhos.

Bem aventurados homens, q. the do q. os outros se enfadão se aproveitão, e por concluzão vem de França cabeleiras com cabellos de misturas; não pode chegar a mays a locura dos homens q. deixarem se por enfeites de clinas por seu denheiro sendo aquellas de bestas; isto he passar de Racional a Irracional, passar de hum extremo a outro com tanta brevidade de homem a besta.

Sò o q. acho com algum modo he o vistir não por mays barato mas porq. cadahum tras o q. quer, porem não basta isto, porq. o sapatr.º quer andar como o homem nobre, o Alfaiate como o home de negocio, e todos como fidalgos, e porisso tem dado todos de pernas a riba.

As Senhoras andão tão sucintas, emprensadas, e afrancezadas, q. suppoem q. he defeito trajarem como as Portuguezas, e assim indo de redondo todas as cortinas são poucas p.ª se fecharem, mas gracas a Ds q. ainda nos sustenta vivos os guardainfantes das Senhoras Marqueza de Niza, e Arronches, q. estão bradando, e dizendo: Campus ubi Troya fuit, et hoc opus, hic labor est. Ninguem estuda como hade ser Portuguez mas sim como hade parecer estrangeiro. Fomos os Portuguezes os mais amantes da Patria q. houve, e hoje parece q. todos negamos, porq. quem não quer q. o conhecão por frade despe o habito; finalmente quantas extravagancias e bugiarias poderão fazer rediculo a hum bonecro são galantarias, q. se aplaudem com boa aceitação na corte a tit.º de modas, e q.to mays desporpozitadas q.to mays aplaudidas. Podem se conhecer as molheres como em algum tempo as galinhas pellas calsas, porq. huas as trazem amarelas, outras azues ferretes, outras verde gaiyo, calsão pela

mayor parte de papoulas, e vestem de malmequeres, e he rara a q. não tras hoje mais pano nas mangas q. hum barco do alto nas vellas, ainda q. seja m.to fraca roupa: e parece q. este genero mudou de natureza, porq. de pequenas comecão a ser gallos, digo o porq. todas trazem cristas, e tão crecidas, q. as sustentão com mays ferrajem q. a porta de hua Igr.a nova, e se o meolo lhe não deo hua volta, ellas com fitas dão tantas na cabessa, q. parecem bandr.as de navio olandes.

Seu Comp.e de Vm.ce I.o Frez tambem he dos modas por não deixar de ser louco com tudo està hum bemaventurado, q. na minha opinião hoje he quem sabe ser am.o; tomou o bentinho da Trind.e e assiste no Sp.to S. a todas as devocoens, e são p.a elle dias de Jubileo os q. occupa nesta matr.a não sei dizer mays para quem como Vm.ce he tão catholico, poys nunqua deixara de confessar e respeitar a Devina provid.a do Sp.o S.

Tenho feito a minha encomenda, q. Vm.ce beneficiará pl.o estado da terra e remeter me ha o seu procedido primeiram.te em boas noticias suas, e da saude do S.or ViceRey a quem Vm.ce parecendo lhe offertarà a seus pes a lembrança deste nunqua visto criado, e Vm.ce serà obrigado a remeter me mil caixoens de noticias suas, q. serão as melhores colchas, com q. no leito no descanso se agasalhe o meo cuidado; mil fardos de occupaçoens do servisso de Vm.ce q. estimarà o meo gosto como canella de Ceilão, e qd.o Vm.ce lhe pareça q. tenho falado m.to mande tapar me a boca com 30 quintaes de Pimenta, porque me não calo a menos custo.

Ora Am.o e S.or a quem obedecem as orientais grandezas, e não fazem falta as pobrezas de Portugal: se Vm.ce me quer dar hum bom dia deme se quer hua hora em q. o possa servir, q. a pezar do pouco q. va-

lho hade fazer milagres o dezejo por não faltar a agradecer as honras, q. nisso grangeo. Ds gd.e a Vm.ce e o traga à esta Corte com a felecid.e de q. he acredor o seu merecim.to 3. e 2 do corr.te 10. 9. p.a baixo. Am.o Amicior, amissimus &.a

Há aqui observações duma actualidade flagrante, dignas dum grande espírito crítico; a extensão do manuscrito impede-nos de as destacar como desejávamos, mas o leitor de-certo as não terá perdido.

Dizia Camilo na advertência ao episódio citado que... *hontem foi pior que hoje, e que se vamos ao arrepio na corrente dos dias, cada vez encontramos o género humano pior...*

É possivel, e já o *Eclesiastes* notava que não existia *nihil novi sub sole;* a-pesar-de tudo, temos sincera pena de que Salomão, ou, pelo menos, Camilo, não pudesse conhecer os edificantes dias da actualidade...

Coimbra, Novembro de 1930.

A. G. da Rocha Madahil

AS MULAS DE D. MIGUEL

. . . Senhor

Li com atenção o excelente artigo do Sr. Álvaro Maia no último n.º da *Feira* àcêrca do voto que D. Miguel fêz por ocasião dum desastre em que quebrou uma das pernas, vai passante de cem anos; e com igual atenção examinei a estampa que o acompanha.

Como se vê do mesmo artigo, nem tudo foram rosas de louvores a D. Miguel, porque alguns cardos veem entremeados, na folhetada que se publicou por essa ocasião. Mas eu vou acrescentar mais uma nota discordante, ou melhor, quem a acrescenta é o sábio professor da Faculdade de Medicina do Pôrto, Sr. Dr. Hernâni Monteiro, que, no seu atraente volume *Origens da Cirurgia Portuense*, impresso naquela cidade em 1926, depois de dizer no texto, a págs. 164, que para fazer a redução e tratamento da fractura régia fôra chamado o algebrista António dos Santos Pinto, ajunta em nota:

"Por ter escapado do acidente, D. Miguel oferecera uma perna de cera a Nossa Senhora da Rocha, tendo-se mesmo publicado no folheto uma estampa alusiva em que êle se vê de joelhos, com suas irmãs, diante da milagrosa imagem. A propósito, foi distribuído clandestinamente no Pôrto, durante as lutas liberais, o seguinte pasquim em verso:

A Dom Miguel um milagre
Fez a Senhora da Rocha,
Quebrando-se-lhe o carrinho
Quebrou-lhe só uma coxa!

Bem podéras, Virgem pura,
Para ostentar teu poder,
Na que lhe ficou inteira
Outro milágre fazer!

"Ao acidente refere-se Pinheiro Chagas na «Historia de Portugal Popular e Illustrada», a pág. 386 do 8.º vol. (3.ª edição de 1903), onde vem tambem reproduzida a mencionada estampa na pág. 517: «No dia 9 de novembro de 1828 saiu D. Miguel com as infantas suas irmãs, D. Izabel Maria e D. Maria d'Assumpção, de Queluz para Caxias, n'um carro puxado por umas mulas. Era o principe quem guiava. Segundo o costume, saiu-lhe povo ao caminho, a gritar: — *Viva el-rei absoluto*. As mulas espantaram-se... O carro

voltou-se, as infantas ficaram levemente contusas e D. Miguel quebrou uma perna...„ Daqui proveio o nome de *malhados* aos constitucionais “por serem *malhadas* as irreverentes mulas, que assim tinham attentado contra tão preciosa vida„.

Discorda esta descrição algum tanto da versão do sr. A. Maia, como seja na omissão do nome do algebrista Santos Pinto, na determinante do desastre, que foi o espantar das mulas devido á vozearia do povo e não ao mau estado da estrada e ainda na afirmação de ter a multidão linchado as mulas por "serem ás malhas e o povo lhes atribuir os mesmos instintos que aos liberais", asseverando o dr. Monteiro, ao contrário, que os constitucionais é que tiveram o apelido de *malhados* por causa das mulas.

Mas tudo isto são pequenos nadas, bagatelas que trago aqui apenas para contribuir com mais algumas achegas para o tragi-cómico episódio.

De V. etc.

. . . .

Um assinante tripeiro.

Fim do Tomo Segundo

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravuras.